Portal do Discente

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS

EMITIDO EM 11/02/2025 15:45

Termo de Autorização para Publicação de Teses e Dissertações Eletrônicas (TOE) na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a UFPI a disponibilizar este TEDE sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra abaixo citada, conforme permissões assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir do dia 10/02/2025

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação

2. Identificação da Dissertação

Autor:	ESDRAS FELIPE COUTINHO TORRES			Matrícula: 20231003794 *(identificador)*
Telefone:				
Identidade:	0500774920131 - SSP/PI	CPF:		E-mail: esdrascoutinho2@gmail.com
Orientador:	FABIO LEONARDO CASTELO BRANCO BRITO	CPF:	021.285.543-30	E-mail: fabioleobrito@hotmail.com
Membro da banca:	CLAUDIA CRISTINA DA SILVA FONTINELES	CPF:	578.456.973-20	E-mail: claudiafontineles@ufpi.edu.br
Membro da banca:	FABIO LEONARDO CASTELO BRANCO BRITO	CPF:	021.285.543-30	E-mail: fabioleobrito@hotmail.com
Membro da banca:	LEONARDO DALLACQUA DE CARVALHO	CPF:	375.960.528-19	E-mail: leo.historiafiocruz@gmail.com
Data da Defesa:	10/02/2025		Titulação: Mestre	
Título:	CONTROLES DO COTIDIANO: diamba, drogas, repressão e desviantes em tempos de ditadura no Meio-Norte do Brasil (1967-1978)			
Instituição de Defesa:	Universidade Federal do Piauí/UFPI			CNPJ: 06.517.387/0001-34
Afiliação:				CNPJ:
Palavras-chave:	História. Brasil. Meio-Norte. Diamba. Repressão.			

3. Agência de Fomento

NÃO INFORMADO

4. Informação de acesso ao documento

Liberação para publicação: **Total**

ESDRAS FELIPE COUTINHO TORRES — Assinatura do autor

11/02/2025 — Data

Havendo concordância com a publicação eletrônica, toma-se imprescindível o envio em formato digital da tese ou dissertação.

ATENÇÃO

Para verificar a autenticidade deste documento acesse ***/sigaa/documentos/*** informando o identificador, a data de emissão e o código de verificação **59b25a3dde**

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação - STI/UFPI - (86) 3215-1124 | Copyright © 2006-2025 - UFRN - sigjb05.ufpi.br.instancia1

Digitalizado com CamScanner

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO – PRPG
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
PROGRMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL – PPGHB

ESDRAS FELIPE COUTINHO TORRES

CONTROLES DO COTIDIANO:
diamba, drogas, repressão e desviantes em tempos de ditadura no Meio-Norte do Brasil (1967-1978)

TERESINA (PI)
2024

ESDRAS FELIPE COUTINHO TORRES

CONTROLES DO COTIDIANO:
diamba, drogas, repressão e desviantes em tempos de ditadura no Meio-Norte do Brasil (1967-1978)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí (UFPI), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História do Brasil.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Leonardo Castelo Branco Brito

TERESINA (PI)
2024

ESDRAS FELIPE COUTINHO TORRES

CONTROLES DO COTIDIANO:
diamba, drogas, repressão e desviantes em tempos de ditadura no Meio-Norte do Brasil (1967-1978)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí (UFPI), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História do Brasil.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Leonardo Castelo Branco Brito

Aprovado em: ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

_____
Prof. Dr. Fábio Leonardo Castelo Branco Brito – UFPI
Orientador

_____
Prof. Dr. Leonardo Dallacqua de Carvalho – UEMA
Examinadora Externo

_____
Profª Drª Cláudia Cristina da Silva Fontineles – UFPI
Examinadora Interna

_____
Profª Drª Elizangela Barbosa Cardoso – UFPI
Suplente

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras
Serviço de Processamento Técnico

T693c Torres, Esdras Felipe Coutinho.
Controles do cotidiano : diamba, drogas, repressão e desviantes em tempos de ditadura no Meio-Norte do Brasil (1967-1978) / Esdras Felipe Coutinho Torres. -- 2025.
130 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Teresina, 2025.
"Orientador: Prof. Dr. Fábio Leonardo Castelo Branco Brito".

1. História - Brasil. 2. Meio-Norte. 3. Diamba. 4. Repressão. I. Brito, Fábio Leonardo Castelo Branco. II. Título.

CDD 981

Bibliotecária: Amanda Maria Coelho Vieira Albuquerque – CRB3/1353

Para minha mãe, Luzinete. Para minha avó, Maria do Carmo. Para meu avô e pai, Francisco. Para minha irmãzinha Luandra, uma das mais novas alegrias da minha vida. Aos três primeiros, parece que valeu a pena dar educação para aquele menino com déficit de atenção, que só aprendeu a ler com 8 anos.

RESUMO

Este trabalho objetiva estudar historicamente as tentativas de controle social exercidos sobre a diamba e outras drogas na região Meio Norte do Brasil durante a ditadura militar, sobretudo entre os anos de 1967 e 1978, período contemplado pela documentação que sustenta a pesquisa. Compreendendo Piauí e Maranhão como uma região em que houve um processo de circulação da diamba, caberá, no trabalho, perceber os modos com os quais se constituiu, no período em estudo, um conjunto de discursos que associavam as drogas a sujeitos tais como *hippies* e povos indígenas, bem como sua relação tanto com as experiências contraculturais quanto com conflitos sociais urbanos e rurais no período. Sustentando-se, em termos documentais, em materiais hemerográficos do Piauí e do Maranhão e em documentos obtidos junto à Comissão Nacional da Verdade, o trabalho observa de que maneira as drogas afetavam regiões urbanas e rurais do recorte espacial em estudo. Do ponto de vista teórico e historiográfico, o trabalho é amparado pelas reflexões de Michel Foucault, bem como por David Le Breton, Leon Frederico Kaminski, Carlos Fico, Eduardo Viveiros de Castro, Eduardo McRae, Jorge Emanuel Luz de Souza e Lilian da Rosa.

Palavras-Chave: História. Brasil. Meio-Norte. Diamba. Repressão.

ABSTRACT

This work aims to historically study the attempts at social control exercised over diamba and other drugs in the Mid-North region of Brazil during the military dictatorship, especially between the years 1967 and 1978, the period covered by the documentation that supports the research. Understanding Piauí and Maranhão as a region in which there was a process of circulation of diamba, it will be necessary, in this work, to understand the ways in which, during the period under study, a set of discourses that associated drugs with subjects such as hippies and indigenous peoples, as well as their relationship with both countercultural experiences and urban and rural social conflicts in the period. Based, in documentary terms, on newspaper materials from Piauí and Maranhão and on documents obtained from the National Truth Commission, the work observes how drugs affected urban and rural regions of the spatial area under study. From a theoretical and historiographical point of view, the work is supported by the reflections of Michel Foucault, as well as by David Le Breton, Leon Frederico Kaminski, Carlos Fico, Eduardo Viveiros de Castro, Eduardo McRae, Jorge Emanuel Luz de Souza and Lilian da Rosa.

Keywords: History. Brazil. Mid-North. Damn. Repression.

AGRADECIMENTOS

Por onde eu começo? Pela minha mãe. Obrigado pelo apoio e pelas lágrimas no meu sucesso. Obrigado pela abdicação pela minha criação, obrigado pela educação, obrigado por me apoiar a estudar, obrigado por me dar uma irmã linda e cheia de vida. Benção, vó? Obrigado pelo brio que me ofereceu durante a vida com sua simplicidade, obrigado pelos jogos de baralho, pelos livrinhos de reza antes de dormir, obrigado pela preocupação, pelos áudios nos dias tortuosos. Eu te amo tanto, mas tanto... Não importa quantos anos se passem, não importa a distância, eu vou ser sempre ser seu neto. Me desculpa pelo meu jeito meio torto. E papai, ah, papai. Obrigado pelos conselhos, pelo seu rude cuidado, por esse carinho que nos confunde, obrigado por ser meu exemplo de homem. Quero agradecer meus tios e tias, que decisivamente tiveram presença na minha criação: Tio Arnaldo, Tia França, Tio Francinaldo e Tia Socorro. Essa é por vocês.

Quero agradecer a imprescindível orientação do meu mestre Fábio Leonardo, um dos principais responsáveis por este trabalho existir, agradeço a presteza com minha orientação e agradeço as palavras de amizade que me ofereceu em momentos bons e ruins. Quero agradecer a minha eterna professora Claúdia Fontineles, com quem tive o privilégio de ter um primeiro contato com essa pesquisa durante a graduação. Sem essa mulher, essa pesquisa não existiria, muito obrigado, mestra. Quero agradecer a professora Elizângela Cardoso, que me ofereceu reflexões muito importantes durante essa pesquisa, contribuindo exponencialmente para a construção deste trabalho, sou muito grato, professora. Muito obrigado aos integrantes da turma de mestrado. Muito obrigado ao Kelyel, que além de um amigo é um excelente professor e pesquisador, sou grato por me ouvir sobre a pesquisa e por indicar leituras e abordagens. Obrigado a minha amiga Ludmila, pelas palavras de afeto e também pelas justas broncas que me deu durante esses anos em Teresina. Te amo, amiga.

Quero fazer um agradecimento ao meu sensei de jiu-jitsu, mestre Rafael Gomes, além de agradecer a equipe do Centro de Treinamento. Muito obrigado, o último ano foi muito difícil para mim, e esse esporte maravilhoso salvou a mim e a minha mente por muitas vezes. Quero agradecer ao meu último emprego. Eu trabalhei como garçom durante quase 4 anos, o Locomotiva Irish Pub, junto da equipe extraordinária que o compõe, foi o que o tornou possível eu me formar, sendo meu ganha pão até o último mês de pesquisa dessa dissertação. A dor do parto é grande, muito obrigado.

Um brinde. Eu cheguei aos 25, eu sou um vencedor.

They want us to pretend like nothing´s wrong
To live as fools in ignorance, we can´t pretend like nothing´s wrong
Got to defend rights
Spend so much times catching more pain outside our lives
Thinking up evil ways to improvise
Economical and psychological games, among solid
If I only sickening things […]
I hear some people say that slavery don´t exist
And that´s exactly what they want you to believe?
(Defend Rights - Dezarie)

Um café, um cigarro, um trago
Tudo isso não é vício
São companheiros da solidão
Mas isso foi só no início.
(Revanche - Lobão)

E sua compaixão, quanto que vale?
Gênios morrem de overdose
Meninos defendendo o artigo 12
Seremos o maldito fruto podre
Usando droga por hobby
Roubando pra usar nike
E porra, a guerra é uma pedofilia
Fodendo com a nossa infância
E sua militância pra mim sempre foi pose
Carregamos o ódio como herança
E meu ego alimentício
Te contando mentiras depois da transa
Vivência maldita, vivência maldita
(Leall - Vivência Maldita.)

Terá a ver com o haxixe (apesar das frequentes depressões) uma tendência ascensional da escrita, que sinto nos últimos tempos e não conhecia antes?
(Walter Benjamin)

Crime, ouro, dólar, bola fora, esquece
Os vermes eleitos querem, seus votos, preferem
Paralisia infantil no morro, cresce
Ele observe, o crime impede, tu confere
A mãe, o pivete, sujeito mais que pé de breque
Se eu tô com frio, fome, fúria, trombo, click-clack
Sei que eles doam, mas não pros morros, pra Unicef
Pobres esquecem, a mãe maior nos aparece e pede
O fim maior está tão breve, filho então que reze
Anda ló, vejo na maló, ó só, ainda mais pobre do que eu
Ai, que dó [...]
Ele desceu da lotação, sofreu chacina
No bolso uma anistia, de butucão, beck do bom
Um beck muito louco e a maldita, a heroína
A tal da bomba de Hiroshima
Aqui se faz o fim pra periferia[...]
Lembra a vó, pó dá mó dó
Criança na periferia vive sem estudo e só
(Canão foi tão bom - Sabotage)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 09

CAPÍTULO 1 – CAMINHAS NA CONTAMÃO: contracultura e circulações alternativas no Piauí e no Maranhão dos anos 1960 e 1970 17
Prólogo: compondo um cenário de desviantes 18
1.1. “Depois a gente se encontra no espaço-tempo”: sobre juventude e contracultura 21
1.2. Drogas e (contra)cultura: outras vontades de saber 41

CAPÍTULO 2 – DITADURA E PROIBICIONISMO: a produção dos discursos antidrogas 53
2.1. O corpo como lugar de saber-poder: os discursos médicos e religiosos sobre as drogas 54
2.2. Drogas e legislação: o discurso jurídico 66
2.3. A moral em palavras prensadas: combates e criminalização das drogas nos discursos midiáticos 72

CAPÍTULO 3 – A LEI ESCRITA NA CARNE: vigilância, repressão e tortura 83
3.1. Cinzas do Meio-Norte: abraçando a guerra, operando pela sobriedade 84
3.2. “Repudiamos a campanha acusando o Brasil de genocídio de índio”: a diamba e os indígenas nos rincões do Maranhão profundo 94
3.3. “Eu ia no céu e voltava”: tortura em indígenas no Maranhão 105

CONSIDERAÇÕES FINAIS 122

REFERÊNCIAS 124

INTRODUÇÃO

> Quando vi / foi gente diferente. Chegou um soldado por nome de André, me procurou. Você é que é o Celestino? Eu respondi é ele mesmo, Você ESTÁ PRESO e me algemou logo e outro correu e passou uma camisa na minha/ cara aí eu entrei. Me levaram para dentro. Lá fiquei sentado numa sala[...]. E num / momento tiraram a camisa e passaram um capuz na minha cara aí eu / fiquei sentado. E num momento tiraram aquela camisa e passaram um capuz na minha cara aí eu fiquei sem conhecer ninguém, agora eu / conhecia aquelas pessoa, que eu já tinha conhecido, eu conhecia as falas delas inclusive a fala do senhor Coronel lá. Mais que Coronel? perguntamos: Celestino respondeu, o CORONEL PERFETT, chefe dos índios. Então eu lá me fizeram uma porção de perguntas, aí eu sempre dizendo que não, aí de momento ele chegou, aí disse, aí / VOCE SE VIRA COM OS MENINOS. VOCE CONTE O QUE SABE AI PROS MENINOS, então está nem. Eu contei, aí ele saiu, foi embora, eu fiquei lá / êles fazendo muita pergunta, êles ME BOTANDO CHOQUE PELAS PERNAS, AMARRANDO FIO ELETRICO NOS MEUS DEDOS, BOTANDO AQUELE CHOQUE DE MOMENTO EU ia pro ceu e voltava, então é melhor vocês me MATAREM, eu dizendo para êles.[1]

Em julho de 1978, era movido contra agentes da Polícia Federal um processo executado por líderes da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em decorrência de situações "das mais graves, que é tortura de pessoas e com um agravante, que é de serem índios as pessoas torturadas"[2]. A denúncia, gravada em fita magnética e transcrita, foi intitulada "Operação Eco" e objetivava a apreensão de traficantes e de plantações de diamba no interior do Maranhão, mais especificamente em tribos indígenas nas proximidades da cidade de Barra do Corda. A dita operação e os diferentes eixos temáticos plausíveis de análise no documento de 299 páginas disponível no Acervo da Comissão Nacional da Verdade (CNV) correspondem a um compilado do relatório processual, subsidiando debates em torno da famigerada "Guerra às Drogas" empreendida com afinco na segunda metade do século XX. A saber, uma reflexão se evidencia: a operação reflete a penetração dessa referida "guerra", sobretudo em comunidades que se entendiam "a margem" das localidades urbanas ou metropolitanas. Posto isto, uma vez que autores tais como Henrique Carneiro[3], Edward McRae[4] e Jorge Manuel Luz de Souza[5] pensam a temática da repressão das drogas a partir de grandes centros urbanos, tal leitura pode

[1] CARVALHO, José Porfirio Fontenele de**.** Expediente denunciário contra agentes do Departamento de Polícia Federal. **Acervo da Comissão Nacional da Verdade.** São Luís-MA: 08 de junho de 1978, p. 26-299.
[2] *Ibid.*, p. 24-299.
[3] CARNEIRO, Henrique. **Drogas:** a história do proibicionismo. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.
[4] MCRAE, Edward. **Rodas de fumo:** o uso da maconha entre camadas médias. Salvador: EDUFBA, 2000.
[5] SOUZA, Jorge Emanuel Luz de. **Sonhos da diamba, controles do cotidiano:** uma história da criminalização da maconha no Brasil republicano. Salvador: EDUFBA, 2015.

representar não uma falta de interesse e sim uma dificuldade em relação ao acesso das fontes de regiões do interior dos estados brasileiros.

Não sendo essa uma situação isolada no contexto, vale ressaltar o crescimento do número de cidades nos diferentes Estados brasileiros, assim como os devidos assentamentos de instituições de segurança federais, como no caso do Rio Branco, no Acre em 1974, ano em que a Polícia Federal se instalou na cidade e dirigiu iniciativas no sentido de regular os usos de comunidades ligadas ao uso do Santo Daime[6]. Contudo, se nos ocupamos de analisar o Maranhão durante o período da ditadura militar no Brasil, o faremos partindo do que parece ser uma questão isolada, tão "isolada" quanto tribos indígenas nos arredores de uma cidade pequena no Maranhão, mas que, se bem articulado, nos favorece para um debate que se amplia e concomitantemente se verticaliza. Assim, o nosso objetivo é examinar, no Maranhão e em seu estado vizinho, o Piauí, as políticas antidrogas que, por meio dos setores ativos da sociedade brasileira, assumiram a função de difundir o proibicionismo desde instâncias estruturais até dimensões do cotidiano dos brasileiros, apresentando atuações (e os alvos mais evidentes) do Estado nas atividades repressivas em povos e grupos sociais que estão relacionados com os usos corpóreos de substâncias psicotrópicas e delinear como aturam ou resistiram os alvos da vigilância e punição, em reação a esse Estado autoritário.

Enquanto pesquisador, fiz contato com esta temática na graduação, quando ela representava uma pesquisa de lazer. Entretanto, essa pesquisa gerou frutos que possibilitaram um trabalho de conclusão de curso intitulado *Controles do cotidiano e do consciente: diamba e drogas no Maranhão republicano*, defendido em 2021 na Universidade Federal do Piauí.[7] Tomando uma perspectiva de longa duração para compreender o proibicionismo no Estado do Maranhão com o advento da República e suas possíveis decorrência de relações de raça e classe, a pesquisa abriu caminhos para que o objeto fosse ampliado no âmbito do mestrado, a fim de perceber que tal procedimento se configurava num processo de circulação de materiais, ideias

[6] Trata-se de uma manifestação religiosa surgida no início do século XX, cuja base se encontra na região amazônica, atravessada por elementos das culturas indígenas daquela região. A doutrina ampara-se no uso ritualístico da ayahuasca, bebida psicotrópica, cujo objetivo será a expansão da consciência com vistas ao autoconhecimento. Para uma discussão mais ampla a respeito, ver: GOULART, Sandra Lucia. Estigmas dos ayhusqueiros. In: LABATE, Beatriz Caiube; GOULART, Sandra Lucia; FIORE, Mauricio; MCRAE, Edward; CARNEIRO, Henrique (Org.). **Drogas e cultura:** novas perspectivas. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008. p. 254.

[7] TORRES, Esdras Felipe Coutinho. **Controles do cotidiano e do consciente:** diamba e drogas no Maranhão Republicano. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Licenciatura em História, Teresina, 2021.

e práticas no interior da região Nordeste do país e, sobretudo, do chamado Meio-Norte, recorte geográfico considerado um ponto de transição entre o Nordeste e a Amazônia.[8]

A temática possibilitaria que trabalhássemos os primeiros trinta anos do século XX com tranquilidade se falarmos de quantidade documental, como o fazem os já citados Jorge Manuel Luz de Sousa e Edward MacRae. Também seria plausível partir em busca de um "ponto de partida" mais "atualizado" do que seriam as teorias de repressão no Brasil, tendo em vista que, no já citado *Sonhos da Diamba*, este "ponto de partida" é delimitado como sendo na Bahia (1915) onde Rodrigues Doria teria, para o autor, iniciado uma campanha "científica" e de certa forma pessoal contra o uso ou a "cultura" da diamba em território brasileiro, o que infortunadamente, para o autor, não é de todo verdade, tendo em vista que a monografia[9] apresentada por este mestrando apresenta em um dos periódicos trabalhados prisões por uso de diamba no Estado do Maranhão ainda no século XIX, demonstrando que neste estado já haviam regimentos e disposições contra o uso da diamba. Também poderíamos abordar a temática a partir de uma história do tempo presente, observando as complexificações desenvolvidas durante a década de 1990 e os anos 2000. No entanto, optamos pela abordagem de pensar o contexto em questão por um interesse particular que é conferido aos usos das substâncias, usos dos corpos que são sim muito imbuídos de estigmas, vigilâncias e punições, mas também cheios de cargas espirituais, políticas e de uma procura por alternativas e transformações culturais que ao contrário do que muitos poderiam pensar, inclusive dentro das academias, não são tão efêmeras quanto o trago de um cigarro. O problema central deste trabalho é pensar como se dá a produção de discursos antidrogas, as vigilâncias e punições, assim como as atuações de resistência dos alvos da repressão no contexto da pesquisa?

Justificamos o recorte temporal da pesquisa devido ao caráter autoritário vivenciado no Brasil, com profundos reflexos na experiência histórica do país durante o período. Cabe observar que a ditadura instaurada em 1964 terá desdobramentos em diferentes Estados do Brasil, envolvendo setores tais como a política local, os segmentos econômicos e jurídicos.[10] Ao mesmo tempo, cabe a compreensão, conforme aponta Edwar de Alencar Castelo Branco, de que a ditadura, como estrutura macropolítica, é resultado de um amplo processo de

[8] Sobre o conceito de Meio-Norte no processo de regionalização do Brasil, ver: COSTA, Leonardo José da Silva; MARTINS FILHO, Jorge. O conceito de região nas regionalizações do Estado do Piauí: uma abordagem cronológica de 1940-2007. **Revista GeoUECE**, v. 12, n. 23, p. 01-21, 2023.

[9] TORRES, Esdras Felipe Coutinho. **Controles do Cotidiano e do Consciente:** Diamba e drogas no Maranhão Republicano. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Licenciatura em História, Teresina, 2021- p. 1-90.

[10] Para uma discussão mais ampla a respeito do golpe de 1964 e seus desdobramentos na política piauiense, ver: CASTRO, Francisco José Leandro Araújo de. **1964:** memórias e culturas políticas no Piauí. Teresina: Cancioneiro, 2022.

convergências e divergências de forças no âmbito de outras relações, tais como corpos e costumes, sendo equivocado analisá-la como "uma entidade acima da sociedade brasileira e repressora do conjunto da nação", uma vez que ela é desejada por uma parcela dessa sociedade – sobretudo os segmentos das elites e das classes médias – "e está entranhada de tal maneira nas pessoas que elas reproduzem com naturalidade a repressão em escala micro, questionando e procurando fazer cessar os modelos de subjetividades alternativas ao modelo padrão"[11].

Tal dimensão, de relação entre o micro e o macro, ajuda a justificar as questões relativas à escolha do recorte espacial da pesquisa, localizando-a entre Piauí e Maranhão. A mesma se justifica pela percepção, tanto no âmbito da historiografia quanto da documentação, da diamba, das drogas em geral, de sua repressão e dos seus desvios pela perspectiva de uma circulação. No âmbito da historiografia, isso pode ser observado no trabalho de Leon Frederico Kaminski, o qual, ao estudar as viagens contraculturais no Brasil ditatorial, onde observa que as andanças de hippies e artistas experimentais faziam com que ideias e produtos de natureza psicotrópica ocupassem diferentes partes do país.[12] Do ponto de vista empírico, conforme será discutido em momento adequado do trabalho, encontramos episódios de circulação de maconha em Teresina, em meados da década de 1970, apreendidos pela polícia, e cuja origem, segundo seus portadores, seriam indígenas da etnia guajajara no Maranhão.[13] Tais dimensões ajudam a perceber que a relação entre Piauí e Maranhão – constituindo um bloco geográfico de Meio-Norte – sustenta, pela bibliografia e pela documentação, o argumento central a ser defendido nesse trabalho: o que de a circulação de diamba e sua consequente repressão passou por dimensões políticas, étnicas, geográficas e existenciais nessa região do Brasil, nas quais, ao mesmo tempo que podem ser percebidas suas diferenças, também se faz necessário observar suas continuidades. Pouco estudados pela historiografia a respeito da circulação de drogas, tal região era vista pelos segmentos da ditadura brasileira como estratégica, pois era o ponto de passagem da rodovia Transamazônica, sendo espaço de intensa atividade de vigilância e de instalação de espaços de observação de eventuais "subversivos".[14]

---

[11] CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. **Todos os dias de Paupéria:** Torquato Neto e a invenção da Tropicália. Teresina: Cancioneiro, 2024. p. 85.

[12] KAMINSKI, Leon Frederico. **A revolução das mochilas:** contracultura e viagens no Brasil ditatorial. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2022.

[13] A HORA. **Polícia quer cortar cabelo dos "hipies".** Teresina, 13.06.1972, p. 180.

[14] Tal perspectiva pode ser compreendida a partir da dissertação de mestrado de José Elierson de Sousa Moura, na qual analisa-se a construção da rodovia Transamazônica e sua passagem pela cidade de Picos (PI), justificada por ser um espaço "pobre" e um caminho para uma região "desabitada", no contexto entre os anos 1960 e 1970, motivo pelo qual a região recebeu insumos públicos para a instalação do 3º Batalhão de Engenharia de Construção, para a criação de um bairro que contemplasse sua população em situação de pobreza, bem como um campus avançado da Universidade Federal de Goiás. Ver: MOURA, José Elierson de Sousa. **A pobreza em disputa:** ditadura,

Ainda que o tempo de ditadura seja a dimensão temporal central do trabalho, o recorte específico será entre 1967 e 1978, o qual se justifica pelas fontes encontradas. No que tange ao uso à natureza dessas fontes, trabalharemos com o jornal *O Pacotilha – O Globo*, no qual procuramos pelos termos diamba, maconha, drogas e encontramos sete ocorrências, um periódico com produções nas décadas de 60. Uma vez que temos, na definição da nomenclatura, a marca editorial de *O Globo*, temos nesse jornal a distinção entre este e o periódico utilizado no trabalho de conclusão de curso. Esses periódicos, disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional vão servir para dar a dimensão da construção da repressão (em torno das substâncias, do usuário e das consequências da problemática das drogas para a sociedade) nos meios de comunicação de massa, considerando que os meios de comunicação também assumem posturas relevantes para o direcionamento das políticas proibicionistas. Nesse sentido, faremos as análises de discurso sem esquecer que "tanto o jornalista quanto o historiador realizam reinterpretações; a diferença é que o primeiro acredita estar construindo a história do presente, e o segundo acredita estar, com a sua reinterpretação do passado, entendendo o hoje"[15].

Por sua vez, ao utilizar o relatório da Operação Eco, disponível no acervo da Comissão Nacional da Verdade, que se refere a citada operação de 1978, cruzaremos os dados com o periódico *Boletim CIMI*, do Conselho Indigenista Missionário do ano de 1978, e o jornal *Porantim*, todos eles disponíveis no acervo do *Armazém Memória*, que apresentam noticiais dessas denúncias. Além destes, o documento intitulado *Perfil do tráfico de drogas no Brasil*, disponível na CNV, no qual, apesar da ausência da palavra "Maranhão", encontramos a palavra "Nordeste" em três ocorrências. Há também um relatório de "Músicas censuradas" durante a ditadura, também acessado na CNV (neste, foi pesquisada a palavra "droga" e foram obtidas 12 ocorrências). Há ainda, um documento produzido em 1982 pelo Serviço Nacional de Inteligência que se trata de uma catalogação de jornais feita pelo órgão, formando um compilado de notícias que colocam os jovens como "a geração abandonada", este também está disponível na CNV (possui cinquenta e seis ocorrências do termo "droga"). Além disso, utilizaremos o periódico *Jornal do Maranhão: Semanário de Orientação Católica – Jornal a serviço da Família e do Povo (MA)*, material no qual pesquisamos pelos termos "hippies" e "drogas" durante a década de 1960 e 1970.

---

políticas de integração nacional e o combate ao perigo da "subversão" em Picos-PI (1968-1976). Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, 2017.

[15] OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A relação entre história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no brasil. **Historiae:** Rio Grande, 2011, p. 2.

Executaremos a escrita desta narrativa em três estágios, não em ordem respectiva: um *arqueológico*, priorizando a produção dos discursos em torno da diamba durante a Ditadura; outro *genealógico*, dando visibilidade a noções de vigilância e punição em torno da temática e do recorte e, "por fim" – que na verdade será o começo –, um estágio "ético", que se ocupará de abranger uma dimensão de resistência em relação aos "estágios" anteriores, seja como resposta a repressão ou como o "pivô" da mesma. Advindo do que alguns intérpretes do filósofo Michel Foucault, base teórica e metodológica para esse estudo, chamam de as "fases" de sua produção intelectual. Tal perspectiva pode ser percebida na discussão lançada por Edwar de Alencar Castelo Branco, quando este aponta o debate foucaultiano como instrumento para realizar uma história diagnóstica do presente:

> Voltemos à questão inicial: o que é o passado e que utilidade este passado tem para nós? Ora, o passado é aquilo que dele dizemos, assim como os dizeres que imprimimos sobre o passado terão sempre que ser confortadores em relação ao nosso presente. Nós, no presente, vamos inventando os conceitos através dos quais vai se tornando possível uma interlocução comum sobre o passado. É óbvio que nós não inventamos um passado pura e simplesmente a partir de um esforço imaginativo. Há limites para a narrativa histórica, e estes limites dizem respeito ao efetivamente acontecido. Mas isto não é, de nenhuma forma, garantia de que o que se diz do acontecido dê conta da plenitude do acontecer. Haverá sempre um déficit no que dizemos do passado relativamente ao passado efetivamente acontecido. Daí a necessidade de ser – segundo a lição de Foucault – a crítica do presente o principal fundamento para uma escrita da história.[16]

Para além do próprio uso de Michel Foucault, esse trabalho busca se pensar para além das fôrmas com as quais, em geral, são definidos os "campos" teóricos da história, não buscando se localizar no campo da história cultural, social ou política, mas sim, como aponta Durval Muniz de Albuquerque Júnior, em uma eventual terceira margem, que seria o próprio tempo presente a partir do qual se olha para o passado, sem necessidade de se definir de um "lado" ou de "outro" desse campo do conhecimento, tendo "a tarefa de se descolar dessa memória cristalizada, de fazer com que esta retorne a um fluxo temporal, que se liquefaça para que novamente possa correr em direção ao futuro"[17]. Assim entendemos um trabalho que lida com sujeitos diversos: corpos ditos "desbundados", que flertam com a experiência hippie e a contracultura[18], jovens, aqui compreendido como uma categoria histórica, cuja mobilidade se

---

[16] CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. Fazer ver o que vemos: Michel Foucault – por uma história diagnóstica do presente. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 11, n. 03, p. 321-329, set.-dez. 2007.

[17] ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Da terceira margem eu so(u)rrio: sobre história e invenção. In: _____. **História:** a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história. Bauru: EDUSC, 2007. p. 33.

[18] O conceito de contracultura é aqui pensado como desdobramento das experiências que ocorreriam, sobretudo, nos Estados Unidos a partir da década de 1950, como forma de oposição aos modelos vigentes para a sociedade. Partindo sobretudo de segmentos da juventude, vivenciavam a experiência do fora a partir do consumo de drogas

dá na perspectiva do tempo[19], povos indígenas, que carregam consigo a inconstância de uma alma selvagem[20] que busca resistir às amarras do poder, bem como os próprios agentes do poder, sujeitos do Estado, vinculados à polícia, à justiça, à medicina e à imprensa de ampla circulação, compondo um cenário diverso.

Nesse sentido, apresentaremos três capítulos que serão acompanhados por obras "gerais" para dar sentido a este empreendimento conceitual: *Arqueologia do Saber, Microfísica do Poder* e os dois últimos volumes de *História da Sexualidade.* O que não significa restringir o trabalho a um debate "puramente foucaultiano", e sim uma divisão conceitual que permite visualizar o tema por perspectivas mais diversificadas do que pensar isoladamente as esquematizações das produções de discursos, de punições ou de resistências. O primeiro capítulo, intitulado *"Caminhas na contramão": contracultura e circulações alternativas no Piauí e no Maranhão* aborda as experiências alternativas entre o Piauí e o Maranhão, como parte de uma "revolução das mochilas", um amplo conjunto de práticas de liberdade que se processava no Brasil do período. Atravessando as perspectivas dos "vagabundos iluminados" da geração *beat* estadunidense, será observado de que modo a contracultura definiu, nesse espaço do Nordeste do Brasil, uma certa rota de hippies, cabeludos e usuários de drogas ilícitas, a exemplo da maconha, abrindo espaço para o debate central da pesquisa.

O segundo capítulo, com o título *Ditadura e proibicionismo: a produção dos discursos antidrogas*, se destinará – a exemplo da sobreposição de discursos proposta por Michel Foucault em seu *História da loucura na Idade Clássica* – a uma análise dos modos com os quais se produziu, no âmbito dos discursos religiosos, científicos e cotidianos um determinado saber sobre as drogas, especialmente sobre a "diamba" (ou maconha), discursos esses assimilados por veículos de imprensa e demais instituições sociais no período, aparecendo como uma reação às experiências alternativas abordadas no capítulo anterior. Observa-se, nesse capítulo, a atuação do Estado repressivo como um instrumento potente de produção de saberes sobre as drogas no

---

e outras substâncias entorpecentes e desvinculavam-se dos conceitos tradicionais de "família" e "sociedade". Ver: ROSZAK, Theodor. **A contracultura:** reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil. Petrópolis: Vozes, 1972.

[19] O conceito de juventude, pensado como uma categoria móvel, marcada por uma pluralidade de perspectivas, é o objeto do estudo da socióloga Helena Wendel Abramo. Ver: ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas juvenis:** punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: Scritta, 1996.

[20] O antropólogo Eduardo Viveiros de Castro define a cosmogonia dos povos indígenas, exemplificando com aqueles que habitam o território que chamamos de Brasil, como os definido para fora das noções estabelecidas pela sociedade capitalista e pela teologia cristã que lhes foi imposta com a invasão dos europeus, definindo sua resistência ao trabalho forçado e à ordem estabelecida pelos brancos como a "inconstância da alma selvagem". Ver: CASTRO, Eduardo Viveiros de. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia.** São Paulo: Ubu Editora, 2017.

sentido de estabelecer sua repressão, não apenas no campo das práticas, mas também dos discursos.

O capítulo de saída, de nome *A lei escrita na carne: vigilância, tortura e repressão*, tomando os argumentos dos anteriores, parte do princípio de que a repressão é a reação a uma prática de liberdade, analisa como o Estado atuou como instrumento de coerção dos corpos e das subjetividades ligadas à maconha, sobretudo em espaços como Piauí e Maranhão (visível em documentação da Comissão Nacional da Verdade) e em jornais de ampla circulação, nos quais se evidenciam as formas de repressão, bem como as circulações da diamba e outras drogas por esses espaço.

CAPÍTULO 1

“Caminhas na contramão”: contracultura e circulações alternativas no Piauí e no Maranhão dos anos 1960 e 1970

No brilho desta morena amanheci no verão
Cada vez mais descacetado da cabeça
Maldita flor de trombeta me pirou de vez
E me levou para o inferno sem minha lucidez
Fui perguntar pro Diabo se ele fumava um
Fiz da canoa uma seda e eu não me toquei
Foi quando ele respondeu: “muito obrigado, amigo, mas eu sou careta”!
Ai meu Deus o diabo é careta
Te denuncio pra galera seu capeta
Toma este chá de cogumelos com trombeta
Se não arranco esse seu rabo seu careta.
(Viajando (O Diabo É Careta) – Ventania)

Para quem quer me seguir
Eu quero mais
Tenho o caminho do que sempre quis
E um Saveiro pronto pra partir
Invento o cais
E sei a vez de me lançar
Eu queria ser feliz
Invento o mar
Invento em mim o sonhador
(Cais – Milton Nascimento)

Prólogo: compondo um cenário de desviantes

I

Somos rebeldes e temos razão
Somos drogados e temos razão
Não temos pai não temos mae
Não temos escola nem educação
Não temos nada é tudo ilusão
Agora na rua estamos drogados
E sem opção
Mais voce não entende
Só quer saber de televisão
Sexo pra nós é masturbação[21]

II

Meu gosto pela guitarra
Atravessa o paladar que uma Africa Negra me dá
do desgosto dos criolos de 14
Digo uma dor no peito que sinto sendo daqui
Penso nos ritmos que vem parar aqui sobre nós
Aquele criolo que passou
Se voce pensa em ve-lo
Esqueça já dobrou a esquina
E sumiu no balanço
Passou por min com sua guitarra
Foi mostrar seu gosto
Foi buscar dinheiro
Para possuir
Um vinte avos do brilho
De um diamante
Para iluminar seu peito
Afagar sua sede
Esquecer um pouco
Nosso mundo branco e preto[22]

III

Eu quero fumar unsinho
Na noite da rua
Viagem a lua
Eu quero andar atrás dessa guria
Volta ao mundo em oitenta dia
Eu quero arrancar das bocas beijos
Profundos
Viagem ao interior do mundo

[21] Brasil, Ministério da Justiça. Departamento de Policia Federal – Superintendência Regional em Santa Catarina. *Letras Musicais.* In: Comissão Nacional da Verdade. Florianópolis: 27/02/1987, p. 05 – 33.
[22] Brasil, Ministério da Justiça. Departamento de Policia Federal – Superintendência Regional em Santa Catarina. *Letras Musicais.* In: Comissão Nacional da Verdade. Florianópolis: 27/02/1987, p. 06 – 33.

Eu quero morar entre as pernas
Das meninas
Vinte mil légs submarina
Eu sou um verme que nada disserne
Meu nome é Julio...
Não mamae eu sou um verme
Não atendo o pedido dos mendigos
Da rua
Uso palavras de amor pra seduzir
Mulheres
Tenho um tio bicheiro
E um avo gago
E sou capaz de amar um negro
Eu sou um verme que nada disserne[23]

IV

Entre uma escultura de mármore
E a de bronze
Existe a mistura da forma
Que é o elo esculpido do belo
Descortinando a poesia
Só no ver
Com cheiro forma e cor
Quando notei que estávamos
Perdidos você veio fazer um pedido
Nunca deixar de ser seu amigo
Quando fomos crianças
Nossos sonhos eram metal
Tempos antigos de pó
Tempos modernos de pó
Tento mostrar a você a sonoridade
Que ecoa escultura
Mag::tudo que sei é que continuo
Perdido
Mas você é amiga natural
Bem rente ao espelho
Vejo passar as horas
Você passa e me leva
Para junto do lençol
Sensação paraiso
Nossa ultima volta do campo
Efeitos lisérgicos pousavam
Para nossoâ olhos urbanos[24]

As letras transcritas anexadas denotam temáticas pouco valorizadas pelo regime da ditadura. Não à toa, são músicas "cotadas" e enviadas para a análise de censura. Nesse sentido, tais músicas refletem parte do que esse trabalho quer demonstrar. Em "Rebeldes" podem ser

[23] Brasil, Ministério da Justiça. Departamento de Polícia Federal – Superintendência Regional em Santa Catarina. Letras Musicais. In: **Comissão Nacional da Verdade.** Florianópolis: 27/02/1987, p. 07 – 33.
[24] Brasil, Ministério da Justiça. Departamento de Polícia Federal – Superintendência Regional em Santa Catarina. Letras Musicais. In: **Comissão Nacional da Verdade.** Florianópolis: 27/02/1987, p. 12 – 33.

percebidos tons de contestação e inconformismo em relação a realidade social, assim como uma relação entre certos comportamentos rebeldes, a juventude e o uso de substâncias psicotrópicas. Não satisfeito com isso, a televisão é evidenciada como um condicionante alienante do indivíduo e também é percebido um desapego com a normatividade sexual, quando o ato da masturbação é abertamente exposto. Vale lembrar que apesar de a "redemocratização" se "iniciar" em 85, a censura permaneceu em atividade até o fim da década. Dito isto, a música "Júlio Verme" definitivamente consegue reunir um universo de questões que desinteressavam o "pelotão de censura", ou interessavam com o objetivo de extirpar tal universo da realidade social. Além do uso de drogas, que muito nos interessa, o conjunto da obra evidencia elementos que não estão no projeto político-cultural da ditadura: relação com vários parceiros (as), indicando um descompromisso com o casamento; hábitos noturnos; desprendimento com o espaço-presente; boemia; práticas criminosas (jogo do bicho), além de dizer que é "capaz de amar um negro", indicando este ser um ato de rebeldia, que por sua vez causa incomodo na "sociedade".

Não à toa, pulamos uma música que, obviamente, está entre "Rebelde" e "Júlio Verme", a música "Branco e Preto", e ela não carrega quase nenhum dos elementos presentes nas músicas anteriores – nada de sexo ou drogas – mas a temática abordada consiste em uma valorização da África, de uma saudade, de sentimento de pertencimento a uma origem africana, lembremos que na música anterior se falava de "amar um negro" como se fosse um ato de rebeldia. Também cabe ressaltar que a diamba – na produção discursiva acerca de seu saber – era assimilada a uma herança africana, "veneno africano" ou uma "vingança africana" contra seus irmãos brancos. Aliado a isso, como já demonstrou este mestrando no TCC, o fumo da diamba era elevado ao "patamar" de cultura. assim, a diamba, como uma "cultura africana", deveria ser extirpada do tecido social brasileiro. Ao que tudo indica, apesar de não falar de drogas, sexo ou criticar o governo, poetizar orgulhosamente uma África foi o suficiente para ela ser cogitada para a censura.

Assim como o tema das drogas, as músicas evocam muito do que discutiremos neste primeiro capítulo, a música "Débora e Augusta"[25] nos dá indícios de alguém que pensa estar levando uma "vida dentro da nova formula do tempo", daí podemos caminhar no sentido de entender esses indivíduos sentindo palpavelmente as transformações desta nova temporalidade, mais acelerada, aglutinada, densa e massificada, repleta de certezas movediças. E seguindo a temática das drogas, aparece outra música intitulada "Escultura Verdadeira", que por sua vez é

[25] Que inclusive me remeteu a "Augusta, Angélica e Consolação" do Tom Zé.

inclusa nesta lista, com uma dimensão bem romântica e nostálgica, entretanto aparecem os termos "tempos antigos de pó, tempos modernos de pó", fazendo com que esta fosse associada ao uso de cocaína. Assim como esta, a música "Tons de Amor" também tem dimensões românticas, mas que, entretanto, apresenta no corpo de seu texto os termos "efeitos lisérgicos", que logo foram associados ao LSD (ácido lisérgico). Assim queremos demonstrar que na medida em que havia Ditadura, assim como torturas e prisões, também havia as práticas de resistência que ziguezagueavam as fronteiras da normatividade civil-militar.

1.1. "Depois a gente se encontra no espaço e no tempo": sobre juventude e contracultura

> **Poêta vê nos "Beatniks" uma desilusão política**
> MILÃO – O poeta inglês Sthephen Spender, que vive nos EUA, onde ensina na Universidade de Illinois, afirma, em conferência pronunciada no Pequeno Teatro de Milão, que os "beatniks", os "hippies" são as manifestações de uma consciência literária original norte americana e que outra coisa não simbolizam senão uma profunda desilusão política. O poeta britânico fêz um confronto entre duas culturas do mesmo idioma, a inglêsa e a norte-americana. Falando da poesia do século vinte, disse que os EUA ficaram durante muito tempo uma espécie de "colônia", um canto de província de onde as atenções se voltava para a "cultura genuína" que só parecia existir na outra margem do Atlântico. A geração perdida dos Hemingway, dos Fitzgerald procurava a Europa, nela vivendo como se para fugir de uma pátria ainda muito primitiva e rude.[26]

O poeta Sthephen Spender aparece na reportagem falando sobre as características que definiriam os "beatiniks" ou *hippies* no contexto em questão. O literato sinaliza, nessas características, a perspectiva de uma desilusão política por parte destes sujeitos históricos. O profundo desencanto após duas guerras mundiais e uma guerra fria, além de eventos como Guerra do Vietnã, teria criado nessa geração de jovens uma desesperança na realidade social criada pelas gerações anteriores. É nessa desconexão ou nesse desencontro de perspectivas de futuro em que vai morar essa dificuldade, esse acirramento entre relações de antigas e novas gerações. Assim, a busca por influências culturais menos "primitivas e rude" vai nortear as novas perspectivas de futuro findadas pela juventude.

O recurso às drogas, o desbunde ou uma postura aparentemente apolítica seria, então, a resposta que esses indivíduos acessariam para alcançar este "mundo prometido" livre de guerras e bombas. A postura desse segmento da juventude foi, conforme pode ser visto, criticada pela imprensa e pelas autoridades, assim como pelos pais ou professores. Entretanto, havia quem

[26] JORNAL DO MARANHÃO: Semanário de Orientação Católica- Jornal a serviço da família e do povo. São Luís: 28/01/1968, p. 01.

observava esse panorama com outros olhos, tais como os do Padre João Mohana, que se tornava imortal da Academia Maranhense de Letras no ano de 1970:

> **Pe. João Mohana na Academia**
>
> Será na próxima têrça-feira, dia 4, a posse, na Academia Maranhense de Letras, do intelectual e padre João Mohana. O fato, não enche apenas de contentamento o mundo católico ludovicense, eis que êle é, acima de tudo, o corolário do homem que, durante tantos anos, vem dedicando o melhor de si à gloriosa tarefa descortinar caminhos luminosos na via literária. O Mundo e Eu, Sofrer e Amar, O outro caminho, Maria da Tempestade, A Vida Sexual dos Casados e Solteiros, Padre e Bispos Auto-Analisados, Ajustamento Conjugal, estão aí mesmo como projeções infinitas do seu saber, de sua inteligência, de seu amplo humanismo. Como padre e como homem, atento às profundas transformações sociais & culturais & étnicas que vem caracterizando o nosso século, João Mohana não permaneceu omisso do seu múltiplo papel de orientador e de reflexionador judicioso sobre os conflitantes problemas de ordem espiritual que induzem o homem atual a muitos desajustes. [...] Não é contemplativo, e isso pode ser sopesado na entrevista que aquiesceu em conceder-nos, onde, com objetividade e com aquela argúcia tão própria dos espíritos lúcidos, fala sobre os hippies, sobre a perenidade da arte do Velho Mundo, desfazendo imagens malévolas, deixando consignado sua esperança, baseado no que viu, de que a juventude não é aquilo que, infelizmente, imprensa sempre teima em destacar em letras de fôrma: destruidora dos valores morais e espirituais, enfim, dos alicerces do humanismo cristão. Graças a Deus, constata padre Mohana que a juventude europeia, em sua grande maioria, apesar dos pesares, ainda permanece lutando bravamente contra a maré dos detritos que insistem em querer afogar o mundo.[27]

O Padre Mohana, com suas experiências no exterior e escritos tais como *A Vida Sexual dos Casados e Solteiros*, pondera que, "em verdade", um tanto distante do que as manchetes pintam a juventude do contexto, a juventude europeia estaria "resistindo bravamente" as investidas que o mundo de "imoralidades" que se desenhava pouco a pouco na Europa e nos EUA. Dessa forma, o acadêmico tinha os *hippies* como um objeto de interesse nessas relações circunscritas entre o moral e o imoral. Segundo ele, a ameaça iminente de "destruição dos alicerces morais" não é tão assustadora como a imprensa brasileira demonstrava "em caixa alta". Essa não foi a única vez que o padre abordou a temática dos *hippies* e do que eles representavam para o seu tempo presente:

> Jovens cantando a liturgia da missa, vi em Florença saias apinhadas de jovens ouvindo Garaudy, vi em Paris museus repletos de jovens bebendo arte da fonte. É verdade que existem marginais, maconheiros, bolinheiros, drogueiros, mas não no número em que a imprensa internacional leva a crer. Esta viagem me vacinou contra as deformações das agências noticiosas. São empresas comerciais que faturam mais quando divulgam o sensacional. Se não há sensação, inventam, fabricam. Um exemplo: todo o escândalo de Marcelo

[27] JORNAL DO MARANHÃO: Semanário de Orientação Católica- Jornal a serviço da família e do povo. São Luís: 02/08/1970, ano XXXV, N. 3855, p. 01.

> Mastroiani com Fay Danway em Cannes, noticiado durante o último festival, foi simplesmente invenção da imprensa para faturar mais. Na época eu passava por lá – uma coisa é certa: a juventude europeia não é aquela que a imprensa propala. O jovem na Europa cresce com a memoria da guerra, transmitida ainda oralmente por personagens vivos da tragédia. A avalanche de hippies jovens em Amsterdam, Copenhagem e Stokolmo, por exemplo, não é europeia. É dominantemente norte-americana. Este foi o fato novo para mim. Poder constatar, na Europa, uma parcela da juventude americana desintegrada pela estrutura capitalista.[28]

Dessa forma, nesta segunda matéria em que o Padre Mohana é entrevistado, ele novamente se ocupa de tentar desmistificar o que os jornais internacionais tentam disseminar em torno da juventude europeia, de modo que o Padre dá a entender que é como se a Europa estivesse infestada de uma juventude usuária de drogas e entregue a outros prazeres carnais do contexto. Ao de citar exemplos como o evento de Cannes, ele delineia uma imprensa que se prende ao sensacionalismo com o intuito de fazer dinheiro, e quando não encontram o "sensacional", estes então "fabricam" ou "inventam" a notícia. O jornalismo brasileiro nesse contexto não estava tão distante destes paradigmas, ao passo em que costumava "imitar" os modos de escrita e de "sensacionalismo" em que veiculavam as informações que davam destaque para a juventude e as "irregularidades" de seus desvios morais, fossem eles sexuais ou "farmacêuticos" como trataremos neste trabalho.

Assim, o uso de drogas, bem evidenciado pelo padre, ao passo em que este acusa a juventude norte americana de ser a responsável por esse preconceito em relação a juventude europeia, é somente um dos recursos tidos como desinteressantes para a moral tradicional. Este capítulo então se ocupa de cruzar essas assimilações, de modo que um desvio contamina o outro. Então aqui temos o divórcio, o recurso de roupas consideradas não adequadas ou concursos de nudez. assim, é um contexto em que mulheres, por exemplo, externavam suas opiniões em relação ao casamento:

> **Casamento? Prefiro usar e mandar embora**
>
> [...] Divorciada do marido Patrick Curtis, Raquel Welch, ultimamente, tem vivido uma vida sentimental apenas movimentada. Mas não se fixa em nenhum homem por muito tempo. Ela prefere um romance rápido. Mas nada de um novo casamento. Ao que parece, a primeira experiencia foi também a última na sua vida.
>
> "Casamento é algo que não vai acontecer mais comigo. Tenho dois filhos, tive um marido mas agora não quero mais saber de ficar a vida toda ao lado de homem. Mesmo quando há muito amor entre duas pessoas, é sempre difícil a vida a dois. Chega um determinado ponto em que é fácil se aborrecer. Dai surgem as brigas. Principalmente, quando uma das pessoas é casada e, como

[28] JORNAL DO MARANHÃO: Semanário de Orientação Católica- Jornal a serviço da família e do povo. São Luís: 02/08/1970, ano XXXV, N. 3855, p. 04.

> é o meu caso, uma atriz famosa. O marido, com o tempo, passa a não compreender as obrigações da mulher-atriz. Então, surgem os choques. As brigas e, consequentemente, o nervosismo constante, deixa a mulher envelhecida. Mas não será esse o meu caso".
> Em Las vegas, fora o seu agente, Raquel Welch não foi vista acompanhada de um homem que pudesse ser citado como um novo marido: "Eu agora não quero mais ninguem para sempre. Tenho a hora que quero, uso e depois mando embora"![29]

Em entrevista feita a atriz Rachel Welch, se faz uma larga descrição de seu corpo, de suas roupas curtas no palco e, a atriz discorre sobre ser tida como um símbolo sexual, em que a atriz afirma não apreciar carregar esse termo consigo, apesar de apreciar o fato de ter seu corpo elogiado e desejado. Após um debate sobre sua relação com seus filhos e uma afeição da atriz pelo número 13 nos jogos de azar, vem em cena o assunto que vira o tema central da reportagem. O divórcio vira um subtópico da entrevista quando Rachel fala de sua separação e de sua falta de interesse em se casar novamente, a atriz considera que a "vida a dois" é muito difícil e que após algum tempo surgem "as brigas". Todo esse conflito em volta do matrimonio, aliado ao fato de ela ser uma "mulher-atriz", tornariam as situações ainda mais tensas. o que desembocaria em um "nervosismo constante" capaz de deixar a "mulher envelhecida". Depois dessas suas considerações, e de estranhamente o escritor procurar ao redor da atriz "um homem que pudesse ser citado como seu novo marido", sendo que Rachel havia acabado de dizer que não queria "mais ninguém pra sempre", a coluna é encerrada por uma frase da atriz, ainda sobre matrimonio, em que ela afirma preferir "usar" e depois "mandar embora".

O documento trabalhado denota um contexto. Nesse sentido, se estamos debatendo um momento de grandes modificações culturais, vale ressaltar que:

> O período no qual os Estudos Culturais estavam no auge exibia um aspecto peculiar. Parecia misturar política e cultura em medidas iguais. Se havia direitos civis e movimento pela paz, também havia experimento sexual, expansão da consciência e mudanças extravagantes de estilo de vida. Nisso, os anos 60 não se pareciam muito com o fin-de-siècle do século XIX. As últimas décadas daquele século foram uma espantosa mistura de radicalismo político e cultural. Foi o tempo do anarquismo e do esteticismo.[30]

Contudo, não é o objetivo de imaginar os indivíduos contraculturais, o "Easy Ride", e as "viagens Brasil afora" entorpecidos de substâncias e musicalidades inebriantes como vetores dissociáveis de uma dimensão política. Ainda em torno do tema do divórcio, vale ressaltar que:

---

[29] O ESTADO. **Casamento: Prefiro usar e jogar fora**. Piauí: Teresina, 21.01.1973, p. 06.
[30] EAGLETON, Terry. **Depois da teoria**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 61.

> Na segunda metade do século XX, esses arranjos básicos e há muito existentes começaram a mudar com grande rapidez, pelo menos nos países ocidentais "desenvolvidos", embora de forma desigual mesmo dentro dessas regiões. Assim, na Inglaterra e no País de Gales — reconhecidamente um exemplo um tanto dramático —, em 1938 houve um divórcio para cada 58 casamentos (Mitchell, 1975, pp. 30-2), mas, em meados da década de 1980, a proporção era de um divórcio para cada 2,2 casamentos (UN Statistical Yearbook, 1987). Além disso, podemos ver a aceleração dessa tendência nos desvairados anos 60. No fim da década de 1970, houve mais de dez divórcios para cada mil casais casados na Inglaterra e Gales, ou cinco vezes mais que em 1961.[31]

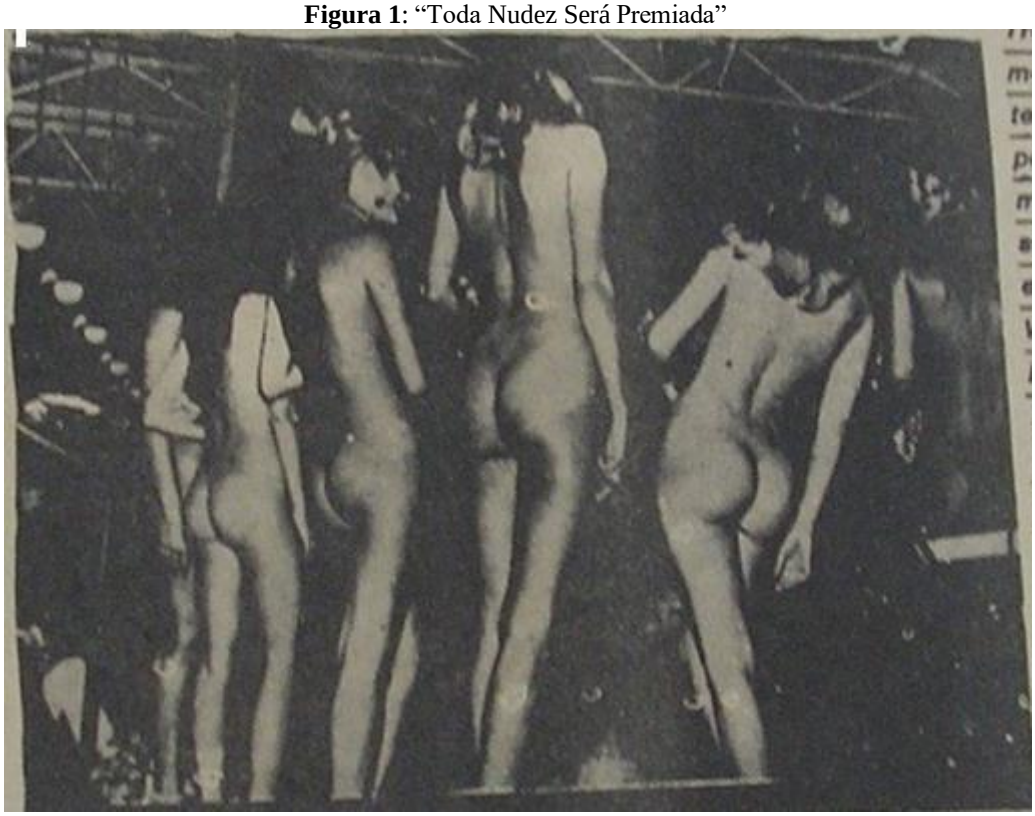
Nesse sentido, queremos interpretar essas "novas" formas de ser e estar como posturas engendradas em que o cultural e o político assumem "cargos" de importância, se não são equalizados, ao menos não anulam ou diminuem um ao outro. Ao divorcio se somam outras temáticas "polêmicas" do período, tais como a nudez, presente em edição do jornal teresinense *O Estado*, de 05 de setembro de 1972:

> **Toda Nudez será premiada**
> Três concursos, pelo menos, glorificaram este ano a beleza do corpo feminino – obra prima do bom Deus—no seu sentido mais pagão e clássico: Miss Nu América/ 72, indiana, Miss Nu Cosmos, California, Estados Unidos. E, pela primeira vez em 8 anos, foi permitido que os espectadores assistissem, vestidos, ao julgamento das candidatas e coroação da vencedora.[32]

A remissão do título da matéria à peça de teatro *Toda Nudez Será Castigada*, de Nelson Rodrigues, encenada pela primeira vez em 1965, e ao filme dela desdobrado, dirigido por Arnaldo Jabor e lançado naquele ano de 1972. Na peça, a nudez é representada pela prostituta Geni, que, no filme de Jabor, seria interpretada pela atriz Darlene Glória, a qual aparecia como ícone de beleza e de transgressão do corpo feminino na época em destaque. Do mesmo modo, a matéria remete não ao castigo, mas à premiação do corpo feminino em transgressão, o que pode ser observado na imagem resultante da matéria:

[31] HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos:** o breve século XX 1917 – 1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 251.
[32] ESTADO, Jornal O. **Toda nudez será premiada.** Piauí: Teresina, 05.09.1972, p. 11.

Figura 1: "Toda Nudez Será Premiada"



Fonte: Jornal O Estado[33]

O texto e a imagem colocam a nudez como plano central da narrativa. Apesar de que, como veremos a frente, cidades do Piauí como Teresina pudessem ser tidas como "careta", começavam a penetrar, a olhos (ou periódicos) vistos, uma tendência abertura aos temas centrais do contexto contracultural (sexualidade, drogas, desbunde e etc.). Assim, são como reflexo dessas liberações sexuais que, se não o fazem, ao menos tentam exercer uma naturalização da sexualidade. O documento que trabalhamos faz menção a "moda" de concursos de "Miss Nu" nos Estados Unidos, como um entretenimento de boa receptividade, havendo inclusive no concurso citado uma exceção, de os telespectadores "assistirem vestidos", algo que não ocorria há oito anos, delineando uma proposta de aumentar ainda mais o público que se sentisse intimidado a assistir devido a "obrigatoriedade da nudez".

É curioso que, abordando as "pressões" em torno dos usos dos corpos femininos no contexto da década de 1970, se entende que "Essas pressões não se dirigiam apenas ao usufruto da sexualidade, mas ao consumo de substâncias aceitas ou proibidas, como os cigarros e a maconha. Ao longo desses anos, havia uma grande pressão para que as moças fumassem"[34]. Existem ainda mais na direção de uma atenção conjunta em torno dos sexos (prazeres) e as

[33] ESTADO, Jornal O. **Toda nudez será premiada.** Piauí: Teresina, 05.09.1972, p. 11.
[34] CARDOSO, Elizangela. **Outros Tempos***: Pesquisa Em Foco - História*, *17*(29), 2020, p. 383.

drogas, na mesma página em que se tem uma coluna com o título "Padre Afirma que Gôverno Deve se Preocupar com o Uso de Drogas entre os Jovens", há uma outra coluna com o título "Paulo VI critica nudismo":

> **Paulo VI critica nudismo**
> CIDADE DO VATICANO
> - O Papa condenou as extremas manifestações naturalistas, obscena, exaltação do nudismo, do erotismo e do pan-sexualismo, convertendo o corpo em "princípio e fim da vida". Paulo VI que falava aos peregrinos e turistas deu a entender que se referia ao Congresso Mundial de Nudismo, realizado recentemente na Inglaterra.[35]

É sintomático o fato de expressarem receios em relação a drogas e nudismo na mesma página, indica, como já viemos delineando até aqui, uma conexão conceitual entre estes temas que parecem ser transversais, intimamente conectado, tanto a página do jornal reforça um aumento do número de usuários de substâncias psicotrópicas, quanto também evidencia a relevância que a nudez estaria tomando, "merecendo' até um congresso mundial de nudismo. Assim, faz sentido que as transformações do século XX foram:

> Menos ruptura, aliás, do que inflexão da curva: é o momento em que os mecanismos de repressão teriam começado a afrouxar; passar-se-ia das interdições sexuais imperiosas a uma relativa tolerância a proposito das relações pré-nupciais ou extra-matrimoniais; a desqualificação dos perversos teria sido atenuada e, sua condenação pela lei, eliminada em parte; ter-se-iam eliminado em grande parte, os tabus que pesavam sobre a sexualidade das crianças.[36]

A foto acima, que expõe as nádegas de quatro participantes, atreladas ao texto da reportagem dão o grau da abertura e circulação deste tipo de conteúdo, em que para o texto as garotas seriam "obra prima do bom Deus" no "seu sentido mais pagão e clássico" evidencia a relativa tranquilidade com que se propagam, em periódicos de circulação, discursos desta esteira. A nudez pode parecer algo "extremo" para um debate em torno dos hábitos, se assim o for, podemos usar o sutiã como exemplo:

> **Colégio não quer alunas sem "soutien"**

[35]MARANHÃO. Jornal do. Semanário de Orientação Católica – Jornal a serviço da família e do Povo. 06/09/1970, p. 5.
[36] FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, p. 109.

> Estudantes do Grupo Escolar Governador Arlindo Nogueira foram suspensas pela diretora do estabelecimento porque estavam comparecendo às aulas sem "soutien".
> A medida causou revolta nas estudantes alcançadas com a punição, que resolveram abolir o soutien em face do calor e porque a moda moderna dispensa o uso dessa peça íntima, daí porque estão solicitando à direção da escola reconsideração do ato.
> As estudantes consideram cafonice o uso do soutien, valendo-se do fato de que, nos grandes centros, está sendo abolido o uso da peça superior nos trajes de banho.[37]

Após uma punição de alunas por não usar "soutien", no Grupo Escolar Governador Nogueira, houve reações por parte das estudantes contra a punição da estudante. O que teria motivado as reações das estudantes, que "revoltadas", resolveram "abolir o soutien em face do calor" e em virtude de a "moda moderna" dispensar "o uso dessa peça íntima". Dentre as considerações exposta no texto, o de que as estudantes definiam como "cafonice" o uso de "soutien" e chama a atenção o fato de justificarem suas atitudes baseadas nos "grandes centros". Nesse sentido, os embates em torno dos usos do corpo iam desde temas recortados como concursos de nudez até ao usos práticos do cotidiano das peças íntimas femininas. Há alguns exemplos de (contra)propaganda que poderiam muito bem, sem querer, influenciar de uma forma ou de outra:

> **Juventude sadia deve dar exemplo**
> Dia a dia cresce o volume das manchetes em jornais a respeito de uma juventude desajustada, indiferente, que se concentre em grupos e toma nomes como "Provos" na Holanda, "Hippies" nos Estados Unidos e que tem como características "um estado mental de grande calma, de intensa e agradável sensação de ímpeto creativa". Tudo isto graças a drogas como LSD, MARIJUANA, MACONHA, etc. Desfilam pelas ruas pregando o amor e carregando flores.[38]

Apesar de ser um texto proibicionista, característica evidenciada pelo título e pelo restante do texto – que só analisaremos no capítulo seguinte por uma coerência narrativa – o inicio do texto parece favorecer uma leitura um tanto romantizada, embora satírica e sarcástica, de um universo juvenil que parece se consolidar. O contexto que integra *hippies* ou "provos" como influências nas tendências artísticas e dos modos de vida que passam a ter relevância política e social, assim como os usos psicotrópicos evidenciados pelo autor também demonstram um Maranhão, assim como um Nordeste e um Brasil, que não está alheio em

[37] ESTADO, Jornal O. **Colégio não quer alunas sem "soutien"**. Piauí: Teresina, 30.08.1972, p.01.
[38] MARANHÃO, Jornal.: Semanário de Orientação Católica- Jornal a serviço da família e do povo. São Luís: 6 de setembro de 1967, p. 7.

relação aos eventos mundiais. Vale lembrar que este documento é de 1967, e os movimentos mais contundentes são de 1968, o que corrobora a ideia de que o "delay" da chegada de novas ideologias e tendências difundidas no restante do mundo não se aplicaria, necessariamente, a nossa temática. A hipótese é de que a ideia do "atrofiamento" ou "embrutecimento" da juventude era uma preocupação aguda das lideranças políticas neste momento para não "levar a sério" uma "ameaça" tão grave quanto "desfilar pelas ruas pregando o amor e carregando flores".

Além disso, o universo que queremos dimensionar aqui é um universo de circulação, de movimento, de troca e de encontros:

> **Hippie diz que teresinense é quadrado**
>
> Teresina é uma cidade quadrada, careta. Não propriamente a cidade. Refiro-me às autoridades repressoras. Não é que fomos ameaçadas de prisão e expulsa da capital do Piauí? Essa não! Percorremos os grandes centros urbanos do Brasil e nunca nos aconteceu quaisquer conflitos junto à polícia. Fomos expulsas da cidade. A autoridade coatora nos deu o prazo de 24 horas para a gente sumir de Teresina. Motivo? Maconha? Droga? Não sei o porque. Teresina, uma cidade careta.
>
> Palavras de Theresa, uma loira paulista, 18 anos que tem como profissão a anti-profissão: Hippie. Ela esteve na redação de 'O ESTADO", em transito para o Maranhão, onde deixou transpirar uma série de apreciações:
>
> Somos um grupo, eu, Baiana e baby (paranaense) que estamos curtindo o Brasil, sem lenço e sem documentos. Easy Ride. Sem destino. De Porto Alegre a Fortaleza, a pior cidade pra gente foi Teresina, onde estamos sendo expulsas. Tem nada não. Sou da paz, nunca de guerra. Tou na minha! [...].
>
> Enquanto a hippie Theresa conversa, forma um grupo de mocinhas que conversam entre si, admirados dos cabelos em caracóis da forasteira, principalmente da mini-blusa sem soutien. Theresa reage:
>
> - Tá vendo como sou olhada? Sou mulher e viajo sozinha. E daí? Entendo a mulher como uma pessoa marginalizada na sociedade brasileira, escrava do marido ou do pai. Não curto essa, não. Faço o que quero e acho que a mulher brasileira é uma verdadeira escrava. Mas tem uma turma feminina legal e que já começou a exigir o verdadeiro papel da mulher dentro e fora do lar. [...]
>
> --Claro que estou desligada dessa pseudo-moral de nosso tempo, né? É isso aí, bicho; tou curtindo o Brasil!
>
> Indagada das companheiras, disse Theresa:
>
> -- O DOPS entrou na nossa curtição! Temos instruções de nos separar no Piauí. Que jeito? Agora, cada uma vai curtir a sua. Depois a gente se encontra no tempo e espaço. Legal? Tudo isso porque, ontem a noite, a turma parou o trânsito da Praça Pedro II. A autoridade achou que a gente podia contaminar "a juventude do Piauí". Tem nada não!
>
> Theresa usa calça Lea e carrega seus apetrechos envoltos no corpo – rede, lençóis, alimento etc. – e sempre é observada com atenção, como se tratasse de um objeto estranho;
>
> /-- Viu como sou olhada? Mesmo assim tem uma turma legal em Teresina. Tem essa não, careta! Que tá escrevendo aí? Os coroas estão errados e a

> juventude está despreparada para assumir responsabilidades futuras. Tou na minha bicho! Nada mais.[39]

O periódico citado nos fornece subsídios para conseguir vislumbrar as tendências culturais e sociais que começam a se delinear e outras que já estão em processo. A estratégia desbundista de viajar o Brasil, ou "curtir o Brasil", inserindo esses grupos em um contexto e práticas que desembocam em uma "revolução das mochilas", que por sua vez é identificada como uma "prática específica, de viajar da forma mais radical e um modo de sair do sistema, crítica à sociedade e as instituições"[40]. Assim:

> Se as diferentes mídias [ele está falando de jornais alternativos] tiveram papel importante na veiculação de representações da juventude, que foram apropriadas de diferentes formas pelos sujeitos, o fluxo de pessoas também contribuía para a circulação de suas práticas e imaginário. As viagens, sesse sentido, foram atividades relevantes para a propagação da contracultura entre os jovens no Brasil, especialmente no interior do país. O próprio viajar se ampliava enquanto prática entre a juventude, possuindo características próprias.[41]

Dessa forma, "há a presença de um imaginário enquanto prática de descoberta do país, da construção da nacionalidade" e também uma crescente tendência de indivíduos afim de viajar "de uma forma que não fosse turística, que permitisse conhecer todo o caminho"[42] e esta perspectiva de circulação era privilegiada pelos mais distintos setores da sociedade política brasileira – desde a direita e esquerda, até grupos econômicos interessados voltados para o turismo movido a combustível ou construtoras de estradas –. Partindo disto, o documento e a literatura demonstram outras alternativas de ser e estar no espaço-tempo, funcionando como escape de uma sociedade tecnicista. Essa "anti-profissão", como é dita pelo colunista, compõe movimentos inscritos em uma automarginalização[43].

Além disto, as viagens, para Leon Kaminski, também representavam uma "válvula de escape" em relação a realidade violenta e autoritária de um Brasil em "sufoco"[44], termo utilizado para falar deste momento. O debate em torno das viagens e circulações de *hippies* e cabeludos é amplamente debatido por Kaminski, em que essas circulações foram produto não

---

[39] ESTADO, Jornal O. **Hippie diz que Teresina é quadrada**. Piauí: Teresina. 10.08.1972, p. 07.
[40] Ver. KAMINSKI, Leon Frederico. **A revolução das mochilas:** contracultura e viagens no Brasil ditatorial. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense: 2018, p. 11
[41] *Ibid.*, p. 29.
[42] *Ibid.*, p. 31-32.
[43] *Ibid.*, p. 11
[44] Me faz lembrar da música *Último Romance*, de Los Hermanos: "ah, vai, me diz o que é o sufoco que eu te mostro alguém afim de te acompanhar. E se o caso for de ir à praia eu levo essa casa numa sacola".

somente dos desejos escapistas da juventude, mas também favorecidas pelo mercado turístico que se intensificava, pela construção das estradas, além de incentivos por parte do próprio governo militar para viagens de universitários. Inclusive, é bem possível que o governo militar tenha passado por algumas saias justas tendo em vista que "em 1975, por exemplo, a comunidade de informações registrou atividades destoantes de alunos da UFMG, em Barreiras, na Bahia", uma vez que estes "foram vistos fumando maconha num cabaré, além de uma estudante mineira que fora flagrada tirando a roupa e gritando nas instalações do projeto"[45], gostaríamos muito de saber o que ela gritava enquanto estava pelada, se ela usou alguma substância e etc. o certo é que a perspectiva de uma moça tirar a roupa em meio a confraternizações entre estudantes neste recorte pode conferir a esta atitude um teor ideológico feminista bem característico do momento[46]. Dessa forma:

> A ditadura não conseguia conter entre os brasileiros as transformações culturais que aconteciam internacionalmente, como a liberdade sexual, emancipação feminina ou o consumo de substâncias alteradoras da consciência. Nesse contexto, as novas rodovias seriam também espaços para experiência de liberdade, de descobertas, da linguagem contracultural da viagem.[47]

Além do já exposto, os discursos de Theresa a localizam também em uma geração feminina que teve contato com leituras feministas, essa evidencia fica clara na medida em que a jovem de 18 anos, questionadora da identidade patriarcal da sociedade brasileira, lê o lugar das mulheres no brasil de modo que estas seriam "escravas" do marido e do pai. Entretanto, ela assinala que existe uma "turma feminina legal" que "começou a exigir o verdadeiro papel da mulher dentro e fora do lar".

Theresa também informa que dos grandes centros urbanos com os quais teve contato, Teresina foi a única com quem teve problemas com as autoridades. Isso pode nos levar a inferir que os outros centros urbanos, "de Porto Alegre a Fortaleza", já possuíssem um número considerável de indivíduos ou de experiências desviantes. Se não podemos dizer isso, ao menos podemos entender que Teresina pudesse possuir uma tradição de caráter conservador relativamente mais intenso. Ora, se nas outras cidades as moças nem ao menos tiveram

---

[45] KAMINSKI, Leon Frederico. **A revolução das mochilas:** contracultura e viagens no Brasil ditatorial. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense: 2018, p. 71-72.

[46] Não precisamos nos prolongar demais para citar os atos de determinados grupos feministas comprometidos com a demonstração dos próprios corpos, ao mostrar os seios, a bunda ou os cabelos das axilas. Pode-se analisar que, nesse contexto de presente, estes pelos e pentelhos para as mulheres, como estariam os cabelos grandes nos homens.

[47] KAMINSKI, Leon Frederico. **A revolução das mochilas:** contracultura e viagens no Brasil ditatorial. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense: 2018, p. 72.

problemas com as autoridades ou a polícia, o que poderíamos interpretar com a atuação excludente e drástica das autoridades teresinenses de expulsar essas mulheres? Não somente expulsar, mas determinar deveriam seguir caminhos separados. E como a característica principal deste momento de nossa narrativa se trata dos desviantes, apesar do autoritarismo exercido pelas instituições de Teresina nesse caso, Theresa também afirma haver uma "turma legal" na cidade, o que nos leva a inferir que os debates, ideias, hábitos e práticas exercidas pela jovem já tinha um público com capacidade cognitiva de recepção de tais elementos.

Desse modo, apesar do ato de exclusão das autoridades locais, Theresa passa uma percepção de desprendimento em relação aos sentimentos negativos que a situação a trouxe, isso fica evidente em trechos como "tem nada, não!", "tou na minha", "sou da paz e nunca da guerra" e quando fala de sua separação com as amigas na frase "agora cada uma vai curtir a sua. Depois a gente se encontra no tempo e no espaço". Somado a isto, a aparência, o vestuário e os "apetrechos" de Theresa também servem de parâmetro discursivo dentro do texto, em que seus cabelos "caracóis" e "mini-blusa" chamam a atenção não somente de quem está escrevendo como de quem está ao redor, onde se agrupam "moças" para admirar e comentar a aparência de Theresa. Ao concluir, após suas provações, que o teresinense é "careta" apesar de haver "uma turma legal em Teresina", Theresa expõe elementos da crise geracional de que viemos discutindo, em que para ela "os coroas estão errados", e que "a juventude está despreparada para assumir as responsabilidades futuras". É importante frisar que esse recorte temático de pensar a contracultura é marcado por uma clivagem de classe, em que:

> "É o império da classe média sobre a juventude que começa a configurar-se, separando de imediato os jovens modernos dos jovens cafonas. A cafonice também está relacionada ao recuo do mundo rural, ao crescimento avassalador das periferias das grandes cidades, à impossibilidade de consumir dos pobres."[48]

Para ilustrar com mais clareza a respeito desta evidente marcação de classe, vale ressaltar que Hobsbawm, além de destacar a dita marcação faz uma distinção das dimensões de consumo jovem neste contexto:

> O "boom adolescente" britânico que começou nessa época baseou-se nas concentrações urbanas de moças relativamente bem pagas nos escritórios e lojas em expansão, muitas vezes com mais para gastar do que os rapazes, e naquela época menos comprometidas com os padrões de gastos masculinos

[48] CARDOSO, Elizangela. Entrevista com Terezinha Queiroz. Juventude e Políticas do corpo nos anos 1960 e 1970. **Outros Tempos: Pesquisa Em Foco - História**, *17*(29), 2020, p. 375.

> em cerveja e cigarro. O boom "revelou primeiro sua força em áreas que as compras das moças se destacavam, como blusas, saias, cosméticos e discos populares"[49]

Desse modo, é sintomático que, segundo o autor, "O mercado de moda para os jovens plebeus estabeleceu sua independência e começou a dar o tom para o mercado grã-fino"[50], nessa medida, também é nesse momento em que o uso da diamba, por exemplo, antes marginalizado e associado a pobres e pretos trabalhadores, agora ganhava aceitação das camadas médias urbanas, o que contribuiu para sua "tolerância cultural" por parte de vários países, em que essa "tolerância" é ainda mediada por um recorte de classe e de cor ainda evidente, especialmente no Brasil. Deste modo, em torno de uma recepção de hábitos e culturas marginais, no contexto que analisamos, por parte de uma camada média, faz sentido que "Jovens aristocratas começaram a abandonar os sotaques que, na Grã-Bretanha, identificavam infalivelmente os membros de sua classe, e passaram a falar de modo aproximado ao linguajar da classe operária"[51] . Como poderíamos operacionalizar isto em nosso recorte? O Semanário de Orientação Católica publicava um texto com título "Por Amor o Homem e a Mulher Criaram a Civilização". em seu corpo tem o seguinte parágrafo:

> Hoje, exclamações, anedotas imorais, são comuns, quando, não há muito eram mal admitidas entre trabalhadores humildes, divertindo-se a seu modo, num ligeiro descanso, ou em determinadas ruas, para o constrangimento de quem passava e era eventual ouvinte[52]

A partir do periódico, podemos operacionalizar o que Hobsbawn expõe em sua análise da década de 70 a respeito de uma adição de usos e modas. Mas teria mesmo influenciado, na cidade de Teresina, a presença da jovem Theresa? Em menos de dois meses o Estado veicula uma outra notícia que inclui *hippies* em Teresina:

> Hippies iam levar moças de Teresina
> Levadas pelo desejo de aventuras, quatro moças de Teresina só deixaram de acompanhar dois hippies argentinos, um mineiro e um amazonense porque a polícia foi alertada e ontem os prendeu, no momento em que as jovens e eles se encontravam para iniciar uma viagem "de curtição" pelo Brasil afora. As quatro moças pertencem todas à alta sociedade de Teresina, mas apenas duas

[49] HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos:** O Breve Século XX (1914 - 1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 256.
[50] HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos:** o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 258.
[51] *Ibid.*, p. 258.
[52] MARANHÃO. Jornal do. **Semanário de Orientação Católica – Jornal a serviço da família e do Povo.** 16/05/1971, p. 06.

> foram encontradas pelos policiais, sendo encaminhadas ao juizado de menores.
> Os hippies argentinos são Rámon Eduard Salgueiro, de 22 anos, Guilhermo Iribane, de 21 anos e, os brasileiros, Conrobert Pereira Dutra, de 19 anos, natural de Belo Horizonte, e Heraldo Oséas Bezerra, de 20 anos, de Manaus. Recolhidos ao xadrez da Central de Polícia, à disposição do 1* Distrito Policial.
>
> ALARME
>
> Um advogado de Teresina parente de uma das jovens que iam viajar com os hippies, soube, casualmente, da fuga planejada e avisou à polícia. Sabendo que o encontro seria na praça Pedro II, uma guarnição da rádio-patrulha compareceu ao local, confirmou as suspeitas e prendeu os quatro. Os hippies afirmam que estavam de passagem por Teresina e negam que sejam aliciadores de menores (as moças têm entre 13 e 15 anos). o caso, porém, está sendo investigado, podendo surgirem novos detalhes quando forem localizadas as duas meninas que não estavam presentes na hora do encontro na praça.[53]

A situação inusitada descrita pelo jornal se refere a prisão de quatro *hippies*, que levariam para uma viagem "de curtição" pelo "Brasil afora" quatro moças da "alta sociedade de Teresina". Fato a se evidenciar é a repetição dos termos "curtição" e "viagem pelo Brasil" nos dois números do jornal, que coloca os sujeitos do documento também inseridos em um contexto de "revolução das mochilas", inclusive internacionalmente devido a nacionalidade dos *hippies*. Também há um elemento que gera curiosidade e questionamentos: a prisão dos sujeitos é noticiada menos de dois meses depois da passagem de Theresa por Teresina. Além de denotar que pode haver uma intensificação da "passagem por Teresina" de sujeitos com o perfil de Theresa ou dos quatro sujeitos presos, também denota uma influência dessas experiências na cidade de Teresina, em que quatro moças "entre 13 e 15 anos" estariam dispostas a viajar pelo Brasil junto de quatro sujeitos maiores de idade. Poderiam ser, essas meninas, as mesmas "moças" que admiravam Theresa dois meses antes? Difícil de afirmar, mas não é impossível que as moças pudessem ter se encantado com as ideias que indivíduos como Theresa, ao passarem por Teresina, desabrocharam na juventude local. Assim, fica evidente que havia um medo por parte dos pais em relação aos seus filhos e filhas, que era o medo destes praticarem "coisas de *hippies*", para sublinhar esta perspectiva importante que é a relação dos jovens com o uso de drogas, Le Breton cita em sua obra ritos em torno da iniciação ao uso de maconha:

> O jovem que pela primeira vez se aventura nessa experiência começa efetivamente por 'nada' experimentar, a não ser uma leve indisposição. A função dos iniciados que acompanham suas experiências inicialmente desajeitadas é ensina-lo a reconhecer determinadas sensações [...] isto é, de usufruir dos efeitos da droga em total conformidade com tal experiência. Ao experimenta-la, o noviço aprende a identificar estas sensações fugazes,

[53] ESTADO, Jornal O. Hippies iam levar moças de Teresina. Piauí: Teresina, 13.10.1972, p. 08.

> associando-as ao prazer. Os iniciados fartam-no de exemplos e conselhos, mostram-lhe como reter a fumaça, como provar suas virtudes, retificando assim suas atitudes. Ele mesmo passa a observar seus comparsas, tentando identificar-se com eles, para fisicamente provar a verdadeira sensação desta experiência. Assim, uma espécie de bricolagem se opera junto ao noviço entre o que os outros lhe dizem e o que ele pensa. [54]

Assim, alguns indivíduos dotados de outras classificações desviantes como prostitutas, bandidos, cafetões e etc., tem sua imagem vinculada ao uso de drogas e outras dimensões de "promiscuidade" humana como veremos aqui:

> **Mona – A Vigarista**
>
> Parece uma criança mas as ideias, as reações, o comportamento de MONA, são de uma adulta altamente experiente e abalizada no rumo da vida fácio. Em seu olhar, Mona expede raios de conquista. A sua voz de menina-moça é como o "sino que chama os fiéis". Ali sabe ser pilantra! Mona é uma vigarista profissional.
>
> Quem a vê à primeira vista não é nunca capaz de imagina-la aquela garotinha interior mas que "passou prá traz" as deusas do asfalto.
>
> Ela acha que para sua autorrealização, depende muito de dinheiro – ela realiza-se em seu mundo colorido de sexo, narcóticos e bebidas alcoolicas. Mona é dessas meninas que fala e escreve corretamente o idioma dos toxicômanos viciados em drogas e entorpecentes de toda ordem. Mona é uma criança em tamanho, idade e aparência mas só nisso; no mundo da vadiagem é uma adulta de fina e triste experiência.
>
> Ela não nasceu assim. É claro. Mocinha pobre chegada do interior; entrou no caminho da vaidade, mas não dispunha de recursos para acompanhar a moda das mini-saias, mini-blusas, pantalonas, "shorts", calças Lee, perucas, colares e foi assim que... aceitou uma carona funesta... um passo para sua desgraça; a desgraça que Mona queria.
>
> Como se num passo de mágica, da noite para o dia, Mona mudou de aspecto: vestia melhor, ia em cinema, praias, buates e não andava mais de ônibus nem a pé: daqui prá ali MONA entra num "placa amarela".
>
> Em busca de dinheiro a qualquer modo,, submetendo-se a toda sorte de provas, Mona – a vigarista profissional, a jovem concorrida e discutida de hoje – a velha rejeitada e intolerável amanhã, aproveita o clímax de sua fase libidinosa que teve início quando lhe despertou a vaidade.
>
> Mona, aqui vai meu lembrete: A VAIDADE É A PIOR DESGRAÇA DA VIDA DO POBRE.[55]

O texto é, de um modo ou de outro, muito sintomático das questões que tratamos até aqui. Apesar das considerações negativas do autor – que francamente penso ser cada vez mais problemático e estranho, para dizer o mínimo, a medida em que avança o texto – podemos ver um cenário de uma criança de características muito específicas. Sendo ela, segundo o autor,

---

[54] LE BRETON, David. **Antropologia dos Sentidos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2016, p. 33

[55] MARANHÃO, Jornal do. Semanário de Orientação Católica – Jornal a serviço da família e do Povo. 31/05/1970, p. 5.

uma moça do interior, que tem contato com a cidade e por não ter condições de acompanhar as modas como “mini-blusa” e “mini-saia”, segundo o autor, teria entrado na vida do crime e da “vadiagem”. O autor relata que a moça passa a andar de taxi e deixa de andar de ônibus, esses fatores juntos, agregam o carro como espaço de transgressões neste contexto, assim como as “mini-blusas e mini-saias” inseridas dentro do nosso contexto, podemos evidenciar um Maranhão, no campo dos hábitos diurnos, de vestimenta, de transgressões, que não está desconectado dessas transformações contraculturais que atingem o Brasil. Assim, além das colocações problemáticas que sexualizam a criança Mona, também são percebidas características hedonistas em torno dos prazeres sexuais que entram em clímax neste momento:

> Alguns simplesmente fingem-se chocados, pois sabem que a busca exigente do prazer abre um mercado de consumo extraordinário. Sexólogos, psicólogos, laboratórios produtores de Viagra, casas especializadas na boa conservação do pênis envelhecido e muitos outros precipitam-se para resolver a alto preço os problemas dos casais. Pois a felicidade talvez esteja no campo, contanto eu seja possível folgar sem pane até o orgasmo, simultâneo, como deve ser.
> Tenho a sensação, contudo, de que o individualismo e a permissividade são artimanhas de nossas culturas para orientar os corpos e os corações, alguns diriam as almas, para novas formas de vínculo social, mais diretas e estreitas, sobretudo através do fenômeno familiar, em impressionante transformação sob nossos olhos. Longe de revelar uma decadência de nossa civilização, como afirmam os moralistas rabugentos, essa inovação prova antes o seu dinamismo e sua capacidade de adaptação.[56]

Talvez seja essa perspectiva individualista pela busca do prazer, que o colunista está tendo dificuldades de digerir, em seus estranhíssimos relatos e descrições a respeito da criança Mona, que seria uma vigarista para o autor do texto.

O “breve século XX”[57] se encontra em sua sexta década em um momento muito particular: após crises econômicas, duas guerras mundiais, duas bombas, uma “guerra fria” em curso e algumas outras deselegâncias próprias do contexto, o mundo vê um tipo diferente de crise se desenvolver, uma do tipo geracional. Essa crise também representa um momento de emancipação (ou ao menos uma tentativa) de um vetor que se torna um elemento político a ser levado a sério: a juventude. Dessa forma, é um contexto em que se lê uma transição em que “do proletário, o sujeito revolucionário deslocava-se para a juventude”[58]. Essa crise geracional e

[56] MUCHEMBLRD, Robert. A SOCIEDADE NARCÍSICA. In: O ORGASMO E O OCIDENTE: Uma história do prazer do século XVI a nossos dias. São Paulo. WMF Martins Fontes, 2007, p. 340.
[57] HOBSBAWN, *Era dos extremos:* o breve século XX *(*1914-1991*).* São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
[58] KAMINSKI, Leon Frederico. A revolução das mochilas: contracultura e viagens no Brasil ditatorial. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense: 2018, p. 22.

identitária é lida nos termos de juventudes que querem ser diferentes dos seus pais. Não só porque seus pais são "caretas" e não acompanham um mundo que se massifica densamente, mas também porque são "responsáveis" pela realidade social vigente.

Esses direcionamentos de distinção vão levar as juventudes a aderirem a hábitos (e atos) que vão em confronto com os valores dos pais. Se os pais fumam cigarro (o careta) os filhos fumam diamba e cheiram pó, se os pais tomam álcool os filhos querem um LSD, se os pais fazem guerras os filhos querem fazer amor. Como é de se esperar, essa mudança de hábitos tende a acentuar esses conflitos geracionais, os movimentos de 1968 na França e os desdobramentos decorrentes dos movimentos contraculturais são o recrudescimento desses desencontros. Como se lê:

> Padre: Adultos não Sabem Ver Juventude
> Contrariando a opinião dominante de que os jovens estão desnorteados, o Padre Eugene Charboneau afirma: "os pais é que estão desnorteados frente a juventude". Adianta ele— os jovens estão dentro de uma civilização nova vivendo no seu mundo enquanto os pais estão ainda ligados a uma civilização bastante diferente, passada".
> ESTUDOS
> Falando sobre o "Dialogo na Educação", o Padre Charborneau estabelece duas razões fundamentais no hiato pais – filhos: a primeira, se situa no plano cultural. "Se resume nas mudanças violentas "choques do futuro" fazendo com que os pais não alcancem os filhos".
> -- As consequências dessa evolução extremamente rápida, provocando mudança de valores e mesmo as estruturas mentais, atingem as razões pessoais e acontecendo ai a passividade dos pais frente aos filhos.
> LIBERDADE
> Já o dr. Haim Grunspum, também diretor da Escola de Pais, considera que toda educação dos pais, deve ser orientada no sentido da liberdade.
> -- A família é um sistema biologico da sociedade, e os pais têm de aprender como educar seus filhos para manter êsse elo biológico-familiar que é a própria reprodução daquilo que é a sociedade.
> Na sua opinião, "a liberdade tem que ser assimilada para que ela seja estendida à sociedade.
> -- Para educar dentro dos princípios da liberdade, é necessário a autoridade. E os pais não sabem lidar com ela, sempre exagerando a ponto de torna-la patológica.[59]

Os pensamentos inusitados do padre, "contrariando a opinião dominante", além de representarem uma curva discursiva, também representa um homem observando o seu tempo com as ferramentas que tem. O debate identifica duas posturas: se para os pais os jovens estão "desnorteados" é em relação aos valores morais e culturais vigentes e, se para os jovens o contrário é a verdade, é porque os pais não conseguem acompanhar as modificações culturais

[59] ESTADO, Jornal O. **Padre: Adultos não sabem Ver juventude**. Piauí: Teresina, 13.10.1972, p. 03.

de um mundo que se massifica e encontra novas possibilidades e perspectivas de ser e viver que não seja uma realidade "cinza" e tecnicista produzida por essa geração adulta. Nesse processo de transição cultural, dessa "realidade cinza" para uma mais "colorida", alguns hábitos, práticas e consumos vão servir de parâmetros simbólicos de identificação e diferenciação, tanto quanto seu posicionamento político, seu voto, as músicas que ouve, os filmes que assiste, visão de mundo e etc. O uso de substâncias psicotrópicas emerge nesse momento como uma destas categorias simbólicas:

> O pano de fundo da contracultura, do movimento *hippie* e das ditaduras que se estabeleciam em muitos países do mundo – um "outro" desenhado com traço forte contra o qual se posicionar e fundar o "eu" –, bem como o da família burguesa tradicional, cujos alicerces o divórcio e os contraceptivos começavam a balançar; tudo isso se apresenta como inalienável paisagem a informar o recurso às drogas para os jovens desta geração. Contra este cenário, erigia-se em valor a ruptura. Os meios possíveis de resistência, nos atestam os entrevistados, eram o engajamento político e a guerrilha, por um lado, ou o desbunde e o recurso lúdico às drogas, por outro.[60]

Contudo, devemos evidenciar que o uso de substâncias seja ele em uma dimensão dos prazeres ou com finalidade política, o que está sendo atravessado pela realidade é um corpo em que "antes do pensamento, há o sentido"[61], um corpo que passa pelo crivo da vigilância, mas que também se articula no sentido de subverte-la ou de dribla-la. Sendo assim, "o mundo do homem é o mundo da carne. Uma construção nascida de sua sensorialidade passada ao crivo de sua condição social e cultural, sua história social, sua atenção ao meio"[62]. Deste modo, acerca deste corpo:

> O corpo contracultural expressava uma rejeição à padronização objetiva do corpo, higienista, militarizada e voltada para o trabalho, e contrapunha-se aos padrões sociais e culturais estabelecidos para o gênero. Buscava-se uma "libertação do corpo", física e sexual, em relação à repressão do conservadorismo religioso.[63]

Essa "inalienável paisagem" nos ajuda a delinear o que está em jogo nesse conflito geracional, as "mudanças violentas" e os "choques de futuro" que vimos no texto do Padre

---

[60] EUGÊNIO, Fernanda; MENDES, Maria Isabel. Paisagens Existenciais e Alquimias Pragmáticas: uma reflexão comparativa do recurso às 'drogas' no contexto da contracultura e nas cenas eletrônicas contemporâneas. In: **Drogas e Cultura: Novas perspectivas**. UFBA: Salvador, p. 387.
[61] LE BRETON, David. **Antropologia dos Sentidos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2016, p. 11.
[62] *Ibid.*, p. 13
[63] KAMINSKI, Leon Frederico. **A revolução das mochilas:** contracultura e viagens no Brasil ditatorial. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense: 2018, p. 27.

Charborneau agora podem parecer mais claros, evidenciados por uma família que, para ele, deveria ensinar a "liberdade" aos filhos como um elo determinante entre a educação e a sociedade. Mas por exemplo, a emergência dos divórcios escancara a discrepância entre a liberdade que se "precisava" ensinar aos filhos e um casamento "de fachada". Como os pais ensinariam liberdade aos filhos, quando esses poderiam muito bem estarem juntos contra a própria vontade ou em virtude de liturgias sociais? Contudo:

> Isto é, em sintonia com um espírito de época que elegeu o bem-estar como valor maior, e com o imperativo de "formação permanente" que caracteriza as sociedades de controle contemporâneas (Deleuze, 1992), observamos entre esses jovens um uso pragmático das "drogas". Instrumentalizadas, elas funcionam como espécie de "turbinamento para a ação", e a elaboração de um receituário próprio e idiossincrático, no uso, aproxima substâncias legais – álcool, cigarro, remédios e energéticos – e ilegais – *ecstasy*, ácido, GHB, *special K*, *cristal*, cocaína, lança-perfume, maconha –, todas concorrendo na montagem de uma pragmática produção farmacológica de si. [64]

Então as substâncias psicoativas vão fazer parte dos repertórios simbólicos que vão na direção da diferenciação, de construção e "de uma pragmática produção farmacológica de si", aliados aos símbolos musicais, vestuários, sexuais, matrimoniais, enfim, culturais. Essas tendências obviamente encontraram resistências tanto por parte das estruturas familiares, como das estruturas do Estado que observa o consumo e a circulação das drogas se intensificarem, assim como se preocupa em reprimir também os desviantes políticos e estabelecer como norma sua arbitrariedade e normatização social. Podemos fazer o cruzamento desta discussão com outra página do semanário com o título "Família Não é Máquina Irracional":

> 3) Ponto importante para a família e que está também em crise é a autoridade dos pais. Em muitos lares a autoridade paterna se sente ameaçada, diminuída, ridicularizada. Eles nem sabem mais o que fazer para evitar o descrédito total diante de seus filhos. Suas ameaças falharam, os castigos revoltaram os filhos e os afastaram mais de casa. Os conselhos de nada valeram. Apelar para o amor filial tem sido também em vão. Mesmo assim, muitos continuam com o mesmo proceder. Há disso também entre vocês?[65]

O Semanário, neste texto, denota dimensões específicas das relações íntimas de paternidade/maternidade, reconhecendo as transformações sociais - e eventualmente entendidas

---

[64] EUGÊNIO, Fernanda; MENDES, Maria Isabel. Paisagens Existenciais e Alquimias Pragmáticas: uma reflexão comparativa do recurso às 'drogas' no contexto da contracultura e nas cenas eletrônicas contemporâneas. In: **Drogas e Cultura: Novas perspectivas**. UFBA: Salvador, p. 383.

[65] MARANHÃO. Jornal do. Semanário de Orientação Católica – Jornal a serviço da família e do Povo. 10/01/1971, p. 5.

como culturais – advindas desta crise geracional. Assim, compreendemos essas dinâmicas corpóreas atreladas a temática da juventude, na medida em que também evidenciamos a pluralidade destes corpos dotados de suas limitações e predisposições próprias, uma vez que "os homens possuem universos sensoriais diferentes" [66]. De todo modo, também cabe citar que as apropriações teóricas das drogas, na perspectiva das leituras foucaultianas, são usualmente tomadas juntas da dimensão do sexo, ou seja, "nesse novo e interessado interesse público, assim como com relação ao sexo, é preciso instituir uma "polícia da droga" (ou uma "política da droga"), isto é, regulá-la por meio de discursos úteis e públicos (e não tanto pela proibição)"[67].

Assim, sabendo que não é exatamente uma associação inusitada, seguimos nossa narrativa em recorte espacial e temporal dotados de aparelhos voltados justamente para prevenir que haja tais experiências, e cabe ressaltar que esse movimento produziu resultados paradoxais na medida em que "é bem provável que a política de repressão do Estado brasileiro pode na verdade ter contribuído para a difusão dos plantios ilegais em Pernambuco"[68], por exemplo.

Contudo, uma das modificações envolta das revoluções sexuais deste período mora na negação de uma relação afetiva normativa traduzida em um homem e uma mulher, assim como se traduz na negação de que a normativa do casamento seja uma necessidade irrevogável. Apesar de se instaurarem tecnologias disciplinares sutis com o intuito de "controlar o sexo". Ainda que não se tratasse de algo estritamente novo o ato de tentar "controlar" os instintos sexuais em virtude da preservação da saúde do corpo, em alguns casos também da alma, no nosso recorte e no documento que acabamos de verificar temos um contexto distinto. O que queremos dizer? Vemos um momento de "explosão" das liberdades sexuais. Significa dizer que não houvesse "libertinagem" sexual antes disso? De modo algum, o panorama sexual se estende porque, além de um momento de "explosão" dos usos de prazeres, também há uma série de legitimação dos usos desses prazeres: Alguns países param de criminalizar a homossexualidade; invenção da camisinha; o motel é inventado; o anticoncepcional se populariza e durante a popularização das televisões coloridas a sexualidade emerge também como uma oportunidade de negócios, de lucro, incutidas nas propagandas de cervejas, cigarros ou carros.

---

[66] LE BRETON, David. **Antropologia dos Sentidos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2016, p. 17

[67] REED, Andrew; Foucault e o discurso sobre "drogas": Da definição do objeto à incorporação dos desvios. In: Revista Intratextos, 2013, vol 4, no1, p. 162-179. DOI: 10.12957/intratextos.2013.8459

[68] ROSA, Lilian da. *Terra e ilegalidade*: agricultura de maconha em Alagoas e Pernambuco (1938-1981) – Campinas, SP: [s.n.], 2019.

1.2. Drogas e (contra)cultura: outras vontades de saber

Já conseguimos um panorama dos entornos de nossos contextos contraculturais do entorno de uma sociedade brasileira sob a Ditadura civil-militar, e como as drogas estão assimiladas dentro desta conjuntura. Outrossim, no sentido cultural os caminhos que se adotavam, não somente no Brasil e sim como em contexto internacional, se direcionavam para objetivos mais ligados ao prazer, tendo em vista que "para o historiador e sociólogo, o individuo não existe sozinho" existindo como "objeto construído" e que sua liberdade é inscrita no ato de se realizar cotidianamente de acordo com as forças que o cercam. Essa liberdade parece estar em primeiro plano nos anos 70 possibilitada por uma sociedade de intenso consumo e euforia material, em que "bem-estar, autorrealização, busca do prazer tornaram-se valores cultos" [69].

Deste modo, a aceitação da "família tradicional" a autoridade do governo militar se dava por essas intensas transformações no tecido social, na expectativa de que tal autoridade interrompesse este fluxo (contra)cultural. Como poderíamos ligar esta questão a nossa temática? Em 17 de janeiro de 1971º Semanário Católico do Maranhão publica na sua segunda página três colunas com títulos em letras garrafais, respectivamente: "Abutre Devorador de Jovens" (falando do uso de drogas), "O mundo dos Tóxicos" e "Linha Cultural, Urgência". As duas primeiras, tanto não ser da natureza desta narrativa quanto porque já as analisamos, serão anexadas aqui. Mas a última faz sentido, por denotar o sentimento de "dominação cultural" como ameaça:

> É tempo de discutir as áreas de influências internacionais, de questionar o poder que algumas sociedades exercem sobre a maioria. Desenvolve-se o choque entre os países e os blocos, o nacionalismo eraparece como opção diante dos monopólios. É fundamental a discussão e o equacionamento de uma política cultural capaz de entender e enfrentar a dominação.
> Dominação cultural. A expressão não é muito precisa, mas dá para significar muita coisa. Como a penetração e predomínio de usos, costumes e valores estrangeiros numa sociedade. Ou a utilização desses elementos como importantes fatores econômicos e políticos. Para os países subdesenvolvidos (até os em desenvolvimento) é crucial contestar a dominação cultural.
> Não se trata de neo-ufanismo ou entronizar os símbolos de um passado colonial. Eles também significam dominação. Também não se pretende exigir o folclore ou proibir a invenção. O que está em jogo é mais complexo. Inteligente. É fundamental e pressupõe uma liberdade, concreta.
> Qual é o inimigo? A importação de uma cultura que contradiz nossas perspectivas históricas. Joga-nos na subversência, vende seus produtos, impõe sua maneira de pensar. Por já gerações desligadas de nossa realidade, voltadas para o consumismo impotente e gerador de evasões.

[69] MUCHEMBLRD, Robert. A sociedade narcísica. In: _____. **O orgasmo e o ocidente:** uma história do prazer do século XVI a nossos dias. São Paulo. WMF Martins Fontes, 2007. p. 335.

> Na verdade, a aldeia global, não é dado absoluto, inócuo e abstrato, que aparece na metafísica de uma força absoluta. Ela existe, é triúnfo do desenvolvimento humano, mas importa numa diretriz. A aldeia global fruto do acelerado desenvolvimento da transmissão de mensagens, não cresce homogeneamente. Pelo contrário, te mseus centros emissores e distribui dadivas semelhantes aos machados e quinquilharias que eram oferecidas aos nativos.
> Uma política cultural consciente deveria distinguir os presentes: os machados eram úteis, significavam desenvolvimento, pois não há quem aguente cinco séculos de dominação, mas também serviam para desestruturar os grupos; as quinquilharias eram apenas engodos, vidro colorido em troca de especiarias e terras. Ainda hoje, isso é verdade. Nossa única (e desesperada) saída é tratar com a devida seriedade os presentes da aldeia global. Que também tem sua capital. [...]
> Os fatos são claros. A cultura é elemento de base nacional e reflete as condições históricas da sociedade, temos de achar nosso caminho comurgência[70].

O texto não está em sua integralidade, e como já dito, ele vem logo após dois textos com a temática das drogas. João Rodolfo do Prado inicia o texto discutindo sobre uma ameaça de dominação cultural internacional, que poderiam ser um perigo para as "perspectivas históricas" do Brasil. O texto acaba desembocando, para o que o autor poderia considerar, como uma profunda análise histórica do Brasil e a introdução de ideias, hábitos, modas e ideologias estrangeiras. Para dimensionar, ele faz uma metáfora entre "machados e quinquilharias". Aqui, vale citar Edwar Castelo Branco:

> A percepção de "aldeia global", praticamente concluída a partir de fotografias nas quais a "terra, redonda, de azul incomparável, aparece como o fundo da cena" [...], impactaria fortemente sobre as formas tradicionais de fazer política. Em particular, as profundas mudanças na percepção do sublunar fez emergir formas micropolíticas de atuação, trazendo para o campo social as estratégias da economia do desejo. Aos poucos, vários sujeitos – especialmente aqueles envolvidos com arte e cultura – iriam romper com a ideia de que os processos de inserção social são possíveis apenas na esfera do Estado. Estas experiências micropolíticas deslocariam não apenas a noção de poder – comumente articulada às ideias de direito (Hobbes) e de violência (Marx) e confinada à sua condição de apêndice do Estado -, como fariam inserir o próprio corpo humano no rol dos instrumentos políticos. Se a política tradicional – pensada em termos de eleição e das relações entre os partidos, as classes e os estados – procurava atingir as massas, mobilizando-as para a luta política, micropolítica – a qual sai deliberadamente do macro e vai deslizando para o subterrâneo – dedica-se às minorias, atua na micrologia do cotidiano, interessando-se por temas antes marginais, como as questões referentes ao sexo, à raça e à cultura.[71]

[70] PRADO, João Rodolfo. In: Jornal do Maranhão: Semanário de Orientação católica – Jornal a Serviço da Família e do Povo. 17/ 01/ 1971, p. 2.
[71] BRANCO, Edwar de Alencar Castelo. **Todos os dias de Paupéria:** Torquato Neto e a invenção da Tropicália. Teresina: Cancioneiro, 2024. p. 49.

Nesse sentido, é colocada a perspectiva de que esses indivíduos sentiam as transformações culturais, que em momento algum são relacionadas com sexo ou com drogas textualmente, com exceção das duas colunas anteriores, mas que estão conceitualmente, quem sabe até de forma codificada, entrelaçadas com as modificações de culturais de que tratamos até aqui. podemos inserir a diamba nesta perspectiva:

> Ninguém conseguia entender a rapidez com que o vício da diamba havia entrado na cidade. De um momento para outro, pode-se dizer. Era imenso o número de pessoas que fumava os cigarros da "erva maldita". Os mais viciados formavam grupos. Designavam-se por termos especialmente criados: mitebranjistas ou mitebranjas. A origem do nome? Foi assim de supetão num dia em que o Benedito Siricora, altamente inspirado após fumar dois cigarros da "bicha", gritou no meio da rua, como um louco:
> - nós somos os mitebranjistas, somos os mitebranjas. [...]
> Na casa do Esmeraldino, pescador de seus sessenta janeiros, a diamba era fumada todas as noites. Por um método especial. Dentro da cabaça cheia de água, a cabaça era conhecida pelo nome de "boi". Quando alguém dizia "compadre, vamos dar uma amarrada no boi?" – já se sabia, era para fumar diamba na cabaça. [...]
> O fato chegou ao conhecimento da polícia. Já estava demais aquilo. Passando dos limites. Precisava de um freio o vício de maconha. O delegado tomou providencias. Colocou patrulhas na cidade. Fazendo ronda. Principalmente a noite. Os mitebranjistas tornaram-se mais cautelosos. Parece até que muitos abandonaram a prática do vício [...]. Mas os inveterados persistiam. [ ]. Um dia, uma carta anônima, colocada por baixo da porta da Delegacia de Polícia, descobrem tudo. Um dos maiores plantadores de diamba da cidade – plantava para vender – era o Frederico Castanhola. O delegado, acompanhado de três soldados foi constatar a verdade. A casa do Frederico ficava quase no centro da cidade, tinha um quintal muito grande, todo cercado. Muito bem, por sinal. Cerca forrada. Quem passava na rua nada via. O delegado quase cai pra trás, quando viu que no quintal de Castanhola não havia outra coisa, se não diamba. A plantação estava viçosa. Fazia até gosto ver. Cada pé que era uma beleza. O delegado chamou um dos soldados.
> - Carolino, fica tomando conta aqui. vamos cortar todos esses pés de diamba. Vou mandar para cá cinco presos para que façam o serviço. Eles vão cortando e jogando para a rua, por cima da cerca. Ao meio dia passo por aqui com alguns caminhos para levar tudo. Tocaremos fogo nisso.
> - Sim, senhor delegado
> Os pés de diamba iam sendo cortados a facão e atirados para a rua, por cima da cerca. Tudo conforme ordenara o delegado. Frederico Castanhola [..] assistia a tudo, sem dizer nada. E era bom que se acalmasse. Senão podia ser até pior.
> As onze e meia, foi cortado o ultimo galho. Carolino deu a ordem:
> - Agora vamos para a rua que o delega não deve tardar com os caminhões.
> - e qual não foi a surpresa e a dos outros soldados. Na rua não havia um galho de diamba, sequer, para fazer remédio. Os mitebranjas tinha carregado tudo.[72]

[72] FILHO, J. Lima. **Diamba.** Jornal do Maranhão - Semanário de Orientação Católica. In: Hemeroteca da Biblioteca Nacional. 27/08/1967, p. 2.

Apesar de fazer alguns comentários cômicos a respeito da viscosidade da planta e sobre a beleza da plantação, o autor do texto parece se alinhar com a proibição. Entretanto, percebemos alguns direcionamentos pertinentes para a nossa temática. A coluna fala de uma intensificação do uso de diamba, mesmo durante a ditadura. Além disso, após as iniciativas no sentido de fazer rondas que, ao que o texto indica, parecer ter feito alguns pararem de fumar a "bicha", os "inveterados" persistiam com o fumo, de forma mais "cautelosa" do que anteriormente. Outro elemento importante que é exposto são os modos de uso da diamba por parte dos grupos que parecem estar inseridos em uma rotina rural e cabocla, é descrito o uso de cabaças com água, que eles chamam de "boi" e se intitulam "mitebranjistas". Esse momento seria o de um deslocamento em relação a uma realidade em Teresina-PI para uma cidade no interior do Maranhão, no caso do primeiro pretende-se lidar com as "ameaças" de uma contracultura, de influências maléficas vindas dos estrangeiros e que escoaram pelos grandes centros urbanos até chegar em Teresina, por exemplo.

No Maranhão, entretanto, se falarmos de uso de diamba, tabaco e álcool, não estaríamos falando de um uso contracultural necessariamente, mesmo em nosso recorte. Estamos falando de um Estado que já possui em seu âmbito cultural, ao menos no plano discursivo, o que poderíamos chamar de tradição ou mesmo cultura que está intimamente relacionada com a constituição histórica do estado do Maranhão. Exemplos? A cachaça e o fumo eram tidos como uso comum dos caboclos, a diamba também era relegada a uma africanidade, assim como também tinha seus usos diversos (religiosos, medicinais ou por prazer) de diamba feitos por comunidades indígenas no interior do estado. Retornando ao documento, o grande "*plot twist*" é que, apesar da apreensão, do intuito de cortar a plantação do Castanhola, de a levar para ser queimada – não sabemos muito bem de que forma seria feita essa queimada -, não impediu os mitebranjistas de recolherem tudo e não deixarem um "galho sequer" pra fazer um remédio. Inclusive, o autor sugerir que havia a possibilidade de fazer chá, indica aí também uma tradição em torno deste ato, de fazer remédio de diamba. A respeito de uma perspectiva de africanidade em torno do uso da diamba, vale ressaltar Gilberto Freyre como um intelectual que citou bastante a maconha em suas obras:

> De 115 barcaças que anotamos 63 eram todas azuis ou azuis e amarelas, sendo azuis e brancas 46. Têm, entretanto, na sua maioria, não nomes de santos – apenas 9, das 115 – mas de mulheres, de rios e de engenhos. Muitos dos barcaceiros, como os jangadeiros, acreditam em Iemanjá, guiam-se pelas

> estrelas, conhecem os ventos de longe, fumam maconha para sonhar com mulher nua ou moça bonita.[73]

Além de ter ele mesmo provado do uso da diamba, descrevendo em seu diário de juventude que, para ele seu uso "Produz realmente visões e um como cansaço suave; a impressão de quem volta cansado de um baile, mas com a música ainda nos ouvidos" [74], Gilberto Freyre também citou o uso de diamba – normalmente relacionando com etnias africanas – em suas principais obras como Casa grande & senzala e Sobrados e Mucambos. Daí percebemos que esse teor de africanidade em torno do uso da diamba não está somente no reduto dos periódicos, mas também presente na intelectualidade brasileira. A respeito desta africanidade maranhense, a mesma se fazia questão científica, e exposta nos periódicos mesmo durante este período:

> **Escritor Maranhense Pesquisa Descendência Africana em Nosso Estado**
> O escritor Nunes Pereira do Maranhão, está fazendo estudos e pesquisas de caráter histórico, sociológico, econômico e folclórico em comunidades descendentes de escravos africanos naquele estudo, que publicará em convênio com autoridades culturais maranhenses. Para isso viaja pelo Brasil, analisando comunidades negras principalmente na Bahia[...].
> O escritor é veterinário e na sua função fez profundos estudos na Amazonia e outros estados do Norte. Publicou vários trabalhos elogiados por autoridades antropológicas internacionais, como Claude Levi Strauss, e agora, além de estudo que faz sobre o Maranhão, está pesquisando uma droga utilizada pelos índios do Amazonas que tem as mesmas características do LSD.[75]

Além da temática de africanidade de que já víamos discutindo, que tem no Maranhão uma ressonância relativamente mais ampla, também é discutido em torno dos estudos históricos do veterinário Nunes uma pesquisa em torno de uma droga que teriam as mesmas características que o LSD. É curioso que, para se expressar a respeito de uma droga natural, ele se volte para o LSD como ponto de referência, que é uma droga sintética e amplamente difundida pelos movimentos contraculturais de que viemos tratando neste capítulo.

Mas a reflexão em torno dos prazeres e notadamente evidente, e as drogas normalmente aparecem como um elemento da subversividade do indivíduo, como no caso de Mona, e também como em outras análises que pensavam a conjuntura da juventude naquele período:

---

[73] FREYRE, Gilberto. **Nordeste:** aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. São Paulo: Global, 2013, p. 62.
[74] FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala.** 50 ed. São Paulo: Global Editora, 2005, p. 479.
[75] MARANHÃO, Jornal do. Semanário de Orientação Católica – Jornal a serviço da família e do Povo. 18/01/1970, p. 3.

> **Viver a felicidade**
> Perguntaram-me à queima roupa se poderíamos ser felizes. Vários jovens se preocupam com a felicidade.
> Pergunto a você jovem, ser feliz é evadir-se, é esquecer, é fugir de uma responsabilidade? [...]
> Você vive no mundo das drogas e psicodélicos, não é senão para esquecer os seus problemas, as suas angústias, o seu egoísmo de não querer dar um pouco de si? [...]
> Seus divertimentos, seus momentos de prazeres não são fugas que você esconde atrás de um véu embotado para não demonstrar a própria frustração? Quando você se ocupa um pouco de álcool, do namoro irresponsável, do prostíbulo, pense que tudo isso se lhe apaga a tristeza que lhe desenvolve o espirito?
> Jovem, você vive no mundo das ilusões, desgagando-se e perdendo reservas que são de riquezas que Deus lhes deu para crescer.[76]

Novamente, apresentamos uma (contra)propaganda dos usos dos prazeres de que tratamos, seja de drogas, seja de sexo, mas que nos dão mais indícios: de que as práticas subversivas das quais o jornal parece temer as influências sobre os jovens, estão ligadas ao uso de substâncias psicotrópicas também prestam indícios de um questionamento da possibilidade da felicidade em torno de tais hábitos desviantes. O texto funciona como um reforçamento das regras normativas, mas também parece tentar conversar com o público desviante de seus preceitos, com alguns artifícios psicológicos para relacionar a "ilusão" da vida de jovens que buscam nesses prazeres carnais um alívio. Assim:

> Um compromisso público com o até então proibido ou inconvencional ("mostrar a cara") tornava-se portanto importante. As drogas, por outro lado, com exceção do álcool e do tabaco, haviam até então se limitado a pequenas subculturas de sociedade alta, baixa e marginal, e não se beneficiavam de legislação permissiva. Espalharam-se não só como um gesto de rebelião, pois as sensações que elas tornavam possíveis podiam ser atração suficiente. Apesar disso, o uso de drogas era por definição uma atividade prescrita, e o próprio fato de a droga mais popular entre os jovens ocidentais, a maconha, ser provavelmente menos prejudicial que o álcool e o tabaco tornava o fumá-la (tipicamente uma atividade social) não apenas um ato de desafio, mas de superioridade em relação aos que a proibiam. Nas loucas praias dos anos 60 americanos, onde se reuniam os fãs de rock e estudantes radicais, o limite entre ficar drogado e erguer barricadas muitas vezes parecia difuso.[77]

Nesse sentido, é sintomático que para o autor, "a liberalização quase chegou à legalização das drogas"[78] e que na dimensão do uso dos prazeres – e em outras – "a revolução

[69] MARIA, Clemens. Jornal do Maranhão. Semanário de Orientação Católica – Jornal a serviço da família e do Povo. 14/06/1970, p. 3.
[77] HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos:** o Breve Século XX (1914 - 1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 260.
[78] *Ibid.*, p. 261.

cultura de fins do século XX pode por assim dizer ser mais bem entendida como o triunfo do indivíduo sobre a sociedade "[79]. Para amarrar conceitualmente uma busca dos prazeres pelos usos inebriantes, vale ressaltar que para Anthony Daniels "o consumo de drogas vária de uma sociedade para a outra, como dentro de uma mesma sociedade. Nesse caso o consumo varia ao longo do tempo e entre as classes sociais"[80] e até considera que os viciados em heroína "das classes mais altas geralmente apresentam distúrbios psicológicos mais acentuados"[81]. Já existem trabalhos que denotam a representação das drogas, em suas diferentes especificidades, para a geração que era jovem em nosso recorte:

> Mas a gente era aquela galera, você sabe, o *hippismo* chegou no Brasil atrasado, éramos os *hippongos*… cabelo comprido… e a maconha tinha uma função da busca realmente de viajar, de sair do cotidiano, de ter outra visão, um universo paralelo, aquela coisa toda de uma época em que a gente lia *Eram os deuses astronautas?*, viajava com essas coisas. [...] Aquilo era uma relação lúdica com a maconha [...] Era um ritmo bicho-grilo. E era uma coisa realmente de sentar, de viajar, de rir muito. (Célia, 49 anos).
> [...]
> Eu sou a filha, dileta eu não diria, mas total dessa geração. Eu sou geração 60/70. A minha questão é que eu vivia num círculo que era de cineastas, intelectuais, eu vivia naquele ambiente. Então, evidentemente, aquela jovem era vanguardista, libertária, anárquica, blá, blá, blá, isso em 68, aquelas coisas [...] Agora, voltando à questão do que ela [a cocaína] significou pelo menos pra mim, para o meu círculo. Era realmente uma des-repressão, era a maneira do mais harmonioso, era a maneira do 'vamos largar os sutiãs', vamos ser livres, vamos criar novos padrões de comportamentos viáveis. [...] Era uma transgressão para a produção do novo, para abrir brecha, não ficar emparedada pelo 'não'. Era uma reação, tinha uma reativa (Maria Inês, 61 anos).
> [...]
> Era a vida mais irresponsável, digamos assim. Eu não fui *hippie*, no sentido de morar numa comunidade, mas eu fui afetado por tudo aquilo. Eu fui *hippie* num outro sentido. Fui afetado pela existência do *hippismo* [...] Para vocês terem uma idéia, uma multidão de jovens ali, ninguém sabe direito o que está fazendo, mas não estão querendo ser igual à mãe, igual ao pai. Estão em busca de alguma coisa. Isso aí foi um movimento mundial, e teve no Brasil também. Isso afeta. Isso é uma referência. Você vai tomar ácido, viaja para tomar ácido, isso não é separável de um movimento contracultural, como era chamado na época (Oscar, 55 anos).[82]

As entrevistas reúnem um conjunto de elementos que viemos discutindo até aqui. Para nós, sua utilidade está em delimitar as funções objetivas dos usos inebriantes. É uma noção que,

---

[79] HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos:** o Breve Século XX (1914 - 1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 261.
[80] DANIELS, Anthony. **Drogas – a síndrome da mentira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 33.
[81] *Ibid.*, p. 35.
[82] ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGÊNIO, Fernanda. Paisagens existenciais e Alquimias Pragmáticas: uma reflexão comparativa do recurso as "drogas" no contexto da contracultura e nas cenas eletrônicas contemporâneas. in: **Drogas e cultura: novas perspectivas**. Beatriz Caiuby Labate ... [et al.], (orgs.). Salvador: EDUFBA, 2008, p. 387.

mesmo se levarmos ou não em consideração os sentidos políticos do uso, não se alterou muito profundamente. Na contemporaneidade, assim como nos anos 70, se usam drogas com finalidade, com objetivo e também com a cautela apropriada para cada droga específica, como se tivesse mesmo uma bula de orientação descrevendo os riscos e os "efeitos colaterais", esse conjunto de informações e orientações normalmente é difundido pelos seus usuários. Assim, a maconha para a Celia, teria uma dimensão de "viagem", de sentar e curtir, não muito distante do que se entendia para aquela geração, a ideia de viagem seria então atrelada a uma locomoção física, assim como a viagem da "lombra". O caso da Maria Inês, que além de ter o uso de cocaína evidenciado, apresenta também o contexto de sua realidade social – ou bolha social – em que a mesma, tudo indica, poderia ter contato com ideias artísticas e ideológicas que escoavam para os trópicos.

Assim, para ela o uso da cocaína tinha relação com uma "desrepressão", relacionando com o ato político de gênero de "tirar os sutiãs". O fato de Maria Inês ter contato com tais ideias ainda em 68 evidencia que seu contato com o exterior poderia ser estreito. Com Oscar, de 55 anos, não observamos também grandes descontinuidades no ponto de vista do uso do ácido, por exemplo. O uso de sintéticos como MD ou LSD ainda são muito atrelados a viagens pelo litoral, praia, acampamento e etc., no caso do MD pode ser que a transformação mais contundente reside na popularização das cenas eletrônicas, em que o uso de sintéticos se torna mais comum[83].

> Eu acho que a minha geração é uma geração que descobria a bebida muito mais tarde, né? Porque a bebida tinha alguma coisa a ver com os nossos pais, e a maconha não, era uma coisa só nossa. (Vilma, 53 anos)
>
> Tinha o grupo da bebida e o grupo da maconha. Beber era assim: os pais bebiam, o cara bebia também. [...] Eu distinguia muito isso de dois grupos. Tinham os caras que já trabalhavam na empresa do pai, e os maconheiros [...] Na minha adolescência, você podia fazer economia e trabalhar num banco, ou podia, se você estivesse querendo ser artista, podia fazer história como eu fiz, essas áreas. Mas você tinha uma série de alternativas que estavam mais ou menos associadas a estilos de vida consolidados. Tipo *hippie*, ou revolucionário, ou militante, ou não sei o quê (Oscar, 55 anos).
>
> Eu acho que estava muito focado em cima de rever as relações pessoais, as relações homem-mulher, que tinha toda aquela hierarquia, aquela coisa machista, hierarquia machista. Eu venho de uma família, meu pai é mineiro… Tinha muito essa bandeira. Agora, quem foi espertinho percebeu rapidamente

[83] Sobre isso, me recordo de sair em um domingo de folga com amigos, na intenção de ouvir uma música ao vivo e tomar uma cerveja de leve para descansar. Quando chegamos não era banda e sim uma dupla de DJ's, na frente uma fileira de pessoas dançando freneticamente com óculos escuros (a noite), cada um com uma garrafa de água com gás nas mãos (algumas das águas estava colorida). Nesse momento nos percebemos em uma frequência um tanto diferente dos demais. Não fomos embora, no entanto.

> que com essa bandeira alimentada por esse aditivo, a bandeira ia ficar a meio pau (Maria Inês, 61 anos).[84]

As entrevistas assinalam também alguns pontos que já falamos há algumas páginas atrás: uma relação de diferenciação entre as drogas psicodélicas e as drogas associadas as gerações mais velhas (álcool), havendo um grupo de bebida e de maconha; as orientações das profissões dessa geração de jovens e os debates identitários de gênero. Assim, fica evidente o que desenvolvemos a respeito de uma crise geracional que se estilhaça e se reflete nas mais diversas práticas cotidianas, como o uso de drogas legais ou ilegais. Assim, verificamos uma geração de jovens querendo se distinguir da geração anterior por meio dos hábitos, vestimentas, gostos musicais e além disso, pelas drogas que usavam, evidenciando entre outras bricolagens uma transgressão farmacológica de si.

Também é interessante as considerações da Inês, que parece ela mesmo ter sido "espertinha" o suficiente para identificar problemáticas em torno dos movimentos pelos direitos femininos que, em certa medida estavam abastecidos por estes "aditivos", em uma perspectiva de que as drogas poderiam inviabilizar tais projetos políticos. Assim, o que se pretendia fazer era uma bandeira hasteada em um "pau inteiro", entretanto Inês considera que esta ficaria somente a "meio pau". Ademais, o temor e também o grau abrangência destes hábitos era tão grande, que perceberam a necessidade de avaliar o uso coloquial da palavra "droga":

> **Não fale "Droga", fale "medicamento"**
>
> Uma palavra não é um objeto cristalino e imutável. É um objeto destinado a exprimir um pensamento, e pode variar de coloração a exprimir um pensamento, e pode variar de coloração com o tempo e as circunstâncias.
>
> Houve épocas em que a palavra "boticário" era pronunciada com respeito, era correspondente ao "farmacêutico" de hoje. Na fase atual, "boticário" assumiu certo tom pejorativo. Botica e boticário provém do grego "apotheke", armazém, depósito – onde se guardavam vinhos, especiarias e drogas. [...] a palavra "droga" é de origem anglo-saxônia, o "droguista" no século XVI passou a ser sinônimo de "comerciante".
>
> "Droga" foi por muito tempo uma palavra usada do mesmo modo que "medicamento", mas nestes últimos anos tem sido considerada de maneira muito desfavorável. Surgiram os viciados, os abusadores de drogas, os dopados, os intoxicados. Apareceram e se difundiram as drogas nocivas, os alucinógenos e outras. Passamos a distinguir as boas e más drogas. E apareceu a confusão, a expressão "drogado" fêz sua entrada.
>
> A pequenina, simples e cristalina palavra "droga" deixou de ser uma coisa cristalina, assumiu as mais variadas colorações. Aduiriu conotações de

[84] ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGÊNIO, Fernanda. Paisagens existenciais e Alquimias Pragmáticas: uma reflexão comparativa do recurso as "drogas" no contexto da contracultura e nas cenas eletrônicas contemporâneas. in: **Drogas e cultura: novas perspectivas**. Beatriz Caiuby Labate ... [et al.], (orgs.). Salvador: EDUFBA, 2008, p. 388.

> perigoso, reações secundárias, tráfico ilícito, narcóticos, crimes, hippies, revolta da juventude – e muitas outras.[85]

O texto exposto aborda a difusão da palavra "droga" como algo que se associou aos usos psicotrópicos. Evidenciando que havia outros significados para o termo no decorrer da História, parecido com o que faz Henrique Carneiro na introdução de *Álcool e Drogas na História do Brasil*, a interpretação do autor da coluna nos faz inferir algo a respeito de suas falas: o número de usuários de substâncias tem um vertiginoso aumento do consumo e público. E a relação de seus usos não estão presos somente as classes baixas e médias, existe desde o início do século uma dimensão dos "vícios elegantes". Retornando ao tópico dos usos e das formas de resistir em relação as substâncias, cabe citar o relatório da FUNAI, já que nem só de citadinos vêm as posturas de resistência:

> - Mostra onde tá interrada a maconha, seu m.rd..
> O preso sai caminhando lentamente, procurando para onde ir. Os agentes seguiram-no. Em dado momento o preso parou e o agente, aos berros, indagou:
> - É aqui que está enterrado o fumo?
> - É.
> - Então cave.
> Em baixo da chuva o preso começou a cavar, com as mãos. Em dado momento o preso, com os gravetos na mão, juntamente com as folhinhas secas de mato comum, levantou-se, com um largo sorriso perguntou ao agente.
> - É isso qui é maconha?
> Todos os agentes caíram em larga gargalhada. O único que não achou graça foi o agente Vasconcelos, que irritadíssimo com o preso não se conformou com o ridículo da situação. Os amigos percebendo que o agente não estava lá de muito bom humor, procuraram dissolver a sua ira.
> - Não esquenta a cabeça, SARGENTO GARCIA. Esse homem é desmiolado. Talvez um dia tu te encontre com o ZORRO e possas descarregar toda essa tua raiva.[86]

O texto narra um trecho transcrito a partir de uma entrevista gravada do relatório. O fato de colocarem o preso como "desmiolado" se deve ao fato de serem antes mencionados supostos problemas mentais sofridos pelo preso. Dessa forma, após passar por um intenso "interrogatório", que visava encontrar plantações de diamba, o preso cava na chuva e ao dar um "largo sorriso" sinaliza com paus e folhas aos soldados. Sabemos o resto da narrativa e sabemos que este ato não o ajudou. Entretanto, lúcido ou louco, após tanta agonia, ele buscava uma solução para o que estava sofrendo. O fato de os outros soldados terem "caído na gargalhada"

---

[85] ESTADO, Jornal o. **Não fale droga, fale medicamento.** Piauí: 28/01/1973, p. 6.
[86] CARVALHO, José Porfirio Fontenele de. **Expediente denunciário contra agentes do departamento de Polícia Federal**. In: Acervo da Comissão Nacional da Verdade. São Luís-MA: 08 de junho de 1978, p. 57.

fez com que este parecesse descreditado em frente aos colegas, o que o aborreceu profundamente. No que diz respeito ao uso e as possibilidades de trabalho com os arquivos da Comissão Nacional da Verdade, vale citar que:

> Sua atuação pode ser observada através da extensa documentação produzida por seus agentes ao longo de mais de vinte anos e disponibilizadas para consulta pública no Arquivo Público do Estado do Maranhão. Após a sua extinção com a aprovação da Lei nº 5.332, de 30 de dezembro de 199113, o acervo foi recolhido ao Arquivo Público no ano de 1992. Com a Lei de Acesso à Informação, houve a sistematização e catalogação nos dossiês temáticos, contendo ao todo 1.282 pastas: i) subversão; ii) estudantes; iii) ministérios; iv) entidades religiosas; v) atividades políticas; vi) sindicatos; vii) atestados de ideologia política; viii) recortes de jornais; e ix) longa série de documentos recebidos e enviados. Contém diversos tipos documentais, como fichas individuais, pedidos de busca, relatórios, denúncias, informes, declarações, encaminhamentos e ordens provenientes de outros órgãos de segurança. Além da própria DOPS-MA, outros órgãos e instituições como o SNI, os Ministérios do Exército, Marinha e Aeronáutica, a Polícia Militar do Estado do Maranhão, Secretaria de Segurança Pública do Maranhão e de outros Estados, Polícia Federal, [...][87]

Em contato com o arquivo, além da literatura, são perceptíveis as inúmeras abordagens em torno destas coleções de documentações de acesso público. Outrossim, o objetivo deste capítulo foi demonstrar uma dimensão das subversões no contexto da Ditadura no Brasil, pelas circulações de determinados sujeitos que, em meio a esse período, buscavam formas artísticas, literárias e com o acesso as substâncias psicotrópicas como dimensão de coalisão. Tratava-se, afinal, de um tempo em que diferentes dimensões configuravam uma realidade no Ocidente e, de modo específico, no Brasil: a literatura beat estadunidense, as manifestações de maio de 1968 em Paris, o gay pride day, também nos Estados Unidos, o rock'n'roll britânico, dentre tantos outros, configuravam um universo em que sujeitos à margem das linhas de desejo padrão se percebessem não mais como "marginais", no sentido pejorativo do termo, mas como uma espécie de "vagabundos iluminados", para citar a obra clássica de Jack Kerouac[88], publicada originalmente em 1958 nos Estados Unidos, conformando-se como parte do que Edwar de Alencar Castelo Branco definiria como "condições históricas para a emergência da pós-modernidade brasileira"[89].

---

[87] CHAVES, Leonardo Leal. Propagandas adversas: a DOPS/MA e a imprensa alternativa no Maranhão em meio à aprovação da Lei de Anistia (1979). **Outros Tempos**. Vol. 18. N 32. 2021, P. 378.
[88] KEROUAC, Jack. **Os vagabundos iluminados.** Porto Alegre: L&PM, 2022.
[89] CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. **Todos os dias de Paupéria:** Torquato Neto e a invenção da Tropicália. Teresina: Cancioneiro, 2024. p. 84-85.

Compreendemos que a experiência antecede, em grande medida, a produção de sentidos – sobretudo os sentidos conservadores – a respeito de determinada vivência, tais como a experiência de liberdade sexual, os usos alternativos dos espaços e, também, o uso de drogas tais como a diamba. A mesma passaria a ser nomeada a partir de diferentes saberes, seja como forma de definir-se cientificamente, bem como a partir da própria vivência religiosa, familiar, educacional e política, cujas incidências se dariam nos espaços aqui analisados, o segmento de Meio-Norte do Brasil. É desses modos de nomeação, de construção de um *discurso antidrogas* que se espraia por áreas diversas do conhecimento, que trataremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2

Ditadura e proibicionismo: a produção dos discursos antidrogas

Historicamente a religião tem servido aos interesses burgueses
Lutero foi conivente com o massacre de mais de cem mil camponeses
A escravização do meu povo também teve a benção do Papa, Hitler,
Mussolini e o golpe militar de 64
Cê tá lembrado?
Da marcha de Deus pela liberdade?
O resultado foi sangue, sofrimento e lágrimas
Quantos inocentes na idade média não foram queimados vivos?
Quantos comunistas pela igreja não foram taxados de anti-cristo?
Ora, não é Deus que defende a igualdade dos seres humanos?
Não foi por isso que seu filho unigênito foi crucificado pelo império romano?
Eu vejo o passado enraizado no presente
E no congresso, quantos deputados evangélicos não apoiam o presidente
E sim a reencarnação daquele que na mão carrega o tridente, evidentemente
Se você quer seguir sua crença, siga, reúna o povo escolhido e prossiga
Vá em frente, adiante, esqueça a missa, se levante
Pois não adianta só ficar falando que Deus é 10, que Deus é grande
Tem que fazer por onde
A redenção do povo pobre não tá no céu, nem na palavra do monge
Nem de longe
(Milho aos Pombos – Gíria Vermelha)

2.1. O corpo como lugar de saber-poder: os discursos médicos e religiosos sobre as drogas

ÀS MARGENS...

FOCOS DE PROSTITUIÇÃO

Regra geral, os antros de feitiçaria são tócos onde se fementa, em ritmo cada vez mais crescente, a prostituição, e os homens e mulheres se pervertem, sexualmente, ou são levados á pratica de crimes e outros atentados inconfessáveis, vítimas da própria condição social em que vivem.

A´luz da sexologia o macumbeiro é sempre um transviado. Ou é um homosexualista ou um polígamo. O avanço da prostituição se pinta de cores impressionantes nos terreiros de macumba de maracá. Campêa sem que ate hoje tenha encontrado uma força capaz de detê-lo, pois se os pagés "fazem mal" a uma mocinha "filha de santo", esta nada revela do "patrão" do seu "devedor", ampliando assim a leva que, diariamente, aumenta a frequencia Velhos sobrados das ruas da Palma e 28.

MENÇÃO HONROSA

A diamba se constitue um detalhe digno de nota nesta reportagem. Em todos os terreiros que visitamos, nos foi dado observar a maneira como a "erva do diabo" é usada pelos pagés e seus feitiches.

Fuma-se, nos locais de "cura", a maconha, em larga escala, num patente desrespeito a Lei, pois, como é sabido, o uso dos entorpecentes é crime classificado no Código Penal Brasileiro.

Vitimas da diamba, muitos dos que frequentam as "casas de Cura", já ficaram doidos ou morreram em consequência do vicio.

ANTONIO VIRA-MUNDO PEMA

Quando estivemos no piranhenga, á margem esquerda de quem navega o Bacanga, rio acima, penetramos na velha capela que ali existe, em ruinas onde se cultuava, há 10 anos passados, com pompas lliturgicas e festas de largo, o glorioso santo Benedito, agora, entre vapores da erva do Diabo e as libações do álcool, para assistirmos autêntico espetáculo pagão de um "brinquedo" de "mestre" Malaquias, em honra de Omolu, o qual na teogonia afro-brasileira corresponde ao santo que nos livra da peste.

"Mestre" Malaquias, vestido com as aparatosas indumentarias do candomblé, maracá em punho, cantava, na ocasião, o "ponto" do Rei Salomão, encantado na linha de baixo, com o nome de caboclo Antonio Vira-Mundo Pema.

MACUMBA NA IGREJA

No pequeno altar viam-se ainda entre os signos de Salomão, Velas acêsas e "babalôs" de madeira, as imagens, já descoradas, de S. Benedito, S. Cosme e S. Damião, que "Mestre Malaquias nos disse se chamarem Rei Verequête, madon Badé e Madon Bodum, respectivamente.

Sobre o antigo santuário católico o feiticeiro fazia as "curas" e os "despachos", entoando hinos num linguajar estranho (uma negrinha de cabeça sêca, que defumava o ambiente com "estrumo" e chifre de boi, nos disse que aquela era a língua "nagô"), fumando diamba, bebendo tiquira, tirando baratas vivas, aranhas mortas, alfinetes, cacos de vidro e maços de cabelo, dos corpos doentes dos seus prosélitos e lhes receitava, após o diagostico, "garrafadas" que ele mesmo prepara e vende a Cr$5,00, preparadas com raízes de ervas, ás vezes venenosas, que envès de curar, matam mais depressa.[90]

[90] JORNAL DO MARANHÃO. Pacotilha: O Globo. **As margens do...**, Terça-Feira, 18 de abril de 1950, p.2.

É perceptível, a partir da fonte anexada, que o desvio de que tratamos – consumo de substâncias psicotrópicas – é "só" mais um elemento adventado na produção dos discursos em torno de "desvios" subjetivantes. O recuo que fazemos a partir desta reportagem, revela os sintomas de uma política que se delineava há algumas décadas no Brasil do Século XX. E, de certo modo, amarra muito do que viemos tratando até aqui. Apesar da reportagem denunciar a existência de cultos de matrizes afro-brasileiras, é na figura dos "pagés" que se concentrará boa parte da redação, sendo assim, há também a incorporação de uma dimensão de religiosidade indígena que teria se mesclado com a influência africana. Há outra relação que podemos fazer com nosso conteúdo, na página 4 do mesmo número do jornal, dentre os lugares da cidade de São Luís que são elencados como espaços de adoção destas práticas "diabólicas", há presença da Estrada de Ferro São Luís-Teresina, ou seja, temos aqui uma conexão que se relaciona com as circulações. Imagine que você vem de Teresina por meio do trem, imagine que quando você desce na Estação de São Luís, uma das primeiras coisas que você veria ou ouviria seriam os tambores de umbanda, as rodas de gira, os cantos para os caboclos de pena e os caboclos de couro[91]. Seria, certamente, algo que essa sociedade que tenta se embranquecer física e culturalmente gostaria de evitar. Desse modo, o trem não representa somente um mecanismo de locomoção, mas também um tráfego de informações, um veículo que transporta as famas, os dizeres, as "fofocas", os causos, inserindo a diamba e essas religiões não somente como uma prática, mas também como elementos de circulação discursiva, que viajam através das palavras e das observações dos transeuntes e viajantes, podendo inclusive cruzar mais rapidamente o Parnaíba do que a própria matéria de jornal que abordamos.

Assim como podemos identificar um uso alternativo para a diamba (o religioso), também podemos identificar um uso do discurso de criminalização que ainda não está intimamente atrelado com o que identificamos na década de 1970. Dessa forma, não é só uma questão de identificar uma subversão política nesse caso, mas uma subversão de costumes, de cultura. Quando a reportagem critica o uso de diamba em rituais afro-brasileiros, ignora, por exemplo, que padres usam vinho em seus rituais, substância essa que é sacralizada pela instituição e, além disso, uma substância de alta potência alcoólica. O sexo também se torna um mecanismo de demonização, estes praticantes estariam condenados a prostituição, ao "homossexualismo" ou até a "polígonos", estabelecendo assim que não se encaixariam em um modelo normativo que aquela sociedade queria construir para o futuro. Contudo, vale verificar

[91] Caboclos são uma das falanges da umbanda, que incluem entidades brasileiras em seu panteão. Caboclos de pena se relacionam com as entidades indígenas e caboclos de couro se relacionam com os vaqueiros. A ideia de mestiçagem também tem íntima relação com essa falange.

a partir da fonte as formas como um desvio vai "contaminando" o outro, verificamos desvios sexuais, substâncias desviadoras, práticas religiosas desviantes e o próprio texto age no esforço de conectar um ao outro, longe de os interpretar como uma situação circunstancial ou individual daquela comunidade, o texto ressalta uma "regra geral" em torno dos indivíduos aos quais faz menção. Usando as clareiras da "sexologia" como farol, o texto "determina" então que um macumbeiro só poderia ser "homosexualista" ou "bígamo", correspondendo assim um desvio sexual a partir de sua orientação do sexo ou a partir da quantidade de parceiras ou parceiros sexuais que o "macumbeiro" possui. E, ainda no plano dos desvios sexuais, a presença de prostituição e de abusos sexuais cometidos pelos líderes religiosos são acionados e incorporados à arqueologia do saber que se pretende produzir a partir de tais desvios.

Nessa medida, além de incorporar os "diagnósticos" e "garrafadas"[92] produzidas pelos praticantes como perspectivas de cura que poderiam "matar mais rápido do que curar', ele também relaciona, com uma "menção honrosa", o uso de diamba entre os praticantes, em que se produz um discurso em torno de seu uso nos rituais de cura enquanto salienta a ilegalidade da prática a partir do Código Penal Brasileiro, mas também não deixa de elaborar um saber em torno dos seus usuários, que para o texto acabam doidos ou mortos. Assim, é como se os desvios fossem influenciando os outros hábitos, formando uma aglutinação de desvios que vão se somando e conferindo paridade uns aos outros. Então, o desviante é bombardeado por uma sequência de acusações morais, que podendo ou não ser verdade ou mentira, são incorporados ao regime de verdade e penetram o senso comum e mais intensamente as instituições de saúde, educação e segurança pública.

Acerca dessa dimensão sexual, pulverizada em ismos e nas práticas irregulares do prazer, cabe ressaltar a medicina como um agente empoderador dos discursos moralizantes, tomando que "A Medicina Legal era também uma ciência moral, uma forma de imposição social pela difusão do pensamento médico intervindo nos vários temas da sexualidade, uma vez que se constituía em elementos recorrentes de reabilitação moral e psicológica não somente da vítima, mas também de todos os seus parentes envolvidos com o drama"[93]. É importante ressaltar também que os dispositivos de vigilância do corpo em torno dos atos sexuais não são, de modo algum, algo novo no contexto de análise, este como outros dispositivos se complexificam notadamente no decorrer do século XX e transfere as incumbências de

[92] Garrafadas são remédios caseiros, que podem ser feitos a partir de plantas e ervas e empregadas na medicina popular.
[93] SÁ FILHO, Bernardo Pereira de. **Cartografias do prazer:** corpo, boemia e prostituição em Teresina (1930-1970). 2017. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. p. 79.

vigilância da perspectiva religiosa para uma dimensão médica e jurídica. O dispositivo de vigilância em torno das drogas, por outro lado, era algo bem recente na história humana.

Contudo, se fazemos neste capítulo um trabalho arqueológico, averiguando a produção dos discursos do objeto que nos interessa, o faremos acerca de um saber médico, preocupado com a integridade do corpo e da moral; em uma dimensão jurídica para delinear como a produção dos discursos dos códigos de conduta legais, verificando como esse saber vai se articular aos outros (médico/mídia) no intuito de fazer valer as ponderações e determinações sobre os corpos que desviam e, por último, a dimensão da mídia – no caso, os jornais – pretende avaliar como esse saber processado consegue atingir as massas leitoras, corroborando e pedagogizando as condutas a serem adotadas pela população, e principalmente as condutas a não serem adotadas.

A tomada do Código Penal no jornal como referência nos obriga pensar esta categorização de "legal" e "ilegal" a partir das substâncias, em um contexto de ampla adesão aos planos norte-americanos de uma aliança internacional contra os narcóticos:

> Assim, no enunciado: "(...) apelou para que tomassem parte na luta contra os narcóticos" (a, p.1), o termo luta contra os narcóticos, faz referência ao narcotráfico; somado à ausência de informações sobre contexto, tipo e padrão de uso do produto, determina a inclusão de todas as drogas em uma mesma categoria e reduz a uma única forma de consumo toda a gama de possibilidades de uso – desde o consumo ocasional ou recreativo até o dependente.
> Em que pesem referências ocasionais de álcool, fumo, psicofármacos e solventes, o efeito de sentido criado é de que só a droga ilegal "é problema". Transmitindo-se a ideia de que existem duas categorias de substâncias, as perigosas = ilegais e outras benignas, beneficia-se implicitamente a indústria farmacêutica e o comércio das substâncias lícitas.[94]

Dessa forma, apesar dessa ambiguidade das relações de positividade e negatividade em torno do "ilícito" e do "lícito", é justamente na ambiguidade em que o Estado Nacional vai se apoiar. Não à toa, o nosso recorte é um momento de uma intensa difusão do uso de fármacos legais, dos mais variados tipos e intentos. Se diz que que a década de 1970 trouxe uma "explosão" dos psicotrópicos e dos narcóticos, mas também é nesse contexto que se desenvolve uma noção de "medicalização da sociedade", noção essa que no decorrer das décadas até a contemporaneidade tem ganhado cada vez mais sentido de acordo com os hábitos medicamentosos da sociedade brasileira. É justamente nesse local, nessa tecitura analítica, em que o exame da temática e do objeto pode se pulverizar em somente uma dimensão: a do

[94] BUCHER, Richard; OLIVEIRA, Sandra R. M. O discurso do "combate as drogas" e suas ideologias. **Rev. Saúde Pública**, 28 (2): 1994, p. 142.

político. Não é, no entanto, o nosso objetivo. É certo que foram desenvolvidas inúmeras políticas públicas voltadas para o controle, apreensão, proibição, coibição, punição e "campeio" aos psicotrópicos. Mas tudo o que é político se dá em sociedade, em comunidade, se dá no civil, nas casas, nos loteamentos, nos bairros, nas escolas ou, se quiser, na fábrica. A anuência da sociedade em torno das políticas públicas também perpassa uma dimensão econômica, de consumo, de mercado.

As farmácias são as únicas autorizadas a vender legalmente produtos com cocaína, morfina ou mescalina em suas composições, é preciso também tomar o objeto a partir de uma ótica de mercado, de venda, de consumo, porque se os valores morais da sociedade é o que possibilita a aceitação das políticas antidrogas, é a dimensão econômica que vai fornecer os subsídios "racionais" para o que deve ou não deve ser legal, o que deve ou não deve ser consumido. É preciso salientar que se trata também de uma concorrência de mercado, de um patenteamento da venda e produção de determinados produtos. Evidentemente, não retira o caráter cultural da proibição, de um país conservador, moralista e racialmente confuso. Assim:

> Problematizaremos a consolidação das drogas como um problema de ordem política, a partir das mudanças operadas pelo dispositivo de sexualidade, em que o prazer, a partir das mudanças operadas pelo dispositivo da sexualidade, em que o prazer da carne vai deixando de estar exclusivamente regido pelo signo do mal passa a ser substituído por outro signo: a doença. Processo este operacionalizado por um conjunto de dispositivos, em que a verdade sobre o corpo passa a ser regulada não só pela religião, mas também pelo saber médico. Dentre um conjunto de práticas, Foucault destaca duas: o confessionário e o exame.[95]

Nesse sentido, evidenciamos no decorrer do primeiro capítulo a íntima relação que se faz em torno de "sexo e drogas". Essa relação pode ser percebida a partir das produções culturais, ou contraculturais, no período de análise em que os famosos jargões como *sex, drugs and rock and roll* das produções artísticas da época. A abordagem que se pensava arrolada a uma ideia de subversão e disrupção – em uma conotação positiva – também foi tomada pelos discursos "culturais" ou normativos de modo sério, quer dizer, não foi "menosprezada" pelos circuitos de poder, como é o caso da religiosidade, política, direito ou medicina, muito pelo contrário, compreendendo as iminentes transformações culturais que os tempos traziam, esses circuitos tentaram dar cabo da missão de extirpar ou ao menos frear a chegada de tais ideias em territórios como o Brasil. Assim, os corpos que tentam se colocar como uma projeção de

[95] SOUZA, Tadeu de Paula. O nascimento da biopolítica das drogas e a arte liberal de governar. **Fractal, Rev. Psicol.**, v. 26 – m. 3, set./dez., 2014, p. 984.

liberdade subjetivante, de sexo, de vestimenta, de hábitos, de usos e abuso dos próprios corpos, passam a ser eles mesmos objetos de vigilância e de controle. Assim, as assimilações dos usos corpóreos como as substâncias passam a ser tão perigosos quanto os hábitos sexuais, e por isso usualmente as drogas aparecem relacionadas a praticas depravadas, degeneradoras, assimiladas assim ao que já se construiu em torno de um "dispositivo de sexualidade":

> O que Foucault evidencia é que o dispositivo de sexualidade produz uma verdade que passa a ser imposta ao sujeito, uma verdade que precisa ser acessada pela fala. Ou seja, é um dispositivo que se apoia e reitera a noção de uma sexualidade reprimida para dele extrair algo diferente do que a repressão, algo que Foucault chama de governo das condutas, um acompanhamento de um desenvolvimento sexual inventado pelo próprio saber médico, que passa a definir e distinguir o desenvolvimento normal e desenvolvimento patológico. A repressão moral-religiosa é um componente para a constituição de um dispositivo da sexualidade, mas ela não totaliza e define a política sobre o corpo, sobre os prazeres e sobre a sexualidade. A repressão, ou noção de repressão, é um ponto de apoio para que uma tecnologia de governo não repressiva se exerça. A repressão, mais do que reprimir a sexualidade, cria a própria noção de sexualidade, que desde o seu nascedouro é produzida como algo a ser revelado, porque reprimido. Como afirma Foucault (2001), conhecemos a sexualidade desde o século XVIII e o sexo desde o século XIX, antes disso, tínhamos somente carne.[96]

Assim, ainda partindo da perspectiva de dispositivos sexuais, o que se evidencia é que na postura de formular as práticas "sadias" e "não sadias", cria-se um inventário, um dicionário se preferir, dessas práticas. Esse dicionário é acompanhado de como deve e de como não se deve ser usado o corpo, o prazer e o sexo, designando os prognósticos e os efeitos colaterais da adesão ou não adesão das regras normativas. Seja "recatada e do lar" e você será uma mulher respeitada pela sua comunidade, seja "depravada" e será tratada como escória, como doente. Ao passo em que se criam regras e tabus, é que também se criam as possibilidades de burlar essas linhas. Quando vemos uma folha de jornal da década de 1970 que tenta descrever os efeitos de uma substância, seu modo de uso, os critérios coletivos ou não de utilização, seus efeitos "sexualizantes" e ao fim condena a prática, seja moral o legalmente, é também nesse seio que se "ensina a errar". A produção do discurso que condena, que difama, que criminaliza, é também a cartilha de uso, mesmo que alterada ou aumentada de acordo com as conveniências do discurso que se pretende repressor. Assim, como a produção de saber da sexualidade ou de uma sexualidade "adequada", nos discursos de combate as drogas onde se pretende construir uma repressão é também onde se possibilita uma "desrepressão", uma desobediência. Como

[96] SOUZA, Tadeu de Paula. O nascimento da biopolítica das drogas e a arte liberal de governar. **Fractal, Rev. Psicol.**, v. 26 – m. 3, set./dez., 2014, p. 986.

Eva e Adão, ensinados que poderiam provar de todos os frutos exceto o de uma árvore específica são eles mesmo acometidos pela tentação da desobediência ao Todo Poderoso. Dessa forma:

> Para Foucault, a sexualidade não estava dada antes dos exercícios de poder que a tornaram um problema capital. Ela é produzida enquanto um problema de fato, na medida em que se torna um fator de perigo, descoberta, controle e ameaça para a população. A sexualidade enquanto tal é uma produção histórica e não um componente ou uma verdade humana que a sociedade se apropriou de tal e qual maneira. A sexualidade, nestes termos, é um objeto construído por tecnologias específicas de saber-poder, que por sua vez constituem um regime de verdade sobre o próprio sujeito. O dispositivo da sexualidade é um objeto através do qual se produzem novas tecnologias de subjetivação. Fazer genealogia nestes termos implica em uma análise dos processos de constituição de objetos de relevância política e social que possibilitam determinar como os sujeitos devem pensar, agir e sentir. Por isso, trata-se de um exercício de poder insidioso, porque não se aplica de forma coercitiva diretamente sobre o homem. Ele incide sobre o objeto, no caso, a sexualidade humana. Esse objeto constituiu uma malha fina entre o poder e os sujeitos, pois ele constituiu um campo de saber e intervenção que se estende até o íntimo das relações humanas.[97]

Assim, a retidão e o desvio são manufaturados – ou fabricados – a partir da relação saber-poder, onde se inscrevem nos sujeitos, a miúde, o que podem ou não podem ser, o que podem sentir, dizer, como se deve transar, como se deve ler e escrever, as substâncias que se pode usar ou quais músicas são mais ou menos adequadas aos indivíduos "retos"[98]. Foucault, talvez por ser francês e ter uma relação diferente com a noção ou experiência de uma República, tende em alguma medida a diminuir a importância do "Poder Pastoral" nas relações sociais e institucionais. De todo modo, não é bem o que a nossa documentação nos leva a aferir, O Brasil tendo uma forte influência e referência católica teve em seu território dispendiosas iniciativas de organizações religiosas voltadas para a profilaxia de hábitos indesejáveis por parte dos cidadãos brasileiros, assim como também teve importante relevância na criação de instituições voltadas para a recuperação de "perdidos", usuários de drogas, infratores legais, prostitutas, moradores de rua[99].

---

[97] SOUZA, Tadeu de Paula. O nascimento da biopolítica das drogas e a arte liberal de governar. **Fractal, Rev. Psicol.**, v. 26 – m. 3, set./dez., 2014, p. 986.

[98] A adição das músicas aqui não é somente um apelo narrativo insignificante. No período da Ditadura, como demonstramos no primeiro capítulo, havia setores da segurança pública voltados somente para a fiscalização do teor das músicas de artistas. Essa fiscalização não se dava somente a partir da disrupção política, mas também de conteúdos sexuais, ou de hábitos "degradantes" e nocivos para a sociedade.

[99] Mais tarde, as instituições evangélicas também se fizeram e se fazem, até os dias de hoje, atuação preponderante no que diz respeito a esse gênero de instituição filantrópica e voltada para a recuperação de indivíduos com realidades sociais problemáticas. se você pegar um ônibus em Teresina, ou mesmo andar pelo centro da cidade, será muito fácil averiguar essa relação no próprio cotidiano, com sujeitos vinculados a tais organizações vendendo fones, escovas de dente, porta moedas e outras mercadorias do cotidiano dos cidadãos.

Ao passo em que fazia um trabalho que buscava a revitalização física e moral de tais indivíduos, também se pedagogizava as normativas oriundas dos dispositivos médicos e legais de controle. Como as adequações sexuais, adequações dos hábitos, vícios e por conseguinte a relação destes sujeitos com substâncias psicotrópicas, mesmo quando este último não fosse o "alvo" central da instituição proposta. Assim, os órgãos religiosos não só se fizeram ativos nessas questões, como também foram "convidados":

SAUDE: É Necessária a Ajuda de Religiosos
LORSCHEIDER: A Igreja Sempre Esteve Atenta

O diretor da Divisão Nacional de Saúde Mental (DNSM), do Ministério da Saúde, médico Huberto Alexandre, defendeu a necessidade de que sacerdotes, pastôres e outros líderes de comunidades religiosas participem também da grande campanha nacional contra as drogas.

Ele já externou esse seu ponto-de-vista oficialmente ao sugerir, no anteprojeto do novo regimento do órgão que dirige, a manutenção de contatos com centros religiosos, "para que seja examinada a conveniência de serem incluídos nas pregações temas de higiene mental e esclarecimentos sobre os males causados pelo consumo de tóxicos".

Ao regressar da Europa, e tomando conhecimento da campanha que o Govêrno federal pretende desencadear contra o uso de entorpecentes, o secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, D. Aloísio Lorscheider, lembrou que a Igreja há muito tempo se interessa pelo assunto, alertando a juventude.

- A Igreja católica sempre esteve atenta para as dificuldades do homem. O tóxico é hoje uma preocupação no mundo inteiro e pude sentir isso nos países que visitei. E a preocupação da Igreja é tão grande que em São Paulo ela mantem o Instituto Justiça e Paz, exatamente destinado a orientar os jovens.

FRENTE AMPLA

O Sr. Humberto Alexandre, quer ainda que nos currículos dos cursos normais, junto à cadeira de psicologia, funcione o setor de psicopatologia, que orientará a futura professora sobre os vícios sociais mais comuns".

Essa foi outra de suas sugestões para o anteprojeto do DNSM, órgão que, de acordo com a reforma administrativa posta em prática pelo Governo Federal, terá como prerrogativa normalizar, no campo da saúde mental.

Preocupado com o avanço do consumo dos tóxicos no Brasil, o Sr. Huberto Alexandre acha que deverá ser orientação do DNSM "incentivar e auxiliar a fundação de centros de orientação infanto-juvenis em suficiente para o atendimento imediato de milhares de jovens brasileiros que aguardam, em filas intermináveis, o dia de serem atendidos".

TIPOS DE DEPENDÊNCIA

Para que a população já fique esclarecida em alguns pontos, o Sr. Huberto Alexandre disse as drogas da série morfínica (cocaína, heroína, etc.) não podem ser retiradas bruscamente de quem as consome, pois causam dependência física, podendo até matar o viciado que deixe de uma vez de usá-las.

- Já as drogas anfetamínicas (bolinhas) podem ser retiradas definitivamente do viciado, pois causam apenas dependência psíquica, e isso não é o bastante para leva-lo a morte ou, pelo menos, a um grave estado de saúde.

> Quanto aos viciados, que os médicos preferem agora chamar de dependentes, o diretor do DNSM os divide em duas categorias: a dos perigosos, que são os que se tornam traficantes, a fim de manterem o vício, e a dos inocentes, "aqueles que apenas são consumidores".
> - Tanto o dependente traficante como o dependente inocente devem ser submetidos pelas autoridades a severos tratamentos. A pena comum, igual à de criminosos de outro tipo de nada adiantará, se não houver a assistência médica especializada de psiquiatria – concluiu o médico Humberto Alexandre.
> - O presidente da Associação medica de Minas Gerais, Sr. Francisco Neves, instituira uma comissão de saúde da comunidade para promover campanhas educacionais em Belo Horizonte, participando da luta contra o consumo de tóxicos e entorpecentes, especialmente entre a juventude.
> A comissão será integrada por médicos e educadores, que formarão uma frente única de esclarecimento aos pais, professores e estudantes. Os medicos admitem que os internamentos nas casas de saúde são motivados – em larga escala – pelo uso indiscriminado de drogas e psicotrópicos.[100]

O título vem com pedido e resposta, uma "requisição" por parte de um membro do Ministério da Saúde, para que a Igreja tivesse participação junto ao combate as drogas. Como dito, um tanto diferente do que Foucault observa, no Brasil as instituições religiosas tem participação tiveram participação significativa nos rumos da vida política do país. Vale lembrar a Marcha de Deus Pela Liberdade, que precedeu o Golpe de 1964. Aqui, agora, a Igreja está sendo convocada para travar outra batalha, uma diferente, digna de "externações oficiais". No que Lorscheider, como quem quer dizer "enquanto você molha a massa, eu venho com o cuscuz pronto", denota que essa era uma preocupação da Igreja, inclusive sinalizando participação ativa nas iniciativas tais como o Instituto de Justiça e Paz

Além da Igreja, é requisitada uma "frente ampla", em que a educação de psicólogos e professores tivessem treinamento específico para lidar com a questão dos entorpecentes nas escolas. Essas "requisições" corroboram com o que viemos dizendo até aqui, da partida de um esforço geral da sociedade para combater os entorpecentes, o pedido da implementação de uma fundação de orientação infanto-juvenil que pudesse ter a capacidade de agregar "milhares de jovens" também é um elemento que sinaliza o comprometimento de envolver a sociedade no encalço dos psicotrópicos. O texto também tenta dar conta de uma "tipologia da dependência", hierarquizando o que seria um dependente "perigoso" e um "Não perigoso", e com o objetivo de "esclarecer a população" o texto chega a dar instruções de quais drogas poderiam ou não ser retiradas do "dependente" imediatamente, caracterizando a partir da tipificação da droga o nível de dependência. O texto também assinala uma modificação nas nomenclaturas, a transição das termologias de "viciado" para dependente", seria essa uma das "novidades" da época nesse

[100] JORNAL DO MARANHÃO: Semanário de Orientação Católica- Jornal a serviço da família e do povo. São Luís: 15/11/1970, ano XXXI, N. 3870, p. 01.

sentido, já que essas conceituações e caracterizações vão sofrendo transformações no decorrer dessa história.

Contudo, também é travado um debate em torno das penas dos dependentes, acusando a necessidade de um médico psiquiatra na participação do cumprimento das penas dos viciados. Além dessa iniciativa, o texto sugere que seja criada uma comissão de saúde da comunidade, sinalizando a importância do desempenho dos professores e pais na construção de uma educação que seja congruente com as iniciativas de combate aos entorpecentes. Entretanto, esse não seria o último dos posicionamentos da Igreja em torno do uso de psicodélicos:

> **Papa Contra as Drogas**
> ROMA – Perante toxicólogos da Europa e da América reunidos para um Congresso Internacional em Roma, o Papa Paulo VI pediu que eles busquem novas técnicas para reduzir os efeitos dos entorpecentes que afetam o corpo e enfraquecem a mente"
> O Papa expressou séria preocupação pelo problema em meses recentes e este assunto foi um dos principais temas de sua conversão em julho com o enviado especial dos Estados Unidos na Santa Sé, Henry Cabot Ledge.
> VOZ AUTORIZADA
> Paulo VI não compareceu ao Congresso mas sua mensagem foi lida perante os delegados que segundo ele, possuem uma tarefa de extraordinária importância. Afirmou que a luta contra as drogas está primordialmente a cargo de pais e professores, porém a voz autorizada dos cientistas pode servir como um vigoroso estímulo.
> - Alçai vozes fortes e autoritariamente, para admoestar por força de vosso conhecimento e da consciência de cada um de vós enquanto trabalhais para o bem da sociedade contra o dano que pode ameaçar a juventude, exposta ao perigo da degradação física, espiritual e moral", disse o papa.
> Pediu aos delegados da Conferência que usem sua autoridade moral e científica para pedir "à autoridade pública o incremento incessante, e com os meios adequados, da luta contra as drogas que podem ser consideradas mais funestas calamidades do nosso tempo".
> Acrescentou que desejava referir-se severamente "à horrenda disseminação de certos venenos que unem seu poder destrutivo à atração de emoções embriagantes e que constituem um dos males mais sérios e ameaçadores de nossa geração: as drogas".
> Concluiu Sua Santidade dizendo que desejava "inspirar uma investigação dirigida a descobrir o mecanismo bioquímico que afeta o corpo e debilita o espirito", e pediu aos cientistas que busquem novos meios para pelo menos reduzir os efeitos de uso abusivo dos narcóticos.[101]

Em outra fonte, com o título "papa contra as drogas". A opinião do Papa Paulo VI é exposta, na oportunidade de um congresso internacional com a presença de "toxicólogos" da Europa e da América. Na oportunidade, as requisições de sua carta pediam para que as

[101] JORNAL DO MARANHÃO: Semanário de Orientação Católica- Jornal a serviço da família e do povo. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. São Luís: 13/09/1970, ano XXXI, N. 3630.

autoridades científicas encontrassem uma forma de diminuir os efeitos dos entorpecentes nos corpos dos viciados. De certo, é um pedido inusitado, que pode até indicar um certo desconhecimento de Vossa Graça. Tendo em vista que o meio mais provável para uma proposta assim, seria o controle da produção dessas substâncias. Se elas são proibidas, logo, se vendidas ilegalmente não haveria uma forma de controlar a "qualidade" dessa produção. É um exemplo bem simbólico, se refletirmos sobre o (des)preparo das instituições que são convocadas a participar nessa "frente ampla" contra os "tóxicos". Em torno das influências cristãs, vale ressaltar que:

> Evidencia-se, então, que exercício de poder que tem os homens, suas condutas, seus gestos e pensamentos como objetos de intervenção deixa de ser uma exclusividade do poder pastoral cristão. A função de conduzir os homens de forma minuciosa ao longo de toda a sua existência passa a ser uma tecnologia de governo político estatizado e não mais de um governo pastoral. Enquanto o tema do prazer era problematizado pela igreja a partir da categoria geral da carne, o biopoder o tema do prazer um campo de investigação científica a partir da categoria geral da sexualidade. O poder pastoral fundou as bases morais e as tecnologias de produção da verdade sobre si. O sujeito moral fundado pela pastoral cristã não desaparece, mas é incrementado, modificado por novas tecnologias do eu, em que "a multiplicação dos objetivos e agentes de poder pastoral enfocava o desenvolvimento do conhecimento sobre o homem em torno de dois polos: um globalizador e quantitativo, concernente a população; o outro analítico, concernente ao indivíduo".[102]

Assim, partindo dessa relação de coadjuvante no poder por parte dessa influencia "pastoral", ao menos em relação aos conhecimentos médicos e jurídicos que norteiam a ideia de uma república, é que podemos identificar como estas instituições mais ou menos informais se intercruzam para atingir um objetivo em comum dentro de uma mesma sociedade. É nessa perspectiva que, apesar da Igreja não ser um órgão Oficial do Governo, marcava presença junto a uma série de organizações filantrópicas, não somente voltada para a questão dos dependentes, mas que durante o fim do século XX no Brasil foi se agregando número a este gênero de instituição religiosa. Aqui, como diz o enunciado, "um pouco da história de EMAÚS":

> UM POUCO DE HISTÓRIA DE EMAÚS
> A Comunidade de EMAÚS no Brasil surgiu da dificuldade de encontrar uma solução para os casos especiais que procuravam o Serviço Social do Banco de Providência. Homens apareciam, incapacitados para qualquer trabalho, seja por suas condições físicas precárias, depois de tanto tempo de prisão, seja pela ignorância de uma profissão. Dom Helder Cãmara procurou M. Olichon que

[102] SOUZA, Tadeu de Paula. O nascimento da biopolítica das drogas e a arte liberal de governar. **Fractal, Rev. Psicol.**, v. 26 – m. 3, set./dez., 2014, p.990.

> já tinha larga experiência na França no Setor de recuperação de marginais, convidando-o para administrar a Comunidade de EMAÚS. As atividades se iniciaram a 4 de março de 1963 com 4 homens e em 10 meses, 126 homens passaram pela Comunidade, sendo o efetivo médio de 35. Entre estes 126, 15 eram criminosos, 21 eram ladrões, 4 traficantes de maconha, e a maioria homens perdidos pela bebida e a falta de trabalho. entre 57 homens, há 13 jovens e 44 adultos.[103]

De acordo com o texto, a organização surgiu a partir da necessidade de "desafogar" as filas do banco previdenciário, acabou acolhendo um número substancial de sujeitos "problemáticos", sejam eles ex presidiários, incapacitados físicos, usuários de drogas, traficantes ou "perdidos pela bebida e falta de trabalho". Dentre estes sujeitos estariam os 13 jovens rapazes e 44 homens adultos. A reportagem, que é de 1966, denota a rede de cuidados que vinha cercando gradativamente este setor específico de calamidades sociais. Se antes, os tentáculos religiosos se estendiam, no seio das comunidades, em torno da pobreza, da miséria e da fome e até médica na medida do possível, agora procurava se instruir em torno dos problemas de ordem psicossocial. Ao que tudo indica, não era uma iniciativa essencialmente nacional, mas sim produto de um contexto observável e reproduzível. Assim como os artistas liam franceses e americanos para expressar suas obras, esses atores sociais observavam e absorviam as experiências estrangeiras, assim faz sentido que em:

> NOVA IORQUE: - O trabalho com viciados de drogas e a instrução de crianças mentalmente atrasadas consta em muitos relatórios. Um grupo de "Morris Country" fundou um presidium num hospital de doenças mentais. Os membros são todos doentes, com licença de sair periodicamente do hospital, uma vez acompanhados; o seu trabalho legionário consiste na visita a outros doentes que não podem abandonar o hospital. Um presidium juvenil orienta aulas bíblicas para crianças durante a semana e também aos domingos enquanto os pais participam da Santa Missa.[104]

Como observado, em 1971 existiam propostas de instituições religiosas no sentido de "mesclar" os tipos de cuidados aos vulneráveis não só no Brasil, mas segundo o jornal também em Nova York. Entretanto, enquanto no caso do EMAÚS a "pedagogia" do ambiente vai ser mais direcionada ao trabalho e a um sentido de produtividade, enquanto no "presidium num hospital de doenças mentais" como sugere o texto é mais direcionado a um público psiquiatricamente instável. Na impossibilidade de dizer que essa é uma proposta inusitada, ao menos podemos dar esse adjetivo a ideia de estabeler um "presidium" ao lado de um Hospital,

---

[103] JORNAL DO MARANHÃO: Semanário de Orientação Catolica- Jornal a serviço da família e do povo. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. São Luís: 30 de janeiro de 1966, ano XXXI, N. 3630, p. 07.

[104] JORNAL DO MARANHÃO: Semanário de Orientação Catolica- Jornal a serviço da família e do povo. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. São Luís: 21 de fevereiro de 1971, ano XXXVI, N. 3819, p. 07.

sabendo que estes de algum modo se conectariam ou se comunicariam nem que fosse na "visita a outros doentes que não podem abandonar o hospital". A proposta é por si só, também bem "pastoral": na medida em que o próprio confinamento parece como uma penitência; as "visitas" aos impossibilitados de sair soe como uma prática da caridade e, para completar a trindade, os estudos da bíblia como uma proposta de "unir o útil ao agradável", ou seja, ao conectar o indivíduo de forma positiva com as letras e com um *modus operandi* convencional e reto, o projeto também fecundava a conversão destes indivíduos.

2.2 Drogas e legislação: o discurso jurídico

A partir daqui, tentaremos dar visibilidade a uma dimensão jurídica dessa arqueologia de que tratamos. Dessa forma, sabemos que a medicina e o direito brasileiro em suas raízes republicanas carregam certa influência de ideias higienistas. Se no século XIX a jurisprudência admitia proibir certos hábitos baseados em uma aculturação desinteressante para o projeto nacional, na república, no que tange aos hábitos psicotrópicos, o direito vai se utilizar da chancela médica, com a justificativa de prevenção da calamidade sanitária pública. É isso que possibilitou alguns eventos de vacinação compulsória no início do século. Dessa forma, em 1970 possuímos insumos históricos o suficiente para reproduzir essa ideia de profilaxia compulsória em outros dilemas da vida cotidiana, como no caso do uso de drogas. Entretando, o perigo da aculturação não é tão salientado como outrora – não estamos dizendo que ele não existe – e as orientações que regem o que é proibido e como se deve chamar o indivíduo partem do saber médico, enquanto o discurso jurídico se ocupa de alimentar os documentos constitucionais com tal saber. Dessa forma:

> O Estado Moderno não inventou o racismo, mas seu uso dentro do regime biopolítica ganhou contornos inovadores. A associação entre hábito cultural (de "raças inferiores") e ameaça geral á vida foi a matriz discursiva para que diversas tecnologias de poder fossem agregando volume e adensando uma verdade sobre as drogas. Numa sociedade em que a vida é objeto de invenção política, o direito à morte e à restrição da vida só podem ser atribuídos a alguma coisa que ameace a própria vida, a vida da espécie humana. A noção de raça estabelece um corte no contínuo biológico da espécie humana, uma diferenciação que hierarquiza entre raças inferiores e raças superiores, entre as raças que devem viver e as raças que devem morrer.[105]

[105] SOUZA, Tadeu de Paula. O nascimento da biopolítica das drogas e a arte liberal de governar. **Fractal, Rev. Psicol.**, v. 26 – m. 3, set./dez., 2014, p. 994.

Outro assim, é nesse sistema aperfeiçoado e refinado que as políticas com conotação cultural e racial vão se estabelecer a partir de meados do século XX. No dispositivo legal nº 6.368 de 21 de outubro de 1976 dispõe em seu Art. 1 que "é dever de toda pessoa física e jurídica colaborar na prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes", sendo que no Art. 4 é sinalizado que "os dirigentes de estabelecimentos de ensino ou hospitalares, ou de entidades sociais, culturais, recreativas, esportivas e beneficentes, adotarão, de comum acordo sob a orientação técnica de autoridades especializadas" que colaborassem e fiscalizassem "todas as medidas necessárias à prevenção de tráfico ilícito" de entorpecentes, de modo que ficassem resguardados seus respectivos "recintos ou imediações de suas atividades"[106]. Então fica perceptível o objetivo de criar um domo sobre toda a vida pública no Brasil com a temática da proibição de entorpecentes. A legislação também tem um objetivo pedagógico na medida em que no parágrafo único do Art. 5º da mesma lei, os "programas das disciplinas da área de ciências naturais, integrantes dos currículos dos cursos de 1º grau, constarão obrigatoriamente pontos que tenham por objetivo o esclarecimento sobre a natureza e efeitos" de substâncias psicotrópicas que "determinem dependência física"[107]. Quanto ao que tange o "tratamento e recuperação", a lei em questão estabelecia em seu capitulo II que as "redes de saúde dos Estados, Territórios e Distrito Federal contarão, sempre que necessário e possível com estabelecimentos próprios de tratamento dos dependentes" e que "enquanto não se criarem os estabelecimentos referidos neste artigo, serão adaptados, na rede existente, unidades para aquela finalidade"[108].

Dessa forma, segundo o texto, o regime de internação hospitalar seria compulsório na medida da condição do dependente "ou a natureza de suas manifestações psicopatológicas". Também versa que o dependente que tenha praticado contravenção penal, teria junto ao sistema penitenciário o acesso ao tratamento[109]. Quanto as penas crimes:

> Pena – reclusão, de 3 (três) a 15 (quinze) anos, e pagamento de 50 (cinquenta) a 360 (trezentos e sessenta) dias multa.
> § 1º Nas mesmas penas incorrem quem, indevidamente:
> I – Importa ou exporta, remete, produz, fabrica, adquire, vende, expõe à venda ou oferece, fornece ainda que gratuitamente, tem em deposito, transporta, tras consigo ou guarda matéria prima destinada a preparação de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica.

[106] BRASIL. Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976. Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 out. 1976.
[107] Ibid.
[108] Ibid.
[109] Ibid.

> II – Semeia, cultiva ou faz colheita de plantas destinadas à preparação de entorpecente ou de substância que determine dependência física ou psíquica.
> § 2º nas mesmas penas incorre, ainda, quem:
> I – Induz, instiga ou auxilia alguém a usar entorpecentes ou substâncias que determine dependência física ou psíquica.[110]

Como se percebe, são muitos verbos para enquadrar os "dependentes". Esse cuidado com a quantidade de verbos se deve ao progresso de tramite destas leis durante o século XX. Cabe ressaltar que eram aumentadas em 1/3 a 2/3 nos casos em que "qualquer deles decorrer de associação ou visar a menores de 21 anos ou a quem tenha, por qualquer causa, diminuída ou suprimida a capacidade de discernimento ou de autodeterminação".[111] Essa passagem denota a preocupação que se tinha do uso por parte da juventude, em várias direções parece ser uma das preocupações mais agudas das autoridades. Essa lei específica foi sofrendo revogações e tendo muitos de seus parágrafos alterados, sendo inteiramente revogada somente em 2006. Entretanto, o trecho em específico que tange menores de 21 anos, tem sua redação alterada em 2003, agravando a pena para quem se "associasse" ou "visasse" a "pessoa com idade igual ou superior a 60 anos". Contudo, essas preocupações em torno das substâncias se mostram bem variáveis de acordo com o lugar de que falamos, os objetivos políticos em torno da legalização ou proibição também poderiam ser disformes:

> No caso específico da heroína, a primeira preocupação era com o usuário, sem atenção aos grandes centros de produção no sudeste asiático e sua comercialização pela criminalidade organizada. Os efeitos dessa droga, entretanto, acabaram sendo úteis na medida em que neutralizavam os usuários "rebeldes" de maconha. Sua disseminação provocou a dissolução de movimentos contestatórios, como os Panteras Negras. O efeito colateral (a criminalidade para obtenção de heroína) terminou neutralizado também pelos "programas de manutenção de metadona", droga igualmente criadora de dependência.[112]

Assim, os interesses em torno dos vícios, do proibir, do "deixar" usar poderiam seguir contextos múltiplos, de acordo com as necessidades específicas, de lugares específicos e sujeitos específicos envolvidos na repressão as substâncias ou seus usuários. De 1968 até fins da década de 1970 temos um contexto de maior expansão de drogas – das mais variadas – em relação as décadas anteriores. A popularização do LSD – que não era uma invenção absolutamente nova, mas há algumas poucas décadas – a popularização da

---

[110] Ibid.
[111] Ibid.
[112] MARTINS, Marcio André Conde. A geopolítica nas Américas e a política antidrogas brasileira. In: **RIDB**, Ano 02, n. 14, 2013, p. 167.

maconha pelas camadas jovens médias urbanas, as composições de grandes produtores de cocaína na América Latina, fora o tráfego eurásico e asiático como os maiores representantes do outro lado do oceano. Tudo isso vinha impelindo as autoridades brasileiras a frear essas influências psicodélicas fomentadas tanto por um adensamento da produção de drogas como também por transformações culturais que tentavam estabelecer um lugar no cotidiano para determinadas substâncias que não fossem as mais convencionais. Assim, em 1961, é realizada uma Convenção Única sobre Entorpecentes, que tinha o objetivo comum de combater as drogas de forma internacional, liderada pelos Estados Unidos:

> Embora tenha sido aprovada na década de 1960, a convenção, por ter sido negociada em um período de transição entre duas décadas, parece refletir as preocupações da década anterior no que tange às drogas, cuja produção, venda e consumo ela pretende controlar, como a maconha e o ópio, pelo seu uso por grupos considerados marginais, como músicos de jazz, habitantes dos guetos das grandes cidades, dentre outros, a preocupação se dá, sobretudo sobre o consumo da maconha, que, na década de 1950, seguia sendo percebida como a "erva maldita", produtora do crime.[113]

Dessa forma, substâncias como a diamba já tinham um certo saber produzidos ao seu respeito desde o século XIX. A cocaína, que tem seu uso intensificado durante o início do século XX não tem o mesmo discurso incutido de "agente do mal" ou do "crime', mas seu consumo, principalmente no início do século XX, era feito majoritariamente por camadas abastadas da sociedade, enquanto o uso da diamba era assimilado com pretos e pobres do país. Daí o caráter higienista – para não dizer coisa pior – ao se expressar em torno da diamba e de seus usuários. Criaram-se inclusive várias romantizações discursivas em torno da cocaína como "*make it snow"*, além de que a "literatura foi muito atenciosa quando o assunto era cocaína, tendo merecido as reflexões de Lima Barreto, Álvaro Moreyra, Benjamim Costallat, João do Rio, Coelho Neto, Theo-Filho e até do sambista Sinhô"[114]. Evidenciando essa distinção de classe em torno dos usos, fica claro que também existe uma produção do discurso em torno da propensão das classes mais pobres, além da dimensão racial. A ideia das favelas brasileiras como berço de criminalidade não é exatamente uma novidade e também não esteve distante dos discursos oficiais:

> Um dos grupos considerados como perigosos para a segurança pública do país eram aqueles que haviam migrado para os grandes centros urbanos a partir de meados do século XX. O sub-procurador geral da República, por exemplo,

[113] LIPPI, Camila Soares. O discurso das drogas construído pelo Direito Internacional. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 10, n. 02, 2013, p. 59.
[114] Sonhos da diamba, p. 128.

> chega a assegurar que a luta contra o crime deve ocorrer reduzindo as "correntes migratórias internas e os índices de natalidade entre as populações carentes" [...]. Por sua vez, o Ministro da Justiça Ibrahim Abi-Akel, em 1980, reproduz e reforça a construção social de que "os grandes centros não têm condições de absorver esses contingentes de migrantes e surgem as favelas, outro fator de aumento da violência, criminalidade, já que, por suas características, esses locais funcionam como verdadeiras áreas criminógenas" [...]. Já o presidente da República, General Figueiredo, em pronunciamento no início dos anos 1980, diz que vê o crescimento populacional do país como explosivo, que devora o crescimento econômico, pois é um "agente de instabilidade, acarreta desequilíbrios sociais, econômicos, culturais e políticos, que reclamam profunda meditação.[115]

Como visto, os discursos em torno de uma "classe perigosa" não era algo que estaria totalmente em desuso. Dessa forma, são discursos que eventualmente tendem a se modernizar e se atualizar de acordo com o período. Assim como uma tendência de pensamento das elites em que, em alguns aspectos a taxa de natalidade era uma preocupação, sendo um desses receios o de que em algum momento, a demografia de pessoas pardas eventualmente superaria a demografia de brancos. Havia então, um medo por parte das elites de perder a hegemonia política no país, de que estes eventualmente perderiam sua maioria nas câmaras, no senado e nos principais órgãos políticos de poder.

A abordagem dos anos seguintes aos de 1970 e 1980, década em que a Constituição de 1988 é outorgada, para a manutenção do poder, seria de algum modo sucatear as possibilidades de ascensão social das classes baixas, como sucatear a educação pública, que agora era um direito básico e democrático. Dessa forma, o texto acima esboça as preocupações classistas em torno da favela como um local produtor da criminalidade, assim como a diamba que faziam uso era um catalizador dessas possibilidades. Nessa perspectiva, os discursos oficiais não diferiam tanto dos discursos dos periódicos, por exemplo, mas é certo que mesmo os textos da mídia sofriam alterações em seus corpos, as mudanças das prerrogativas de tratamento e apreensão acompanhavam, em certa medida, o que vinha se discutindo em torno da repressão acompanhada de atendimento e acompanhamento psicológico:

> **No Combate Contra os Tóxicos, Ação Preventiva e Não repressiva**
> SÃO PAULO – O Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, disse no seu programa radiofônico "Encontro com o Pastor" que "a intransigência na aplicação das leis, as condições e as prisões, por vezes necessária, não são suficientes", referindo-se ao combate contra os tóxicos, principalmente entre os jovens:
> - A repressão só ataca as manifestações do mal, e não a existência do próprio mal. Urge, assim, realizar um trabalho de profundidade, que atinja as raízes

[115] ROLIM, Rivail Carvalho. Drogas e juventude no pensamento jurídico-penal durante o regime militar. In: **Anais do XXXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH.** São Paulo, junho 2011, p. 09.

> do vício. Daí, a necessidade de aliar-se a ação preventiva à repressão. O desenvolvimento da campanha nas duas frentes poderá assegurar êxito.
> Na sua alocução, Dom Paulo Evaristo Arns afirmou que a "sociedade toda está sendo convocada nesta hora, para a luta antitóxicos. Esta campanha, apenas iniciada, anuncia-se árdua e difícil. Fazemo-nos presente nela espontaneamente, pois é indispensável que se encontre uma solução autêntica e adequada, condizente com nossa realidade social".
> Abordando o problema da legislação, o Arcebispo considerou que além de severa ela "deverá ser dinâmica, capaz de atualizar-se constantemente para poder enfrentar com êxito a sagacidade e astúcia daqueles que pretendem contorna-la. A produção e a comercialização de drogas deverão sujeitar-se a critérios bastante rígidos. A manipulação clandestina deve ser fulminada com os recursos da lei e da justiça".
> - Ninguém poderá confundir um viciado-doente que precisa de cuidados com um criminoso-traficante, que merece atenção. Também aqui precisa-se de muita prudência e critério, para não acoimar de "viciado" ou traficante um simples e incauto curioso que se vê envolvido num drama cujas proporções nem sequer de longe imagina.[116]

Assim, nesse canal de diálogo, é acentuada uma ineficácia do combate aos entorpecentes, na insuficiência das prisões como fim que acaba em si, requisitando então uma abordagem de prevenção e não somente de repressão. A juventude é novamente sinalizada como uma prioridade dessa prevenção. Vemos também a presença de discursos de cunho moral, nas perspectivas de acabar com o "mal" e suas raízes, atacando então uma ideia de reprimir somente "o fruto do mal". Há também um apelo para a distinção do dependente, daquele que seria um usuário traficante ou um usuário curioso, assim como do "usuário doente", que não teria controle sobre suas ações em decorrência do vício. Denotando então uma adesão discursiva em torno das novas atualizações das legislações que discutimos mais acima, mas que ainda não estaria promulgada. Ainda sobre a legislação, o Arcebispo considera que ela deverá ser "severa" e também "dinâmica", com o objetivo de se adaptar a frequência dos tempos. O discurso em si, parece ter ciência do próprio dinamismo da organização criminal, na medida em que as leis, por mais completas que fossem, abriam algum lugar brechas para os usuários e traficantes, o pedido do Arcebispo vem justamente a partir das necessidades de driblar as bricolagens dos criminosos que por ventura se utilizassem dessas brechas. Por isso as leis como a de 1971 inserem uma quantidade expressiva de verbos e de circunstâncias que diminuem a possibilidade de suspeito usuário ou traficante de escapar dos textos lei.

[116] JORNAL DO MARANHÃO: Semanário de Orientação Catolica- Jornal a serviço da família e do povo. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. São Luís: 29 de novembro de 1970, ano XXXVI, N. 3812, p. 9.

2.3. A moral em palavras prensadas: combate e criminalização das drogas nos discursos midiáticos

A política de repressão às drogas vem, desde o início do século XX com os Estados Unidos como liderança internacional. As políticas de Lei Seca, das quais os Estados Unidos também foram pioneiros, possibilitaram a criação de um paramento policial destinado a "caça" de substâncias que inebriassem, no caso o álcool. Mas também foram responsáveis, como resposta a Lei Seca, pela emergência de um crime organizado em torno da produção de destilados, a medida em questão, além do aumento da criminalidade, fez com que os consumidores que bebiam ilegalmente pagassem mais caro por um produto que poderia ser mais duvidoso, para dizer o mínimo. Não por acaso, os Estados Unidos tem uma história com forte representatividade do puritanismo como dinâmica religiosa e nos modos como pensavam o cotidiano. Nesse sentido, as lideranças europeias não eram muito passivas com as propostas do Norte da América – que vinham desde o início do século – de proibição de substâncias psicotrópicas:

> Houve proposta, por parte dos Estados Unidos, de criminalizar não apenas a produção e a distribuição para objetivos não medicinais, mas também de criminalizar o uso pessoal com objetivos não medicinais, o que foi rejeitado ao longo do processo de negociação, e de forma maciça.
> Porem, essa Convenção só foi assinada por 13 países, e somente entrou em vigor durante a Segunda Guerra Mundial, quando o controle das drogas não era uma prioridade para a maioria dos países, especialmente para os europeus. Eles viam de forma particularmente cética as tentativas estadunidenses de criminalizar o comércio e a produção de drogas, devido ao lucro, mencionado anteriormente, que eles e suas indústrias farmacêuticas tinham com esse setor.[117]

Portanto, o Velho Mundo, que tinha uma relação muito antiga com substâncias psicotrópicas das mais variadas como *hashish* e ópio, não foram fáceis de serem convencidos da entrada internacional na guerra contra os entorpecentes. A influência que os Estados Unidos ganharam após as duas guerras mundiais garantiu ao país norte americano poder decisório e maior engajamento internacional nas convenções que visavam o combate aos entorpecentes. Mas também vale ressaltar que, se após a Lei Seca o Estado americano havia disposto um paramento policial com experiência em apreensão de substâncias inebriantes, é certo que também já haviam organizações criminosas especializadas no tráfico. Então se o álcool voltou a ser legal, logo eles perderam o monopólio do produto, assim como foram em busca de

[117] LIPPI, Camila Soares. O discurso das drogas construído pelo Direito Internacional. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 10, n. 02, 2013, p. 58.

alternativas mais rentáveis para o tráfico. Nesse sentido, muitas organizações criminosas se integraram ao sistema político e dele se beneficiaram, ao passo em que os Estados Unidos gradativamente aumentava seus problemas com essas organizações:

> **MAFIA VENDE US$ 1 BILHÃO DE DROGAS**
> ROMA – A Máfia exporta anualmente da Itália para os Estados Unidos e alcança o valor de 1 Bilhão de dólares (Cr$ 4,65 bilhões) segundo informou comissão Parlamentar Investigadora sobre o Fenômeno da Máfia em um informe intitulado **A Máfia e o Tráfico de Entorpecentes.**
> O texto precisa que a droga é recebida da França chegando à Sicília através de Gênova, Milão, Roma ou Nápoles. Na Sicília a Máfia possui uma organização tal que pode afetar suas exportações de droga de qualquer **porto ou aeroporto** da ilha.[118]

O jornal maranhense expõe dados de exportação de entorpecentes que migram da Europa para os Estados Unidos. A soma que se faz nos dias de hoje seria elevada, mas para os padrões daquele contexto, o dinheiro tinha um valor diferente. Contudo, a matéria responsabiliza a atuação das máfias no empreendimento dessas contravenções, na facilidade com que conseguem transportar os produtos a partir da Península Ibérica, subentendendo uma certa negligência por parte dos países europeus na fiscalização de tais operações. Deste modo, mesmo após a inserção dos países europeus nas convenções de entorpecentes, ao que o texto indica, ainda eram locais privilegiado para produção e exportação com menos problemas de transporte e de fiscalização do que nas américas. Entretanto, ainda não seria o suficiente para impedir a onda do tempo e dos contextos, já que na lógica legal em torno das drogas que começa a ser adotada:

> Apaga-se assim a subordinação do consumo de drogas às dinâmicas social e individual, necessárias à sua configuração como "problema". Eventos sociais, historicidade, motivações e decisões pessoais são negligenciadas em benefício de determinadas lógicas simplistas que, "inexistentes" por não serem diretamente explicitadas nos textos, não podem ser contestados – tão pouco que as formas de controle social que encetam.
> Na sociedade atual, a individualidade incomoda. Desta forma, ela é submetida a um mecanismo disciplinar que a vilipendia como "desvio da norma", para que se possa assegurar a homogeneização das multiplicidades humanas. Necessitando de um campo social homogêneo, os poderes hegemônicos – políticos mas sobretudo econômicos – não conseguem conviver com as diferenças, marcando-as enfaticamente para poder normatiza-las. Mas eis o paradoxo: com a coersão normatizadora, a diferença se acentua e faz o sujeito aparecer como desviante.[119]

---

[118] JORNAL DO MARANHÃO: Semanário de Orientação Católica – Jornal a serviço da família e do povo. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. São Luís: 9 de agosto de 1970, ano XXXVI, N. 3856, p. 6.
[119] BUCHER, Richard; OLIVEIRA, Sandra R. M. O discurso do "combate as drogas" e suas ideologias**. Rev. Saúde Pública**, 28 (2): 1994, p.

Dessa forma, Bucher considera que é na operação de apagamento de identidades, de individualidades, é que repousa a prática disciplinadora de normatização, nesse caso em torno dos usos e abusos de substâncias psicoativas. Entretanto, é justamente nessa pedagogia do que não se deve fazer é que se cria um itinerário discursivo de como fazer o que não se pode de maneira adequada, sem ser pego ou flagrado. Assim, é a partir do tabu que se intensifica a contravenção, o desvio. Cria-se um itinerário de retidão, de *modus operandi* dentro de uma sociedade que tenta se convencionar e evitar as interferências culturais estrangerias, ao menos no sentido dos costumes e dos hábitos.

Acontece que, estabelecido o tabu, ao contrário do que se esperava, índice de consumo de drogas explodiu durante fins da década de 1960 e início da década de 1970, atingindo majoritariamente o grupo social que as autoridades procuravam proteger desses vícios, os jovens, e não somente isso, jovens de classe média, os tidos como "bons meninos" de "boa família". E com "bons meninos" leia-se moços e moças de classe média alta no país, e com "boa família" leia-se pais estabilizados, com emprego e tradição familiar mais próxima do convencional pela sociedade que procurava se desenhar. E como dito anteriormente, a sociedade inteira estava convocada para frear essas transformações:

> **Vicios das Drogas é Sintoma de Crise**
>
> O órgão do Vaticano "L'ossevartore della Domenica", apontou o vício das drogas como sintoma da grave crise que ameaça toda humanidade e afirmou que a Igreja vai continuar em luta contra a adesão aos tóxicos, pois não pode abdicar de sua responsabilidade diante do fenômeno, cada vez mais disseminado."
>
> O teólogo do vaticano Monsenhor FERDINANDO Lambuschini, disse que o clero vai empenhar-se, com todas as duas forças, em campanha contra o uso de narcóticos pelos jovens, os mais expostos ao vício. A atração das drogas, salienta o artigo de Monsenhor Lambuschini, é o resultado do sentimento de futilidade da condição humana, que provoca decadência física e a degradação moral.[120]

Ao que tudo indica, não somente as autoridades nacionais estavam interessadas na repressão aos entorpecentes, o Vaticano demonstrava interesse, há anos, em controlar ou suprimir o consumo e tráfico de drogas. Monsenhor Ferdinando observa um mundo em transformação com os entorpecentes, os hippies, os marginais, movimentos feministas, homossexuais e culturais de grande envergadura tanto na Europa quanto nos Estados Unidos.

---

[120] *Jornal do Maranhão*: Semanário de Orientação Catolica- Jornal a serviço da família e do povo. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. São Luís: 30 de maio de 1971, ano XXXVI, N. 3638, p. 12.

Então o documento fala de uma "continuação" do combate as drogas, denotando então a histórica relação da Igreja com o combate aos entorpecentes. Esse "sentimento de futilidade" provavelmente entra em consonância com esses outros vetores culturais que regem esse contexto, quer dizer, as influências sexuais, artísticas, culturais, de gênero e muitos outros condicionantes que caracterizariam essa "futilidade" humana que degrada a moralidade do indivíduo e, por consequência, do coletivo. Não à toa, o discurso da ameaça a moralidade tem um apelo expressivo nos textos.

A adesão a esse discurso de moralidade, de degradação do corpo e do espírito denota uma preocupação não somente com a saúde dos indivíduos, com a precariedade das condições sanitárias ou da quantidade de viciados nos hospitais, e sim com essa direção cultural que é tomada, um medo de uma mudança "nas formas e nos conteúdos" e, quem sabe, o receio de uma revolução cultural profunda que coloque em xeque o *status quo* que regem os sujeitos políticos que aderem a tais discursos:

> **Imoralidade Representa Grave Ameaça à Dignidade Humana**
> CIDADE DO VATICANO – O Papa Paulo VI exortou os cidadãos a reagirem contra a "epidemia" de imoralidade que impera o mundo, afirmando que "a moda, a paixão sexual e ampla pornografia" representam grave ameaça para a dignidade humana.
> Em sua audiência geral das quartas-feiras, o pontífice declarou que "o erotismo, a promiscuidade, as drogas e publicações pornográficas atacam até nos círculos mais sadios e reservados, como a família, a escola e os centros de diversão."
> **PROPAGANDA**
> Esta é a segunda vez em menos de um mês que o Papa condena a atual onda de liberdade sexual. A 14 de setembro disse, ante uma multidão reunida para receber sua benção dominical, que a humanidade está sendo induzida a cometer "atos indecentes" por modas nidistas e obscenas. "O erotismo, levado a expressões desenfreadas e detestáveis, em público e mediante propaganda, alcançou proporções epidêmicas e agressivas.[121]

De fato, a década de 1970 assiste uma erupção de movimentos contestatórios, com conotações intimamente sexuais, como exemplificamos. A pornografia, em seus vários gêneros de expressão, ganha comercialmente um corpo que não vira outrora. Longe de queremos dizer que "nada disso estava acontecendo", queremos expressar essas vozes dissonantes como observadoras de um contexto que os ameaçava, intimidava. A sexualidade poderia vir como uma ameaça moral, aos costumes impregnados em uma sociedade patriarcal que via desagradavelmente transformações que alterassem a posição hierárquica dos gêneros e

[121] *Jornal do Maranhão*: Semanário de Orientação Catolica- Jornal a serviço da família e do povo. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. São Luís: 30 de janeiro de 1966, ano XXXI, N. 3630, p.

das orientações sexuais consideradas "adequadas". A história do Brasil é permeada por um esforço de manutenção de poder, de não modificação das estruturas essenciais que ordenam os ritos e procedimentos sociais de demarcação do poder. Do homem sobre a mulher, do pai sobre o filho ou do rico sobre o pobre. O consumo de drogas é assimilado como mais um desses elementos que degradam física e moralmente, com um agravante de que seu uso ou consumo atingem, de fato, de maneira bioquímica. Essa relação íntima que o usuário estabelece entre o seu corpo, seu sangue, com uma substância que altere sua condição psíquica é um elemento essencial para seu controle e repressão, na medida que parece ameaçar algo muito caro aos ocidentais, uma ideia de "liberdade de pensamento", algo que as drogas tirariam na medida em que o vício afetasse o indivíduo. Assim, houve discursos muito mais acalorados e condenatórios do que os que vimos até agora:

> [...]Não atinando para os resultados futuros existe evidentemente a favor dêsse vício ignominioso a saturação dos choques sociais daqueles que ingerem as drogas com o objetivo de fugir das realidades crucias da vida. E como êste existem fatores que pesam no quadro dramático dos viciados em tóxicos.
> Enquanto a cidade dorme ou mesmo em plena luz do dia se formam os grupinhos de viciados sentando-se, pegam nervosamente a seringa e aplicam-se as drogas, engolem os comprimidos ou fumam a marijuana. Convidam outros amigos que não são do grupo e vão arranjando novos adeptos. São vítimas dos criminosos traficantes ou burladores da lei que lhes servem o produto que brevemente cavar-lhes-á a ruína e os levará á loucura senão à morte. Mas êles não pensam duas vezes, só as impressões momentâneas dos tóxicos lhe trazem o prazer que não encontram na plenitude do senso da razão dos seus cérebros. Desejam a artificialidade que não desfrutam da condição humana porque o Deus Onipotente deu ao homem apenas a capacidade de gozar dos seus privilégios naturais em prol de seu próprio aprimoramento e ascensão e não de sua própria destruição. A juventude é a centelha de iluminação dos futurosos destinos da humanidade. Quando uma juventude procura se deliciar com coisas que só poderão leva-las ao aniquilamento é sinal de que já nasceu prematuramente morta e antes mesmo de viver morreu. O resultado está se fazendo vir a tona. Aqueles que não amam a vida refugiam-se nos tóxicos. Deles advém a morte. E a morte é sempre um belo prêmio para os covardes que não souberam lutar pela vida[...][122]

Outro discurso produzido com recorrência durante as décadas em vigência, é o de uso de substâncias psicotrópicas com alternativa de "fuga da realidade". Em algum sentido, alguns grupos subversivos poderiam dar vazão a este tipo de discurso, em um sentido mesmo de distanciamento do político, das lógicas de convivência em sociedade, como é o caso dos *hippies*, que viam no que foi convencionado de "desbunde" uma outra alternativa a vida na

[122] JORNAL DO MARANHÃO: Semanário de Orientação Católica- Jornal a serviço da família e do povo. São Luís: 05/10/1969, ano XXXV, N. 3816, p. 1.

cidade grande, a lógica tecnicista massificada de trabalho e das formas de ser um indivíduo. Os modos de uso também são expostos na matéria, no que diz respeito a "aplicar as seringas nervosamente", o ato de tomar pílulas e fumar "marijuana". Há a ideia do uso associado quase ao "contágio", no que tange aos convites dos usuários aos "outros amigos" e esse seria um dos maiores receios do discurso que se tornava vigente em torno das drogas. A partir destes medos e receios, é que se culpabiliza intensamente a figura dos traficantes, que seriam "burladores das leis" e que seriam responsáveis por ajudar os usuários a cavar a própria "ruina", e por consequência levando esses indivíduos a "loucura' ou a "morte'. Nesse discurso, a ideia de usar psicotrópicos seria uma perspectiva contrária à da racionalidade, esses indivíduos não encontrariam na "plenitude do senso da razão" as motivações necessárias para existência.

A reportagem, além de possuir uma carga significativa de juízo de valor, o que não é de todo estranho para as matérias desta temática, trás consigo uma carga de religiosidade, determinando que o "Deus onipotente" teria feito o homem com o intuito de se "utilizar da natureza" apenas no sentido do próprio "aprimoramento e ascensão". O documento indica uma visão pessimista em torno das futuras gerações, especialmente a juventude, esta que segundo a fonte, "já nasceu prematuramente morta". Além da visão pessimista, há no texto um ar de quem se compraz com relação aos indivíduos que porventura encontrem problemas no uso de entorpecentes, em que "a morte é sempre um belo prêmio para os covardes que não souberam lutar pela vida". Contudo, como dito, queremos evidenciar uma dimensão de consumo, de mercado, de produto. Mesmo que precisemos entrar em uma lógica de "economia do crime":

> Camponeses mexicanos optaram pelo cultivo da papoula e da maconha, enquanto os bolivianos se dedicaram aos arbustos da coca. Sua rentabilidade lhes impede de se dedicar a outros cultivos, por terem se transformado no único produto rentável devido à estrutura e ao mercado local e internacional. Além disso, o desemprego favoreceu o aparecimento de uma majoritária economia informal, a qual, por sua vez, facilitou a inserção de atores na chamada Economia Subterrânea, que compreende diversas atividades vinculadas à produção de drogas ilícitas. Além dos personagens dessa rede, que surgem não como vilões, mas como benfeitores (por prover emprego e alguns serviços públicos à população empobrecida), exportação da droga, em alguns países, gerou a única divisa capaz de pagar a dívida externa.[123]

Outro assim, como outros produtos de origem agrícola, substâncias como a diamba, a cocaína e heroína (a primeira a partir da *cannabis*, a segunda a partir da coca e a última a partir

[123] MARTINS, Marcio André Conde. A geopolítica nas Américas e a política antidrogas brasileira. **RIDB**, Ano 2, n 14. ISSN: 2182-7567, 2013, p. 17172.

da papoula) tendem a ser, além de sazonais, a especialidade produtiva de localidades específicas, seja em decorrência do tipo de cultura do local ou pelo tipo de clima que a região favorece. A produção dessas plantas/substâncias, como outras, tendem a gerar uma ambiguidade de significados, pois pode fazer com que uma comunidade ou um grupo tenham acesso a trabalho ilícito e a renda, e essa renda faça "a roda da economia girar" naquele local, entretanto também pode gerar prejuízos sejam eles legais, na medida da ilegalidade no produto de origem e chegada, seja ele em virtude de uma dependência econômica que aquela região cria com os produtos.

A exemplo dessa questão, o café no Brasil da década de 1920, o país passou por uma crise pela alta dependência do café, por uma produção ostensiva do produto e a exaustão do solo. Nesse sentido, os países que querendo ou não moldavam suas economias em torno de substâncias cuja matéria prima é de origem agrícola estavam sujeitos a essas intempéries climáticas e econômicas. Mas voltando ao Brasil, onde definitivamente não era como no caso citado acima, apesar de apresentar similaridades, se instaurava aqui a Lei de Segurança Nacional em que:

> Como estratégia, a doutrina de segurança nacional estipulou como necessário para a proteção do país um "esforço de soldados e civis, homens, mulheres e crianças nos mesmos sacrifícios e perigos idênticos, obrigando a abdicação de liberdades seculares e direitos custosamente adquiridos", conforme palavras do General Golbery de Couto e Silva [...]. Quando se definiu que haveria envolvimento de toda a sociedade no combate ao tráfico de drogas o governo argumentava várias frentes de ação no seio da população teriam que ser abertas, com o uso da propaganda psicológica e controle ideológico.[124]

Assim, se regimentava a proposta de, por todos os meios necessários, extirpar os vícios psicotrópicos do seio da nação brasileira, a Doutrina de Segurança Nacional de 1968 foi a cereja do bolo de um movimento que vinha se perpetuando e se refinando há décadas no Brasil, se salientamos a Lei de entorpecentes de 1971 o fizemos pensando em nosso recorte, mas houveram outras leis menos abrangentes no decorrer da primeira metade do século. Assim, o convite ou a convocação presente na lei de 1971 e que se estende para toda a população brasileira é uma herança dessa Doutrina.

A ideia do uso de "propaganda psicológica e ideológica" para chegar aos fins desejados reforça o papel das ferramentas de mídia nesse processo, evidentemente o papel de pais,

[124] ROLIM, Rivail Carvalho. Drogas e juventude no pensamento jurídico-penal durante o regime militar. In: **Anais do XXXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH.** São Paulo, junho 2011, p.7.

professores e as instituições públicas eram essenciais nesse processo, mas os jornais de TV e impressos fariam um trabalho indispensável nessa abordagem "psicológica e ideológica". Certamente, a partir desta perspectiva de denúncia e propaganda, a mídia seria uma ferramenta "pedagógica", podendo ser essa perspectiva inserida nos mais distintos espaços e veias do meio social:

> **ARCEBISMO QUER LEGALIZAÇÃO DE ENTORPECENTES**
> SAN JUAN DE PORTO RICO- Tema de grande repercussão no meio religioso e político foram as declarações do arcebispo católico de San Juan. Luís Aponte Martinez, solicitando a venda e o uso de narcóticos, para combater o tráfico ilegal de entorpecentes no país.
> Com relação aos entorpecentes e à maconha disse admitir uma legislação para usá-la por meios legais, já que a experiência demonstra que tudo o que deixa de ser proibido começa a perder interesse. Dom Martinez acrescentou que a legalização de entorpecentes em outros países teve uma experiência muito favorável.[125]

Assim, apesar do jornal salientar uma ideia inusitada para ser expressada por um padre, ou mesmo para ser exposta por um jornal católico, o editorial não esquiva da responsabilidade de um parecer em torno das ideias do Arcebispo Luís, este por sua vez entende que a legalização é a resposta para o combate ao crime organizado, citando que a "legalização de entorpecentes em outros países teve uma experiência muito favorável". Entretanto, ao fim do texto, "o editorial considera que legalizar os entorpecentes seria promover a invasão em massa de elementos indesejáveis" e que "sua proposta é audaciosa e como tal interessante, embora, sem dúvida, algo irreal". Também vale ressaltar que a palavra usada pelo editorial é "solicitando", o arcebispo estaria "solicitando" tais medidas. Isso revela que, apesar de nossa bibliografia indicar um distanciamento da autoridade pastoral nas sociedades, isso não significa dizer que tais instituições vão, necessariamente, deixar de tentar influenciar no tecido social em que locam.

Não à toa, na mesma página em que a esta matéria foi escrita, é anunciado a realização de "Cursos de Pastoral da Saúde e de Coordenadores de Comunidades, promovidos pela Diretoria da CRB-Regional de São Luís". Os cursos, que tiveram duração de 3 dias, teriam tido participantes de "Bacabal, Balsas, Viana, Lago da Pedra, Chapadinha, Alcântara, Guimarães, Cururupú, Riachão, Loreto, Bequimao, São Vicente Ferrer, além dos que residem em São Luís". Assim, o jornal expões a capacidade de articulação das instituições religiosas para "fazer a

[125] JORNAL DO MARANHÃO: Semanário de Orientação Católica- Jornal a serviço da família e do povo. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. São Luís: 20 de setembro de 1970, ano XXXVI, N. 3862, p. 5.

diferença" no meio social. Contudo, quando observamos as expressões artísticas do contexto também podemos verificar alguns aspectos de assimilação dos estereótipos empregados aos usuários de psicotrópicos:

> [...] Mas a obra curiosa, assinada por Sergio Porto, é a série de contos de AS CARIOCAS. Sobre elas dizia: "A mais bonita é a granfina, a mais sincera é a noiva, a mais ingênua é a donzela, a mais honesta é a currada, a mais simpática é a desquitada e a mais doidinha é a desinibida. Gosto muito de todas elas, mas reunidas, só mesmo em livro.
> A fim de dizer coisas velhas ou novas, mas sempre de maneira inédita, surgiu Stanislaw Ponte Preta – nome inspirado no irreverente personagem literário de Oswald de Andrade: Serafim Ponte Grande – indiscreto em tudo ao divulgar o que se passava ao meio de uma família tipicamente carioca: as personagens foram então ganhando corpo, cresceram no casarão da BOCA DO MATO gira a economia da família Ponte-Pretana; primo Altamirando, ovelha negra, é a versão cruel do carioca cínico, sensual, que adora cigarrinhos de maconha e desajustados sociais; Rosamundo, o desmemoriado; Bonifácio, nacionalista ardoroso e sincero, até ingênuo[...][126]

A partir do periódico, podemos verificar uma sequência de personagens descritos em suas personalidades: a granfina, a sincera, a ingênua, a honesta, a desquitada, a desinibida, o indiscreto e, por último, "a ovelha negra", o rapaz que "adora cigarrinhos de maconha". A descrição do personagem amarra alguns aspectos do que viemos tratando, do arquétipo que se faz em torno do usuário, ressaltando características de personalidade que são negativas, mas que, entretanto, servem na obra para dar um enredo cômico ao que parece.

Dessa forma, o personagem maconheiro ou diambeiro, é dotado na descrição de uma carga de cinismo que caracterizaria uma "versão cruel" do carioca, dotado de uma sensualidade e de amigos que seriam "desajustados sociais". Assim, mesmo em uma abordagem de roteiro, de comicidade, as características resumem o indivíduo em um lugar bem próximo do que os discursos desenhavam naquele contexto: um desvio de caráter (cinismo), um apelo sexualizaste do personagem e as más companhias por ele cultivadas, o signo de "ovelha negra" reforça ainda mais essa perspectiva. Entendemos então que, mesmo sob a perspectiva fictícia, o personagem está ancorado em uma figuração definida pelos discursos do contexto. Mas, saindo da ficcionalidade, no Meio Norte do Brasil os discursos também se proliferavam junto das avenidas e dos veículos:

> São Luís cresce. [...] criam-se avenidas para encurtar as distâncias, para facilitar o tráfego de veículos. E cresce, cresce muito o número de viciados

[126] JORNAL DO MARANHÃO: SEMANÁRIO de Orientação Catolica- Jornal a serviço da família e do povo. São Luís: 08/06/1969, ano XXXIV, N. 3862, p. 03.

> em drogas diversas. Nada, porém, foi feito em seu benefício. Apenas a repressão, não ajuda a combater o uso de drogas. É tentar matar uma árvore; arrancando-lhe os frutos, varrendo-lhe as fôlhas caídas.
> Já possuímos os primeiros exemplos de jovens mentalmente debilitadas pelo uso de entorpecentes, e é triste, senão comovedor, o vexame por que passam. Loucos! Párias! Não deve ser esse o seu fim. Nem podem ser internados como qualquer psicopata... seria coloca-los em uma câmara de tortura... Eles se multiplicarão e haverá a extrema necessidade de que sejam tratados como portadores de mal curável. Clamo a CONSCIÊNCIA das autoridades, não principalmente a polícia, e sim as responsáveis pelo setor de saúde, para que reflitam por essa gente que dentro em breve aumentará. E, se não houver quem lhes cuide, quem os recupere, serão eles, fatalmente, lançados, definitivamente, à marginalidade, à promiscuidade. No mundo, o uso de drogas já invadiu as prisões, as escolas, os lares, quiçá outros ambientes. Fatal será, quando invadir o próprio mundo, o que somente será possível, se a omissão for total. Não permitamos![127]

A fonte acima, além de ser uma denúncia, se trata de um convite. Assim, junto ao reconhecimento de uma cidade que cresce e se expande, é salientado também algo que é comum a muitas cidades em expansão, que seriam os problemas de cunho sanitário que envolveria a quantidade de viciados em drogas. Outro ponto comum entre cidades que se expandem, é a presença da pobreza, da miséria, de moradores de rua, de pessoas catando no lixão para se alimentar, esta não parece ser a preocupação ou o objetivo do texto, apesar de sinalizar esse crescimento urbano. Dessa forma, a fonte representa um apelo e, novamente, representa um ponto de transição, em que os discursos midiáticos não mais querem reconhecer os usuários apenas como criminosos, sob a tutela de soldados e policiais, mas sim com o intuito de agregar a essa tutela a responsabilidade das autoridades de saúde.

Vale novamente destacar que essa transição de pensamento só se dá a partir do período em que jovens brancos de classe média também são acometidos pelos usos ou vícios inebriantes. Até então, a perspectiva era a de prisão a altas e duras penas (penas de prisão e penas financeiras). Dito isso, transfigurando-se o perfil de usuários é que também se transfiguram o discurso em torno de quem deveria ser preso ou não, de quem deveria ser tratado ou não. Essa relação fica evidente quando o texto salienta que "o uso de drogas já invadiu prisões, as escolas, os lares, quiçá outros ambientes". Fora as "prisões", a ideia central é de que estes outros locais seriam ambientes protegidos, pela família, pelos corpos docentes das escolas ou mesmo pelos muros destas instituições. Para o autor, "fatal será quando ela invadir o mundo", exprimindo uma perspectiva de dominação global dos psicotrópicos e de seus males. Estes "loucos", estas "párias", estariam sujeitos a um fim mais tenebroso se colocados juntos

[127] JORNAL DO MARANHÃO: Semanário de Orientação Catolica- Jornal a serviço da família e do povo. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. São Luís: 9 de setembro de 1970, ano XXXVI, N. 3856, p. 5.

de “psicopatas”, na medida em que representaria uma “câmara de tortura” para esses indivíduos. Essa preocupação não era tão assídua quando o perfil de usuários eram trabalhadores, pretos e pobres.

A bibliografia que acompanhamos, alinhadas com a documentação, indica que havia toda uma rede institucional e civil no sentido de fortalecer o combate as drogas. Nesse processo, se enquadraram múltiplas técnicas e dispositivos: há um corpo discursivo que tenta dar conta de uma dimensão sexual no que tange os corpos dos usuários a partir do saber médico; há também, ainda em torno do corpo, uma perspectiva de preservação, assim como uma prevenção tal qual uma essencialidade nesse conjunto; a dimensão pedagógica se estende da escola até os serviços mais básicos das comunidades; a mídia seria um catalizador da propaganda ideológica de combate; o direito civil e penal como perspectiva de legitimação e outorga de todos esses processos; o saber pastoral, que já não é o oficial na república, exerce nas instituições familiares também sua função pedagógica e profilática, mesmo que em um campo moral e não legal.

Perspectivadas as condições discursivas nas quais se constituíam um discurso proibicionista sobre as drogas, pensaremos, no próximo capítulo, a dimensão nevrálgica que dela se desdobra: o processo de vigilância, repressão e tortura de corpos relacionados às drogas no contexto de Meio-Norte do Brasil, durante a Ditadura.

CAPÍTULO 3

A lei escrita na carne: vigilância, repressão e tortura

Sim, todo amor é sagrado
E o fruto do trabalho
É mais que sagrado, meu amor
A massa que faz o pão
Vale a luz do teu suor
Lembra que o sono é sagrado
E alimenta de horizontes
O tempo acordado, de viver
No inverno, te proteger
No verão, sair pra pescar
No outono, te conhecer
Primavera, poder gostar
No estio me derreter
Pra na chuva dançar
E andar junto
(Amor de índio – Milton Nascimento)

Parecendo ter acontecido
Onde estarão os amigos
Aqueles desaparecidos
Estarão de bem com a vida
Acontece que o carro passa
Patrimônio da realidade
Carro novo passa carro novo passa
Parecendo um pedaço de prata
Bem na porta da sua casa
Pode ser que ele venha
Dentro dessa máquina
Passando sem buzinar
Não sabe que é ali que você mora
Seu amigo pode estar mal

3.1. Cinzas do Meio-Norte: abraçando a guerra, operando pela sobriedade

Em 13 de junho de 1972, ganha espaço como matéria do jornal teresinense *A Hora* um acontecimento: a prisão, por parte do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), na pessoa do capitão Astrogildo Sampaio, de um grupo de hippies que circulavam pela capital do Piauí, portando uma quantidade considerada significativa de maconha. Na narrativa do jornal, o caso traz um conjunto de detalhes que ajudam a qualificar um debate sobre as condições nas quais, àquela época, se configurava uma "guerra" às drogas e a sujeitos a elas associados:

> O Capitão Astrogildo Sampaio, da DOPS, prendeu, ontem pela manhã, quatro "Hippies" e em poder deles apreendeu cerca de um quilo de maconha **que eles dizem haver adquirido dos índios "guajajara", no Maranhão**. Os "hippies" são Antonio Tadeu Lima Cavalcanti, Silvio de Sousa, João Batista Alves e Rubens Neves da Costa, os quais vão ter as malenas cortadas pelo barbeiro da Polícia. Aliás, é pensamento do Capitão Astrogildo prender, cortar o cabelo e deportar do Piauí todo "hippies" que aqui chegar [grifo nosso].[128]

A matéria, que ocupava espaço na capa daquela edição do jornal, de número 180, parece, pela sua disposição no interior dessa fonte, apresentar-se como um elemento de interesse da sociedade naquele período. Parecia importar àquela sociedade leitora do *A Hora*, período de ampla circulação e, ao que se percebe, acessado pelos segmentos da elite letrada da capital do Piauí, que a repressão à maconha e outras drogas se dê de forma "exemplar", como modo de reprimir outras iniciativas que pudessem acontecer.

Tal iniciativa, amparada legalmente na Lei 5.276, de 29 de outubro de 1971, a qual passaria a ser conhecida como Lei Anti-Tóxicos, contempla uma dimensão importante pelo seu lastro repressor da própria substância, mas também por dois segmentos de sujeitos envolvidos. Havendo analisado tal matéria em sua dissertação de mestrado, Ernani José Brandão Júnior observa que a motivação apontada no jornal não seria a de que estes haviam sido capturados pelo porte de maconha, mas por serem *hippies*[129], o que indica uma perseguição sistemática a esses sujeitos, que, conforme analisado no primeiro capítulo deste trabalho, era visto como um vetor de ações subversivas no Brasil ditatorial, havendo diferentes notificações de sua presença no espaço teresinense da década de 1970. O segundo é uma relação com povos originários, sobretudo comunidades existentes no Estado do Maranhão – nesse caso, vinculados à etnia

[128] A HORA. **Polícia quer cortar cabelo dos "Hipies".** Teresina, 13 de junho de 1972. Capa.
[129] BRANDÃO JÚNIOR, Ernani José. **Um formigueiro sobre a grama:** a produção histórica da subjetividade *underground* em Teresina-PI na década de 1970. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Mestrado em História do Brasil, 2011.

guajajara, localizados principalmente nas regiões que margeiam os rios Pindaré, Grajaú, Mearim e Zutiua.

Nesse sentido, cabe perceber tanto um processo de circulação da diamba entre Piauí e Maranhão, sendo observado um sistemático processo de integração de Meio-Norte no contexto das experiências para com essa e outras drogas, assim como, também, uma relação que esse uso – e sua sistemática repressão – também ocorria a partir de sujeitos distintos que circulavam por esses espaços ao longo do período em questão, sobretudo no contexto da década de 1970, em que, assim como a ação do DOPS em Teresina, liderada pelo capitão Astrogildo Sampaio, outras iniciativas repressivas, onde as instituições de poder, amparadas no saber produzido e difundido ao longo daquele recorte, atuavam para controlar os circuitos e as práticas de uso da maconha naquela região do Brasil. Nosso recorte é evidentemente um marcado por vigilância e punição, sobre o qual fala Carlos Fico:

> Os agentes de informações registravam não apenas questões políticas, mas, frequentemente, anotavam o que pareciam ser, a seus olhos, "desvios morais", relativos, por exemplo, a sexualidade ou ao comportamento dos investigados. Padres eram acusados de "terem amantes", políticos eram malvistos por serem homossexuais. Trata-se de aspecto importante porque a repressão durante o regime militar foi marcada não só pelo anticomunismo, mas também por forte moralismo que caracterizou aquela época em que os costumes mudaram radicalmente. O movimento feminista = após a introdução da pílula anticoncepcional – liberou o corpo das mulheres e a juventude, sob a influência dos movimentos hippies, do rock e do uso de drogas, parecia ser uma ameaça para as mentes mais conservadoras. Também é importante destacar que a espionagem atingia as pessoas comuns, não apenas as que faziam oposição armada ou na resistência democrática.[130]

Se os cidadãos comuns poderiam ser vigiados, independentemente de seu posicionamento favorável ou não ao regime militar, a vigilância poderia se dar não somente em virtude do posicionamento político, mas também no campo dos hábitos e dos costumes do brasileiro. Dessa forma, a diamba está no rol das contravenções. E o que era moral se tornava questão de segurança nacional:

> Em alguns casos, os militares entendiam que mudanças comportamentais típicas dos anos 1960 e 1970, referida ao uso de drogas ou à sexualidade, seriam porta de entrada para o comunismo. Um documento sigiloso daquela época, que hoje podemos consultar, afirma; "o uso de drogas se constitui num degrau da subversão, face a degradação moral a que conduz o viciado" [...] Outro documento do gênero estabelecia relações entre sexualidade e

[130] FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo:** da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Contexto, 2021. p. 70.

> subversão: haveria "um círculo vicioso de prostituição, de vício e de prática sexual aberta que, fatalmente leva à indiferença, abrindo caminho à própria subversão".[131]

A exemplo desse movimento de vigilância e punição, algo como a *Operação Eco*, da qual trataremos neste capítulo com mais profundidade, tem suas "equivalências táticas" em grande parte do Nordeste e no mesmo período. Lilia da Rosa, em sua tese de doutorado em Economia, nos dá um panorama destas operações no estado do Pernambuco. Ao dialogar com o relatório da Comissão Nacional da Verdade, aponta que a *Operação Eco* ocorreu no dia 19 de maio de 1977. No trabalho que acabamos de citar, além dessa, algumas das outras operações arroladas são a *Operação Jaguar*, que ocorreu em 22 de fevereiro de 1978 em Belém de São Francisco e Cabrobró, a *Operação Despedida*, em 1979, em Santa Mariada Boa vista, Belém de São Francisco, Palmeira dos índios, Alagoas e Municípios de Pernambuco, e a *Operação Peba*, entre maio e junho de 1980, nos Municípios Floresta, Serra Talhada, Cabrobó, Petrolina, Salgueiro, Custódia e Belém de São Francisco. Como são apenas exemplos, é verificável na obra citada que estas operações ocorreram em Pernambuco durante toda a década de 1960 e 1970, conformando um signo de repressão e tentativa de controle das drogas ilícitas naquele espaço.[132]

Desta forma, não entendemos essa operação como um fator isolado, mas sim como uma tendência em franco processo de complexificação e expansão. É provável que o diferencial dessa nossa desenvoltura textual em relação ao que a autora Rosa Faz em seu trabalho, é que colhemos os dados a partir de um compilado de documentação interna circulada pelas instituições oficiais como Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a Polícia Federal. À parte isso, "nossa" operação se executa em um contexto muito mais particular, pois, embora tenha sua confluência estendida em uma tendência já esboçada, ela processa no Maranhão, nas cidades de Grajaú e Barra do Corda, e tem como alguns de seus alvos as comunidades indígenas nas circunferências destes municípios. Além desta especificidade, o compilado documental, a partir de tal ponto, passa a tratar de questões outras que não o plantio, venda e uso de maconha. Assim, as primeiras dezenas de páginas terão como foco as apreciações da operação propriamente dita, entretanto após a primeira centena de páginas e a partir dos meandros e desdobramentos da força tarefa surge como vetor discursivo uma outra pauta: a demarcação das terras indígenas.

---

[131] FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo:** da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Contexto, 2021. p. 84.
[132] ROSA, Lilian da. **Terra e ilegalidade:** agricultura de maconha em Alagoas e Pernambuco (1938-1981). Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2019.

Deste modo, esta questão já é citada ainda nas primeiras páginas, onde se narra que um representante da FUNAI entra em debate com um agente da PF a respeito de plantações de arroz executadas por "brancos civilizados" de forma irregular em terras indígenas demarcadas. Sob a alegação desta irregularidade, o então representante determina que os frutos da colheita pertencem então aos indígenas, tendo em vista que o lavrador teria sido avisado de que não poderia plantar naquele local. Na ocasião, o agente da PF, que estava naquela localidade em busca de plantações de diamba, argumenta ser injusto para com aquele "pobre coitado" ter tido o trabalho de plantar e os nativos ficarem como tudo. Na tréplica do representante, além de argumentar que o lavrador foi avisado, havia uma imensidão de terras naqueles horizontes que se encontravam improdutivas, mas que não tinham suas territorialidades invadidas por serem de grandes proprietários, muitos dos quais nem residiam na região. Na perspectiva do representante, o que se podia fazer por estes "pobres coitados" brancos e civilizados era tomar providências com tais terras improdutivas e não com as reservas indígenas.

Contudo, a problemática é propriamente retomada dentro do relatório, cerca de cem páginas depois, encontrando seu clímax crítico na última centena, quando têm incorporado ao relatório que, a princípio se tratava de apreensão e incineração de maconha – desembocadas em torturas denunciadas oficialmente – acusações de todos e para todos os lados: agentes da PF, que desde o início era acusada de tortura e de intervenções em assuntos que seriam próprios da FUNAI[133] e seriam também acusados de inação ao serem requisitados para o controle dos distúrbios gerados por e após as incursões nestes territórios. Nesse contexto, os indígenas foram acusados de uma série de violências, tais como atear fogo em casas de "civilizados" já desocupadas. Por sua vez, representantes da FUNAI são acusados de cumplicidade nestes atos, assim como em algumas situações são tidos como suspeitos durante a operação de apreensão de diamba, e os brancos por sua vez, além das invasões, são acusados de tentativas de agressão e linchamento aos representantes da FUNAI ao executarem seus trabalhos de rotina. Nesta ocasião, teria havido a tentativa de coagir um dos representantes a assinar um documento atestando que a FUNAI e os indígenas cediam as terras demarcadas aos "civilizados". O representante teria, em um momento de distração, entrado no carro e fugido de uma multidão que ele caracteriza como enfurecida que queria sangue.

Assim, como a documentação demonstra e como o trabalho de Lilian Rosa também o faz, a repressão aos entorpecentes no Brasil pode assumir dimensões mais complexas do que o simples uso e tráfico de drogas, levando em consideração também que "Pode ser que o governo

[133] De acordo com o relatório em questão, em um destes casos, a Polícia Federal autorizou a colheita em terras demarcadas por "civilizados" armados.

militar não tenha se ocupado tanto com a maconha nos primeiros anos no poder porque nestes concentrou esforços para reprimir movimentos sociais, políticos e demais setores da sociedade civil". Ela é inserida e imbricada em questões múltiplas como a posse da terra e o direito da propriedade, das relações de trabalho dentro deste mercado e dos representantes políticos envolvidos tanto no mercado quanto na repressão destas substâncias. Quanto a diferenciação da repressão na ditadura em relação aos moldes anteriores:

> Ademais, após o golpe de 1964, ocorreu uma mudança na forma como as autoridades ligadas aos cargos de justiça e de segurança pública enfrentavam a questão da maconha. Cresceu o número de congratulações aos policiais que prendessem pessoas portando-a.[134]

Nesse sentido, dentre os estímulos da repressão, o aumento do número de policiais congratulados por apreensão de usuários e traficantes delineiam bem as diretrizes do projeto de segurança nacional do país. No substantivo do usuário e traficantes, além das personificações desenvolvidas durante todo o século XX em caracterizações como baderneiros, depravados, degenerados, prostitutas e cafetões, agora também é adicionada a personificação do inimigo interno, que é uma prática muito comum em ditaduras. Desse modo, continua a autora:

> O conceito de guerra interna e de inimigo interno foi elaborado de forma suficientemente elástica para ser utilizado sempre que necessário. De fato, todo o aparato e ideário criado pela DSN pôde ser adaptado para combater o tráfico de drogas. Comblin (1978) citou um texto publicado na revista Estratégia, revista na qual representantes das Forças Armadas da Argentina publicavam e defendiam suas ideias, para demonstrar que dentro dessa perspectiva, a disseminação das drogas foi considerada uma das formas de ataque dos comunistas contra a civilização ocidental cristã. Como visto anteriormente, a DSN pregava que o comunismo buscava se infiltrar na sociedade e que, para isso, ele usava tanto meios lícitos quanto ilícitos: a coação psicológica, a chantagem, o uso de "tóxicos" e o apelo sexual através do amor livre. Assim as drogas eram tidas como uma porta de entrada para a desordem social e uma verdadeira ameaça diante de uma sociedade ansiosa, caótica e cheia de preocupações econômicas.[135]

Tendo em vista que, na América Latina, o Brasil não era o único com problemas de cunho político, cabe o reforço da ideia de "inimigo interno", elemento que permite o aprofundamento do diálogo com aquilo que também nos afirma Carlos Fico, ao observar as

---

[134] ROSA, Lilian da. **Terra e ilegalidade:** agricultura de maconha em Alagoas e Pernambuco (1938-1981). Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2019. p. 137.
[135] *Ibid.*, p. 142.

Doutrinas de Segurança Nacional como instrumentos de repressão de diversas ações do que considerava como "subversivas":

> Os regimes militares latino-americanos amparavam-se nessa concepção de "segurança nacional" que visava, sobretudo, combater o comunismo. Pouco antes da posse de Costa e Silva, Castelo Branco havia introduzido na Lei de Segurança Nacional a concepção de que se vivia uma "guerra interna" e, portanto, o 'inimigo" – além de eventuais ameaças externas – era o brasileiro "subversivo'. Essa concepção amparou a criação dos sistemas que moldaram o aparato repressivo. O Conceito Estratégico Nacional determinou uma completa reformulação nos órgãos de segurança e informações e estabeleceu que as forças federais e estaduais deveriam atuar de maneira conjunta no combate à "subversão".[136]

Nos capítulos anteriores desse trabalho, percebemos de que maneira a diamba e outras drogas passam a participar do discurso da sociedade brasileira entre meados da década de 1960 e ao longo de toda a década de 1970, seja pela perspectiva da "curtição" e das viagens contraculturais, seja pela perspectiva de sua denominação no âmbito de uma série de estatutos de saber-poder. Deste modo, dentre os direcionamentos encaminhados pelo Governo para a resolução das problemáticas "tóxicas", incluem a entrada das drogas "no rol de preocupações da Segurança Nacional. Tanto que, em 1971, o governo Médici, ao sancionar a já mencionada Lei n 5726, de 29 e outubro"[137] (Rosa, 2019, p. 142.) em que se adotavam novos regimentos em torno da repressão ao uso de drogas, dispõe um conjunto de medidas repressivas a esse uso, porte e tráfico:

> Art. 1 É dever de toda pessoa física ou jurídica colaborar no combate ao tráfico e uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica.
> Art. 2 As pessoas jurídicas que não prestarem, quando solicitadas, a colaboração nos planos e programas do Governo Federal de combate ao tráfico e uso de drogas perderão, a juízo de poder executivo, auxílios e subvenções que venham recebendo da União, dos Estados [...].[138]

O artigo em destaque garante, sob questão de segurança nacional, que os coletivos ou indivíduos contribuam ou cooperem na repressão aos tóxicos. Em momento adequado, será

---

[136] FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo:** da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Contexto, 2021. p. 67.
[137] ROSA, Lilian da. **Terra e ilegalidade:** agricultura de maconha em Alagoas e Pernambuco (1938-1981). Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2019. p. 142.
[138] BRASIL. Lei nº 5.726, de 29 de outubro de 1971. Dispõe sôbre medidas preventivas e repressivas ao tráfico e uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 out. 1971.

anexada a acusação, por parte da Polícia Federal, de que os membros da FUNAI estariam sendo omissos nas incursões executadas pela PF. Além das omissões, estariam segundo a polícia obtendo lucros com o comércio ilegal de maconha naquelas regiões. As intervenções da Polícia Federal nessas regiões se processam como o intuito de amenizar as interferências de políticos e autoridades locais no combate as drogas. Tanto o afinco na repressão, quanto os interesses políticos eram de tal margem que o anseio do combate levava legisladores a proporem penas que colocavam em xeque a tão cara lógica da propriedade privada:

> Para defender seu projeto, o deputado justificava que o "combate ao uso de tóxicos, maconha, heroína, cocaína, vem merecendo por parte do governo uma luta sem trégua, recebendo o aplauso de toda a população brasileira. E nada melhor para combatê-lo do que atacar o mal pela raiz, na sua origem, indo diretamente à fonte produtora". Diante disso, toda a propriedade que cultivasse plantas ilícitas seria desapropriada e repatriada à União, que destinaria para a reforma agrária. Juarez Bernardes defendia que o proprietário contraventor não tem que ter direito a indenização da terra porque seria "o mesmo que premiar o contraventor". Por mais drástica e rígida que fosse, essa medida se justifica, na opinião dele, pois o que estava em jogo era a defesa da família brasileira e da juventude, considerada o mais rico patrimônio social.[139]

Assim, o plantio que é naturalmente inserido em roças ou fazendas, além de ensejar um debate em torno do crime do uso e da venda, é também engendrado em um debate em torno da demarcação de terras privadas. A sugestão do deputado de apropriação de terras produtoras de maconha pelo Estado, reflete não somente um interesse político e moral, mas também um interesse monetário em torno da questão. Como se não bastasse, após o rompimento de fornecimento exclusivamente norte americano de armamentos na década de 70, agora também se tratará também da industrialidade bélica do país. Sendo uma guerra, não somente isto, mas uma guerra interna, ela também serviu para pavimentar o setor armamentista. Com isso, há uma impulsão da indústria de armas nacional:

> Esse rompimento impulsionou o desenvolvimento da indústria de armas brasileira que, assentada em uma estratégia empresarial, alinhou-se ao desejo das forças armadas para a produção de matérias bélicos – desenvolvidos com tecnologia nacional, ainda incipiente se comparada com tecnologia de países desenvolvidos, mas com preços competitivos no mercado externo e horizontalização da produção. O incentivo a fabricação de armamento tinha, em geral, 4 objetivos: 1) aproveitar a capacidade industrial ociosa causada pela crise econômica do início dos anos 1960; 2) reduzir a dependência do fornecimento externo; 3) garantir a produção autônoma de armamentos; 4) conquistar a fatia de mercado representada pelos países de terceiro mundo.

[139] ROSA, Lilian da. **Terra e ilegalidade:** agricultura de maconha em Alagoas e Pernambuco (1938-1981). Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2019. p. 144.

> Diferente do complexo industrial americano, voltado à produção de armamentos pesados como porta aviões, aviões de guerra, tanques e metralhadoras, o complexo industrial militar brasileiro essencialmente desenvolvia materiais bélicos contra "insurgências" ou mesmo contra o "inimigo interno", ou seja, conflitos característicos de Estados Nacionais de terceiro mundo.[140]

O referido impulso na indústria armamentista da qual trata Rosa surge com suas necessidades específicas acima delineadas. Além de um obvio interesse econômico e de ocupação do mercado pelo produto Brasileiro, as motivações deste empreendimento também reside na necessidade específica do Estado Militar de controlar seus mais distintos contingentes populacionais. Outrossim, com armas próprias ou importadas, o Estado enfrentaria em sua empreitada os obstáculos mais diversos, desde as dificuldades nos diferentes nichos e regiões no Brasil, até a própria disposição das regiões em acatar e executar o projeto repressor anti-psicotrópicos. Continua, então, a autora:

> Em um relatório, posteriormente encaminhado a CNFE, com o nome dos proprietários envolvidos nos plantios ilícitos. Segundo Fernando Luis Cascudo, "havia se comprovado as suspeitas de que os roçados de erva estavam em fazendas pertencentes a políticos de evidência no Nordeste". Aparentemente, o repórter teve acesso ao mencionado relatório pois deu informações detalhadas nas notícias. Por exemplo, ele mencionou que um dos cultivos de maconha descoberto em Santana do Ipanema pertencia ao então deputado alagoano Claudenor Lima e que outros cultivos se localizavam em propriedades pertencentes ao Coronel José Sabino. Cascudo também ressaltou que estava programada uma batida no município de Águas Belas por conta de denúncias de plantios de maconha na propriedade Serra das Antas. No entanto, a diligência não ocorreu porque o prefeito do município "e senhor absoluto de toda região, o coronel Adálio Tenório", não permitiu o livre trânsito da equipe em suas propriedades. Fernando Luis Cascudo concluiu a série de reportagens enfatizando que o envolvimento dos políticos dificultava as ações das autoridades locais no combate aos plantadores. Por conta disso, os agentes teriam confidenciado ao repórter que a CNFE cogitava utilizar a Polícia Federal para destruir os plantios que estavam sendo descobertos. A possibilidade de uma ação federal na região parecia um evento tão incomum para a realidade local que até intitulou a matéria do dia 10 de setembro daquele ano.[141]

Como já dito anteriormente, as dificuldades que as incursões sofreriam também eram de natureza política. Ao que parece, os coronéis que gradativamente assumiam o status de "fazendeiro", reformulavam seus mecanismos de poder nas regiões ocupadas. Assim, não incomum encontrar no contexto políticos que ganharam prestígio através das produções de suas

[140] ROSA, Lilian da. **Terra e ilegalidade:** agricultura de maconha em Alagoas e Pernambuco (1938-1981). Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2019. p. 148.
[141] *Ibid.*, p. 177.

vastas terras. No caso de nosso documento, na "nossa" operação, a PF alega interferência de membros da FUNAI no sentido de impedir as incursões de 1977 e 1978 nas tribos de Barra do Corda. A FUNAI por sua vez acusa a PF de interferirem em questões de demarcação de terras administradas pelo órgão da FUNAI. O estão chefe do INCRA, que também era ex-prefeito da cidade, é acusado por agentes da FUNAI de construir uma estrada em terras indígenas. Todos esses meandros são, e outros mais, surgem como uma explosão a partir de uma denúncia de tortura de um indígena.

A partir dos casos de tortura, são expostas acusações e defesas destes órgãos em um processo de apreciação que durou todo o ano de 1978, que dando um alerta de *spoiler*, culmina na exoneração dos membros da FUNAI devido a decisão do apreciante de que as acusações da FUNAI não se sustentavam e de que os denunciantes eram eles mesmos suspeitos de outras irregularidades em suas atuações na região. No que tange a essa questão política, de interferências e dos lucros que os fazendeiros locais exerciam em suas regiões, Lilian Rosa cita em seu trabalho um jornalista que:

> [...] critica o cultivo, o tráfico e o lucro exorbitante gerado por esse comércio ilegal. Para dar ênfase ao volume de produção dessa cadeia produtiva, o editor do jornal até comparou essa atividade ilícita a uma indústria, de tal modo que os produtores foram considerados "industriais da maconha".
> Mas adiante, em 1968, surgiu uma nova representação no Diário de Pernambuco para os grandes proprietários de terra envolvidos com essa agricultura ilícita. A partir dessa data, esses grandes produtores passaram a ser denominados como "fazendeiros", o que dava enfoque ao tamanho das propriedades e não mais ao seu s*tatus* político.[142]

Como fica exposto, a extensão das plantações poderia, segundo o jornal, gerar grandes lucros para os proprietários, além de aumentar a extensão de poder destes indivíduos. O esquema destes plantadores parece ser gerido por técnicas de administração semelhantes à de uma "fazenda normal", como por exemplo, exige a necessidade de alguém responsável pela segurança do espaço e do produto que se deseja plantar. O fato de ser uma produção ilegal não parece eliminar esta exigência, muito pelo contrário. Lilian Rosa nos fornece novamente subsídios dessas relações a partir de suas fontes:

> Uma dessas reportagens data de 14 de julho de 1971 e apresenta, de modo pejorativo, um fazendeiro envolvido com a produção de maconha. Na ocasião, o diário de Pernambuco publicou uma notícia que ocupava toda a página 24, com o título: "pistoleiros protegiam plantadores de Maconha". A reportagem

[142] ROSA, Lilian da. **Terra e ilegalidade:** agricultura de maconha em Alagoas e Pernambuco (1938-1981). Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2019. p. 183.

> se deu graças à prisão do "pistoleiro Zé Gago", que delatou seus comparsas, e revelava ao público a história do "Sindicato da Morte" e de seus integrantes. Segundo a reportagem, "Gago" revelou a polícia que seu grupo roubava gado e contrabandeava açúcar, café e feijão. Além disso, seu grupo fornecia proteção aos plantadores de maconha em troca de comissões na venda da erva.[143]

Como se observa no texto, um "pistoleiro" é preso sob a suspeita de em grupo. O "Zé Gago" então denúncia seus comparsas e seus "segmentos comerciais", nos quais o tráfico de feijão, açúcar e café são elencados. Dentre os segmentos abordados, o de que ele e seu grupo fazia a segurança de uma fazenda de diamba. A partir destas necessidades, podemos subentender muitas outras que aproximam em aparências plantações lícitas e ilícitas. Assim, é perceptível que havia um sistema social de trabalho de certo modo hierarquizado, como em uma "fazenda normal" e suas micro-relações de poder, em suas pertinências empregatícias:

> Nessa narrativa do jornal, o agricultor Joaquim Henrique da Silva foi posto como figura central. Embora acusado de ser um dos principais responsáveis pelo plantio, ao ser preso, ele apontou o nome de todos os demais envolvidos e revelou detalhes da negociação que o levou a plantar maconha. De acordo com a agricultora, no primeiro dia do mês de janeiro, ele foi convidado pelo comerciante Quirino Magalhães – proprietário do restaurante Castelo de Ouro, em Serra Talhada – para trabalhar em um açude que o comerciante estava construindo no sítio Patrimônio – para amenizar os efeitos das constantes estiagens – no Município de Princesa Isabel. Desempregado, Joaquim aceitou o convite de Quirino e se mudou, com sua família, de Serra Talhada para Princesa Isabel. Ao chegar no sítio Patrimônio, Quirino lhe revelou que fizera um empréstimo de Cr$ 13 mil e que estava com dificuldades para cumprir com seus compromissos financeiros. Foi então que o agricultor Joaquim sugeriu plantar maconha e dividir o lucro entre ambos. Ficou acordado que, enquanto aguardava a colheita, Joaquim e sua família seriam mantidos por Quirino, com a promessa de posterior ressarcimento. Além disso, por medida de precaução, ficou estabelecido que os trabalhadores que construíram açude não teriam acesso a todos os espaços da propriedade, à exceção de Geraldo, administrador do sítio e pessoa de confiança de Quirino.[144]

Como observado no relato de Joaquim, as circunstâncias e os "contratos" de trabalho eram muito próximos das fazendas legais, com a distinção neste caso de haver um limite de lugares das plantações nos quais os trabalhadores poderiam ter acesso, limite este que sua transposição só poderia ser feita por pessoal autorizado, neste caso o Geraldo, que era "pessoa de confiança" de Quirino, o dono da fazenda. Então fizemos um panorama de como poderiam ser estas fazendas ilegais feitas por "civilizados", por não nativos.

---

[143] ROSA, Lilian da. **Terra e ilegalidade:** agricultura de maconha em Alagoas e Pernambuco (1938-1981). Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2019. p. 184.
[144] *Ibid.*, 177.

A leitura do trabalho de Lilian Rosa nos ajuda a compreender uma relação íntima entre a repressão à diamba e os conflitos de terra no Nordeste do Brasil. Tal processo, conforme já afirmamos, não se restringia apenas ao espaço pernambucano, sendo possível observar que o amplo contexto de época envolvia personagens, circunstâncias e processos diferentes. Cabe, então, observar as relações que esse controle passa a incidir, também, sobre corpos de indígenas do interior do Maranhão.

3.2. **"Repudiamos a campanha acusando o Brasil de genocídio de índio":** a diamba e os indígenas nos rincões do Maranhão profundo

> O Pastoral de Brasília
>
> Por 159 votos contra 21, duas abstenções e um voto nulo, foi aprovada, quarta-feira,, (dia 27) por ocasião do VIII Congresso Eucarístico, um importante documento, denomindado Pastoral de Brasília, "uma apresentação ao Povo de Deus das reflexões da XI Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil."
>
> O documento, que em suas linhas mestras condena a violência, venha de quem vier, a campanha difamatória que, no exterior, vem sendo feita à custo de vis deturpações por parte de elementos interessados em denegrir o alto conceito de nação civilizada que goza o Brasil, além de enfrentar, com responsabilidade, seriedade e afeto, os magnos problemas do País, contestando as inverdades onde se faz imperioso, e buscando, de forma construtiva, colaborar com o Govêrno nacional nessa gigantesca tarefa de redenção, foi dividido em cinco subtítulos, que abordam, respectivamente, os seguintes temas: Igreja e Crise, Vocações, Reforma do Estatuto da CNBB, leigos e Aspectos da Vida, e representa uma análise profunda não só do papel da Igreja no mundo atual, como define sua posição perante a Nação Brasileira. Pela magnitude de suas proposições, pela isenção com que foi elaborada, pela vastidão de seus conceitos, o documento pode ser assim sintetizado:
>
> "A Igreja acompanha a transformação por que passa o mundo
> Leigos e pastôres têm uma co-responsabilidade na Igreja
> A Juventude está a exigir uma pastoral peculiar
> Não podemos admitir as manifestações de violência. O direito de defesa, com frequência, não está sendo observado
> O Govêrno deve valorizar os elementos básicos de uma política humana
> O desenvolvimento tecnológico tem de ser alicerçado no desenvolvimento do homem
> Repelimos a imputação à Igreja de ter posição dixista ou ser um incentivo à subversão
> Não ignoramos que indivíduos ou grupos têm desvirtuado a posição da Igreja
> Só num clima de verdade se chegará a um relacionamento adulto entre Igreja e o Poder Público
> Repudiamos a campanha acusando o Brasil de genocídio e tenecídio de índio.[1]

Decidimos manter a matéria do Semanário Católico do Maranhão, anteriormente citado neste trabalho, por entendermos cada elemento presente como recurso para estabelecermos o

[1] JORNAL DO MARANHÃO: Semanário de Orientação Catolica- Jornal a serviço da família e do povo. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. São Luís31 de maio de 1970, ano XXXV, N. 3846, p. 2.

discurso religioso em um cenário muito amplo. Um Brasil em ditadura, a juventude que tratamos também aparece aqui, e também funciona como uma lente para entender a relação traçada entre a Igreja Católica, Estado brasileiro e os frutos do contexto histórico de que tratamos. A gama de temáticas abordadas apresenta o grau de amplitude das questões que o discurso católico apostólico entendia ser de sua competência debater.[145]

O documento intitulado "Pastoral de Brasília" a que a matéria se refere, enuncia uma série de posições e oposições, por parte da Igreja, que teriam sido "refletidas" na "XI Assembleia Geral da Conferência dos Bispos do Brasil". A "gigantesca tarefa de redenção" desempenhada na expressão da relação de diálogo ou diplomacia entre a Igreja e o Governo, de forma "construtiva". Nessa oportunidade, o discurso expresso defende a Igreja de acusações comprometedoras para sua imagem ou para a imagem, no Brasil e no mundo, de sua relação com o Estado. Dessa forma, ao 'Povo de Deus", palavras que aparecem ambas em maiúsculo, fazia-se ler: que a Igreja estava por dentro do que acontecia no mundo; a juventude estaria exigindo uma Pastoral "peculiar"; repúdio a manifestação de violência e o desabono do direito de defesa; o Governo deveria ser orientado por critérios "básicos de uma política humana"; negação da acusação de uma posição "dixista" por parte da Igreja e de atividades subversivas; consideram que indivíduos ou grupos têm "desvirtuado a posição da Igreja"; cobra um "clima de verdade " na relação entre a Igreja e o poder público e, por fim, repudia a acusação de que o Brasil estaria praticando um genocídio indígena em seu território.

Durante toda a década de 1970, houve diferentes incursões, de níveis diversos de complexidade, exercidas por órgãos de segurança do Brasil, dentre os quais a Polícia Federal e o Exército brasileiro. Estas operações cobriam, além das cidades, localidades interioranas, o que inclui fazendas, pequenas roças, quilombos e tribos indígenas. A operação exercida em 1978 nas adjacências de Barra do Corda e Grajaú é somente uma das dezenas ou centenas exercidas na década de 70 por todo o Brasil. Entretanto, a documentação aponta uma outra operação desenvolvida nas mesmas localidades no ano anterior, esta incursão teria gerado desconfortos entre membros da FUNAI, PF, indígenas e moradores circunscritos nas aldeias. Ler esses documentos passa pela necessidade de flagrá-los, ao mesmo tempo, buscando perceber os traços das circularidades de saberes e práticas próprios dos sujeitos investigados – os indígenas – como também as instituições envolvidas. Assim, caberia dialogar tanto com

[145] A historiografia brasileira a respeito da ditadura tem se ocupado da relação entre Igreja Católica e o Estado autoritário, seja sob a perspectiva dos usos religiosos para fins de repressão e apoio ao golpe e ao regime, seja sob a perspectiva de uma resistência da Igreja contra o autoritarismo da ditadura militar. Para maiores discussões, ver: GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar:** a visão da espionagem. Rio de Janeiro: Record, 2014.

Carlo Ginzburg em em O queijo e os vermes, onde este analisa o processo inquisitorial de Menocchio, quanto o processo-crime em torno do parricida Pierre Rivière, estudado por Michel Foucault. Ainda que sejam vistos como narrativas de autores que se confrontavam, podemos observar que os sujeitos investigados, tanto como Menocchio quanto como Rivière são, ao mesmo tempo, "criminosos da palavra e poeta do silêncio"[146], ao modularem, no campo discursivo, suas táticas de resistência aos poderes.

Assim, a documentação examinada[147] indica que na operação do ano anterior (1977), os funcionários da FUNAI foram informados dos trabalhos e instruídos a dar "apoio irrestrito" para a Policia Federal encarnada na autoridade do Delegado Nazareno. O radiograma foi enviado a partir de endereço confidencial, sendo identificados no documento apenas que o envio foi executado por Brasília e os outros rastros encontrados são da "6ª DR/SLZ" e a Fundação Nacional do Índio de Barra do Corda como recebedora. O documento foi enviado no dia 13 de maio de 1977 11 horas da manhã e recebido 17 minutos depois. Alguns resultados tidos pelos funcionários da FUNAI como negativos foram expostos oficialmente em processo após a operação de 1978, mas durante o mesmo ano também foram colhidos depoimentos dos diversos membros envolvidos na "polêmica" que se tornou a operação. Um dos depoimentos transcritos indica que a atuação da PF teria interferido na "política de demarcação' desempenhada pelos agentes da FUNAI, também gerou conflitos entre indígenas e os chefes dos postos PI lotados na FUNAI responsável por aquela região. A interferência também teria tensificado ainda mais as relações entre os indígenas e os povos "civilizados". Então, assim como são identificados eventos em que os da PF teriam autorizado a entrada de homens armados com o intuito de colher uma lavoura plantada de forma irregular em território demarcado, também verificamos episódios em que os indígenas teriam ateado fogo em casas desocupadas nos territórios invadidos por "civilizados".

Na página 207, é insinuado como produto destas incursões uma situação inusitada, uma "aventura fantástica" vivenciada por um nativo que foi enviado de Barra do Corda para São Luiz como objetivo de obter tratamento médico. Moacir Guajajara era seu nome, e em sua companhia teria ido o indígena José Diolino. Entretanto, no dia 28 de maio de 1978, data em que foram encaminhados de volta para Barra do Corda, somente José Diolino chegou ao fim da viagem. Dias depois, os agentes da FUNAI foram ao encontro para saber da ausência de Moacir,

---

[146] ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Menocchio e Rivière: criminosos da palavra, poetas do silêncio. In: _____. **História:** a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história. Bauru: EDUSC, 2007.

[147] CARVALHO, José Porfirio Fontenele de**.** Expediente denunciário contra agentes do Departamento de Polícia Federal. **Acervo da Comissão Nacional da Verdade.** São Luís-MA: 08 de junho de 1978, p. 220.

para Diolino o seu companheiro de viagem Moacir teria fugido por medo e estaria sabendo que seria preso pela polícia. Ao inserir isto no relatório, o senhor chefe da Funai de Barra do Corda no dia 11 de agosto de 1978 considera que "naquela época, os índios Guajajara estavam apavorados com a realização na área indígena de uma 'operação' da Policia Federal" e que "tudo o que ocorria era motivo para falarem em prisões e morte".

Somente no dia 12 de julho de 1978[148] os agentes da FUNAI tiveram notícias de Moacir, por este ter passado pela aldeia Sardinha. As informações que Guajajara deixou na aldeia antes de partir, era a de que ele estava "com muito medo do pessoal da FUNAI" e que por essa razão não procurou o órgão em seu retorno. Moacir estaria "muito magro e doente" e não queria "ver o pessoal da FUNAI". Após isso, os agentes da FUNAI enviaram "medicamentos e fortificantes" a Moacir, junto de um convite para o mesmo comparecer a sede do órgão para diálogo com os agentes. A narrativa dada aos funcionários por Moacir foi:

> Contou inicialmente "que ouviu uma conversa na Casa do Índio que na Rodoviária de São Luiz iriam matá-lo. Que ouviu um rádio mensagem convidando o povo para assistir a morte do índio, que ficou sabendo que o chefe da Ajudância teria enviado uma carta para o Delegado mandando mata-lo. Que com medo de ser morto fugiu da Casa do Índio, indo se refugiar no mato. Que os policiais iriam lhe matar com ordem do coronel. Que foi perseguido por muita gente que o procurava matar, chegando a atirarem nele. Que foi perseguido até por cachorros. Que se escondia no mato com medo.
> Que no período que esteve desaparecido esteve todo o tempo escondido e viajando a pé de são Luís para Barra do Corda, que não procurava com medo que o pessoal que o perseguia o encontrasse.[149]

Contada a "história fantástica" do indígena Moacir, do momento de sua fuga da Casa do Índio até Barra do Corda somam aproximadamente 447 KM. Esse trajeto, se feito por um carro, nos dias de hoje, poderia levar cerca de 7 horas 30 minutos, por conseguinte levariam 4 dias a pé, considerando que não haja paradas. É evidentemente um evento peculiar e, segundo o documento, todas as desconfianças de Moacir tinha (de ser morto ou preso) também recaiam sob a instituição responsável pelos seus direitos básicos. Acerca dessas desconfianças, a Ajudância Regional de Barra do Corda, no mesmo anexo, considera que "seu estranho depoimento, deixou-nos entender que se trata de 'fruto de sua imaginação' influenciado possivelmente por situações vividas aqui nessa região":

> Disse também que ficou com medo da FUNAI porque queriam mata-lo.

[148] CARVALHO, José Porfirio Fontenele de**.** Expediente denunciário contra agentes do Departamento de Polícia Federal. **Acervo da Comissão Nacional da Verdade.** São Luís-MA: 08 de junho de 1978, p. 207.
[149] *Ibid.*, p. 208.

> Seu estranho depoimento, deixou-nos entender que se trata de "fruto de sua imaginação" influenciado possivelmente por situações vividas aqui nesta região, quando as áreas indígenas foram invadidas por Policiais Federais armados cometendo sorte de arbitrariedades, inclusive realizando disparos com armas de fogo de grosso calibre.
> Entendemos também que o referido índio deve ter sofrido algum mal mental para chegar ao ponto de imaginar-se vivendo tão fantástico e absurdo episódio. Agora ele se encontra na sua aldeia aparentemente melhorando do grande choque que sofreu.
> Por isso Sr. Delegado, encaminhamos o problema a V. Sa. solicitando as providencias que o caso requer, lembrando que o índio não aceita mais, em hipótese nenhuma, ter que se deslocar a São Luís para realizar o seu tratamento de saúde, agora agravado pelas circunstâncias ora narradas. (211)[150]

Dessa forma, os anexos da Ajudância pretendem dizer que os problemas de comunicação e de confiança entre os indígenas e o órgão decorrem das incursões executadas pela PF. Um detalhe intrigante que toca o trecho sobre os policiais armados de grosso calibre, faz remeter ao relatório expedido pela própria Policia Federal após a operação de 1977: na sessão "Material Bélico" do relatório da PF, é relatado que "exceção feita a munição, atendeu as necessidades da equipe" e que se ressentiam da falta "de correias para as metralhadoras e material para limpeza do armamento"[151] (p. 235.). trecho que nos leva a inferir que não havia balas o suficiente para uso necessário ou que que foram em grande medida utilizadas na operação.

Quase um mês antes da expedição destes documentos, há no relatório informes atípicos em torno de uma prisão de comprador de maconha por parte dos indígenas. O representante da Funai registra a apreensão ao passo em que a Polícia Federal toma as devidas prerrogativas como o encaminhamento do suspeito para a Polícia Militar. Podemos conjecturar que, após as denúncias em fevereiro sobre a operação de 1977, as relações entre a FUNAI e a PF estivessem minimamente desgastadas, devido ao tom em que um órgão escreve ao outro:

> Barra do Corda, 17 de maio de 1978.
> Sr. representante da POLÍCIA FEDERAL ora em serviço na região.
> Oficializando a entrega feita a V.Sa. na sede desta AJUDANCIA DA FUNAI no dia 15 do mês em curso, às 19,00 horas, de um elemento que foi APRESSADO PELOS INDIOS GUAJAJARA, quando, na aldeia coquinho, dito elemento esteve procurando comprar "MACONHA", vimos informar maiores detalhes sobre o fato.
> Às 19,00 horas do dia 15 do mês em curso, apresentou-se o índio NONATO GALDINO GUAJAJARA, acompanhado de outros dois índios, todos habitantes da aldeia COQUINHO, quando nos fizeram a entrega de um

[150] CARVALHO, José Porfirio Fontenele de**.** Expediente denunciário contra agentes do Departamento de Polícia Federal. **Acervo da Comissão Nacional da Verdade.** São Luís-MA: 08 de junho de 1978, p. 211.
[151] *Ibid.*, p. 235.

> elemento que, segundo êles, teria estado na aldeia coquinho, a procura de "MACONHA" para comprar. E, seguindo instruções desta FUNAI e da própria POLÍCIA FEDERAL, os índios o prenderam e trouxeram-no até a presença desta CHEFIA.
> Imediatamente seguimos até o HOTEL FALCÃO, nesta cidade, onde V.Sa. se encontrava, quando comunicamos o fato e pedimos a vossa presença na sede desta unidade da FUNAI.
> V.Sa. tão logo chegou em nosso escritório, intimou o dito elemento a acompanha-lo e com isto, tacitamente passou a ficar sob vossa responsabilidade.
> Sem outro particular para o presente, apresentamos nossos protestos de alta consideração e respeito. [grifos do documento][152]

Na oportunidade do documento, em que um "elemento" foi preso pelos próprios indígenas Guajajara, o chefe da Ajudância de Barra do Corda registra os fatos da dita prisão e o encaminha para a Polícia Federal. A partir da resposta da PF ao documento, são adicionados novos direcionamentos em torno da prisão do indivíduo, que estaria portando uma quantia em dinheiro e que teria sido extorquido pelos indígenas que o prenderam. Assim, a resposta do órgão da PF, assim como a tréplica por parte da FUNAI ocorreram no mesmo dia:

> Ilustríssimo Senhor,
> Fomos procurados por V.Sa. ás 19:00 horas do dia 15/05/1978, a fim de que medidas legais fossem tomadas com relação ao Sr. Getúlio Rocha Freire, detido na Ajudância, visto ter ele procurado contato com índios Guajajaraa, na Aldeia Coqueirinho localizada nas margens da BR, e demonstrando interesse em adquirir "maconha". Imediatamente nos deslocamos e encaminhamos o detido para a custódia da POLÍCIA MILITAR.
> Interrogado, o acusado afirma ter uma importância de aproximadamente Cr$ 7.200,00 retida pelos silvícolas. Visto não ser referida importância objeto de crime e ainda, passar a responsabilidade do detido para à Polícia Federal, solicito por via oficial, sejam-nos esclarecidos as circunstâncias de tal desvio, bem como as pessoas que poderiam estar ligadas direta e indiretamente na alegada extorsão, a fim de subsidiar-nos no procedimento a ser instaurado.
> Ratifico a V.Sa., protestos de elevada estima e distinta consideração.[153]

Ao passo em que a FUNAI repassa seu relatório acerca da prisão e coloca por escrito, colocando em registro a dita prisão, o Delegado da Polícia Federal Bel. Ivan Herrero Fernandes pede explicações acerca da quantia que estaria em posse do "elemento" preso. A suspeita então é a de que os indígenas o teriam "extorquido" uma quantia do preso. Sob a justificativa de dar prosseguimento aos trabalhos em torno de sua prisão, o Delegado solicita de forma "oficial" a apuração de tal denúncia feita pelo preso. O representante da FUNAI o responde no mesmo dia:

---

[152] CARVALHO, José Porfirio Fontenele de**.** Expediente denunciário contra agentes do Departamento de Polícia Federal. **Acervo da Comissão Nacional da Verdade.** São Luís-MA: 08 de junho de 1978, p. 37.
[153] *Ibid.*, p. 38.

> Sr. Delegado,
> Em resposta ao ofício S/N de hoje, vimos informar o seguinte:
> Inicialmente, pelo que entendemos, V.Sa. ao interrogar o Sr. Getulio Rorcha Freire, elemento prêso pelos índios GUAJAJARA no dia 15 p.passado, levou a sério as suas declarações ao ponto de afirmar categoricamente, que os índios ou outras pessoas EXTORQUIRAM a importância de Cr$ 7.200,00 dita em poder do citado marginal.
> A posição de V.Sa. no que diz respeito ao fato, causou-nos estranheza, pois antes de procurar-nos para inteirar-se dos fatos e cisrcunstâncias que motivaram os índios realizarem a prisão do dito elemento, levou em consideração as declarações de um traficante de tóxico, prêso em flagrante.
> Entretanto, achamos possível que os índios tenham ficado de posse dos valores encontrados em poder do elemento que foi prêso por êles.
> E, caso isto tenha acontecido, esta FUNAI, assume a responsabilidade pelo ato, de conformidade com os termos da LEI 6.001 de 19.02.73, como TUTÔRA DOS ÍNDIOS e oportunamente mandará averiguar o destino de algum valor apreendido do elemento objeto de presente expediente.
> Sabendo ainda, que V.Sa. pretende mandar apurar a ocorrência, diretamente, permitimo-nos lembrar que o ÍNDIO, é elemento TUTELADO PELA FUNAI e que deve, QUANDO O EXMO, SR. PRESIDENTE DA FUNAI AUTORIZAR, ser assistido por um funcionário, especialmente nomeado para tal.
> AO
> ELMO.SR.
> BEL. IVAN HERRERO FERNANDES
> M.D. DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL
> EM SERVIÇO EM BARRA DO CORDA [grifos do documento][154]

Em resposta ao Delegado Ivan Herrero, José Porfírio declara a "estranheza" de que sentiram os profissionais da FUNAI, em suas palavras, com o fato de a PF levar a sério as acusações feitas pelo suspeito preso. As informações expostas nos levam a inferir o que levou os indígenas a se organizarem no sentido de prender um indivíduo e o encaminhar a um órgão institucional do Estado. Seria em decorrência do intenso contato do Estado com tribos indígenas durante o século XX? Seria a sua relação de diálogo com a FUNAI? Seria um reflexo do medo das situações ocorridas na operação de 1977? Seja lá qual seja a resposta certa (ou a pergunta certa), se o fato de causar estranheza uma apreensão feita pelos próprios indígenas, é visível que essa não foi a única apreensão por eles executada. Na página 266, mais de duas centenas de páginas depois, encontramos um ofício encaminhado de José Porfírio ao representante da PF "ora em serviço nesta região", no mesmo 17 de maio de 77, 5 unidades de espingardas "apreendidas pelos índios KANELA" dentro das áreas indígenas que estariam nas "mãos de caçadores sem licença legal".[155]

---

[154] CARVALHO, José Porfirio Fontenele de**.** Expediente denunciário contra agentes do Departamento de Polícia Federal. **Acervo da Comissão Nacional da Verdade.** São Luís-MA: 08 de junho de 1978, p. 39.
[155] *Ibid.*, p. 266.

Ao que parece, foi um dia de muitas trocas de correspondências entre os dois órgãos, além dos ofícios, também foi encaminhado, do Delegado ao Chefe José Porfírio, um termo de declaração do suspeito Getúlio, termo no qual o indivíduo aparece com o nome de Julio Rocha Freire. Daí temos mais alguns detalhes sobre esse sujeito, que era brasileiro, casado e nasceu em 1922, que faria dele um homem de 56 anos de idade. Era natural do Rio de Janeiro e já era aposentado como pintor da "Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos". Porém, segundo o termo, o indivíduo não portava identidade. Ao que o termo indica, na tentativa de comprar diamba junto aos indígenas da área, "foi agarrado, agredido, amarrado e teve todos os seus pertences apreendidos", alegando que tinha "a importância de Cr$7. 250,00 "e que foi levado pelos indígenas até a FUNAI, onde comunicou ao chefe a subtração da dita quantia, apontando a Porfírio qual dos indígenas teria tirado seu dinheiro, no que porfírio "lhe dissera que já sabia e que a importância lhe seria devolvida".

Essa não é a primeira vez e nem a última, em que que fica no ar a suspeita em torno da retidão moral e ética dos membros da FUNAI. Durante todo o processo que se desencadeia, irão surgir acusações ou insinuações que os colocassem como suspeitos na posição de caráter duvidoso. Ao fim e ao cabo, o fato é que o depoimento do indígena Celestino, que teria sido torturado pela PF na operação de 77, foi produzido em fins do mês de fevereiro de 1978. Em fins do mês de abril do mesmo ano, se realizaria outra operação nas aldeias. O local de encontro entre as autoridades da PF e da FUNAI para discutir os procedimentos da operação do ano corrente, foi o "Hotel Falcão". Esse estabelecimento é muitas vezes citado dentro da coletânea documental. A partir deste encontro, vão surgir diferentes versões documentadas em torno do que foi discutido. Tanto dos membros da FUNAI, quanto dos membros da PF. Elomar Gerhardt, Chefe do "PI-CANABRAVA", era um destes membros da FUNAI, mas também era um dos funcionários do órgão que a PF tinha como suspeito. Em seu relatório, que em alguns momentos escreve com sarcasmo e desdém, podemos dimensionar um pouco de como se encontrava a relação entre a PF e a FUNAI:

> Às 17.00 h da última sexta-feira de abril no andar superior do Hotel Falcão, em reunião regada a cafezinho e água, fiquei sabendo que os americanos são infalíveis estatísticos, que a maconha é um gravíssimo problema social, não só no nosso páis, mas no mundo – que esta corroendo a vida de nossos jovens – e que por essas e outras razões o problema está sendo considerado oficialmente de SEGURANÇA NACIONAL (com o que concordo plenamente) e que os índios, pelo simples fato da cannabis sativa lineu ser um elemento da sua cultura, são grandecíssimos produtores, consumidores e traficantes. Que possivelmente algum chefe de posto estivesse envolvido nessa planta, consumo e comercialização...
> Blá, blá, blá...

> A reunião seguia por esses rumos, sonolenta e agradável. E, antes que chegasse na composição química, nos elementos resultantes da combustão do fumo, efeitos no organismo, etc... resolveu-se apartear o "diálogo" e tentar uma conversa bilateral baseada na forma em que seria feita a operação na área indígena – OPRESSÃO (termo usado na reunião REPRESSÃO). Sistema que pode muito bem funcionar com elementos civilizados (cultura diferente), mas desaconselhável no caso do índio (a legislação não o permite), que vive, devido às circunstâncias, tremendamente oprimido e revoltado. Essa opressão e revolta muitas vezes se volta contra nós funcionários da FUNAI.[156]

Além de descrever, de forma bem sarcástica em alguns momentos, como se procedeu a tida reunião, Elomar dá a entender que a reunião se trataria mais de um monólogo do que um diálogo. Ao tentar estabelecer um diálogo, começa a citar motivos de não aconselhar a execução da operação: o contexto étnico e histórico das tribos indígenas; os acontecimentos na operação do ano anterior que rendeu uma acusação de tortura a PF; como isso afeta negativamente a relação da FUNAI com os indígenas e elabora de forma organizada o que ele chama de "linha de pensamento em três planos" subdivididos. O que mais chamou a atenção dessa "linha de pensamento", foi a letra:

> b) a última, quando dum incidente entre os índios da Aldeia Muçum e moradores do povoado Alto Alegre (área encravada nas terras dos índios), por ocasião da colheita. Um civilizado daquele povoado – Belizário –, juntamente com seus irmãos, parentes e alguns amigos colocaram sua roça em cima da linha divisória pelo lado das alegadas como sendo da SOCIEDADE ITALO BRASILIENSE DOS FRADES FRANCISCANOS – da Ordem dos Capuchinhos. Os índios alegaram que a linha divisória fora "fabricada" pelos interessados civilizados, os índios saquearam a lavoura. No incidente morreu o civilizado por nome Belizário, o qual recebeu um tiro de espingarda juazeira na altura do umbigo.
> O correto seria levantarmos a linha divisória exata, com o que saberíamos se os índios tinham ou não razão em afirmar ser linha falsa. Manifestei esse pensamento, por escrito, em relatório endereçado à 6ª. DR FUNAI.
> O desfecho foi triste e lamentável para os índios. Os índios foram severamente criticados, o capitão da Aldeia tremendamente desmoralizado, houve ameaças de transferência e até de prisão. Não se ouviu o que os índios tinham a dizer.
> O índio José Galdino foi considerado o principal responsável pelo ocorrido e está pagando sua pena com uma transferência, "noutro PI".
> A saída do índio José Galdino da Aldeia Muçum desequilibrou as estruturas de comando daquela comunidade sem contar os malefícios que estão sendo sofridos diretamente pelos familiares do mesmo: estão passando fome, sua esposa é vista embriagada, sua filha se prostituíndo com os caminhoneiros – em busca de dinheiro para matar sua fome e de seus parentes. A última notícia que se tem é que a mesma esteja grávida, provavelmente dum motorista encarregado de transportar a correspondência da ECT.[157]

---

[156] CARVALHO, José Porfirio Fontenele de**.** Expediente denunciário contra agentes do Departamento de Polícia Federal. **Acervo da Comissão Nacional da Verdade.** São Luís-MA: 08 de junho de 1978, p. 45.
[157] *Ibid.*, p. 46.

Ao desaconselhar a operação do ano de 88, Elomar além de se utilizar do que ele considera resultados nocivos advindos da operação do ano anterior, também elenca um subtópico voltado para uma problemática que parece permear mais da metade do documento: a demarcação de terras. Para Elomar, a demarcação indefinida foi o motivo do conflito entre o indígena e um "civilizado", que custou a morte do último e a transferência do primeiro para outra aldeia. A partir daí, uma desestruturação na comunidade e na família do indígena transferido. Entretanto, como já dito, suspeitas já pesavam sob a pessoa de Elomar, isso fica evidente, por parte dele, neste trecho de seu relatório da operação de 88:

> Ficamos no hotelzinho do Sr. Léo. As pessoas me olhavam com muita curiosidade. Alguém até me perguntou como as coisas iam pro meu lado. Achei estranho esse tipo de pergunta e resolvi observar mais. Percebi que nunca fiquei só, sempre havia um agente do meu lado. Havia uma espécie de revezamento. Percebi, também, que a polícia estava conversando muito com pessoas que não simpatizam com o nosso trabalho. suponho que a polícia não tenha ouvido coisas muito agradáveis a nosso respeito, a fonte de referência não é a mais indicada para se "descobrir" infrações do pessoal da FUNAI na área. Resolvi dormir somente após a chegada da equipe que saíra para o "servicinho". Cansei de esperar e dormi.[158]

Como observado, na percepção do agente Elomar, ele e outros membros da FUNAI estavam em observação por parte da Polícia Federal. Se cogitava que os representantes da FUNAI estariam lucrando com a produção da diamba dos indígenas. Voltaremos ao tema da suspeita logo, mas cabe ressaltar um elemento chave nos escritos de Lilian Rosa, na perspectiva de que cada vez que a repressão é exercida, as produções tendem a se espalhar e se organizarem melhor. Daí é natural que os lugares das roças de maconha plantadas ficassem em locais inacessíveis ou quase intransitáveis. Aqui, cabe mais um trecho do relatório de Elomar para ilustrar esta percepção:

> Eram duas equipes. Antes da saída o preso Zé Lambreta declinou o nome de outro traficante conhecido por "Bento", morador do povoado Gavião e jogador de baralho. A viagem ao Gavião não foi fácil. Saímos do Sabonete por volta de 24.00 h. o geep conseguiu chegar até certo ponto. Os 18 km restantes foram feitos à pé, debaixo de chuva. Houve um incidente por demais lamentável, no percurso da ida do geep. A estrada, como é o normal, não era boa. Constantemente o geep atolava. Era preciso descer, iluminar com a lanterna, empurrar, cavar, cortar paus... e a chuva caía.
> -"pô, gaúcho em que c. de mundo vieste te meter, tche!"

[158] CARVALHO, José Porfirio Fontenele de. Expediente denunciário contra agentes do Departamento de Polícia Federal. **Acervo da Comissão Nacional da Verdade.** São Luís-MA: 08 de junho de 1978, p. 51.

> Havia um agente do DOPA – VASCONCELOS -, burocrata, lembrando o seu passado de locutor de rádio Nacional, apresentador de programa de TV.
> - "E, hoje estou aqui socado nesta m..da. é bem verdade que sou voluntário, mas só estou vindo pelas diárias. Só estou esperando a aposentadoria. Mas, na próxima não venho nem por um decreto."
> Devido a certos predicados físcios e morais os colegas de equipe o estavam chamando de SARGENTO GARCIA. Outros o chamavam simplesmente de GORDO.
> Dentro do geep o SARGENTO GARCIA, para uns, o GORDO, para outros, explodiu.
> - "Eu, hoje, vou ter que dar um tiro num colega aqui dentro".[159]

O trecho abordado, denota as dificuldades encontradas pelos agentes da PF nas suas incursões em busca de "tóxicos". A estrada que não era incomum ser de qualidade questionável, também proporcionava os problemas que Rosa Lilian descreve em sua tese de doutorado. Buracos, paus e matos no caminho pretendido, e ainda a chuva que não "deixava" o grupo avançar na viagem. As problemáticas eram tantas, que levavam os agentes da PF ao conflito entre eles mesmos. Como o caso do Vasconcelos que lamenta seu passado que não volta, e chega a ameaçar dar um tiro em um companheiro dentro do carro. Por falar em tiros, talvez os agentes não tivessem a perícia necessária para lidar com armas, chegaremos logo neste ponto, mas antes:

> Na segunda-feira nos dirigimos a Urucú. A aldeia é dividida em dois. Chegamos onde mora o índio Alexandre com seus parentes.
> - Alexandre, onde tem maconha aqui?
> - Aqui não tem isso.
> Os índios se surpreenderam que eu, amigo deles, levava a Polícia Federal à procurar maconha em suas roças. Não participei das buscas. Fiquei deitado na cabana do índio Alexandre acompanhado por um agente, que sempre era revesado por outro. Finalmente todos retornaram. Nada foi encontrado. O agente Flávio não se conformou, e ante a negativa dos companheiros cansados, resolveu dar busca sozinho. Por volta das 14.00 h retornou, suado e estafado, e furioso.
> - Achei três roças de maconha. Alexandre, vem comigo. vocês, seus molengas (agentes), também. E, você sacerdote dos índios vai junto conosco. Vou te mostrar como tem maconha e esses índios sacanas estão vendendo maconha nas tuas barbas – não está participando dos lucros?
> A primeira "roça" (como o agente afirmara) era um velho canteiro dos índios. Já tomado pelo matoonde foi encontrado um ou outro pé macho. Canteiro de consumo próprio. As outras duas plantações eram grandes para o consumo de um só índio, mas nem tanto se se destinava a toda a aldeia.
> -Não vai me dizer que isso é pro teu consumo, também. (Dirigiu-se ao Ch. PI). Todos os pés foram arrancados. Pediram ao índio Alexandre ir em sua barraca buscar uma corda. o índio foi e não voltou mais. Temendo represálias como acontecera com seus parentes na mesma aldeia.[160]

---

[159] CARVALHO, José Porfirio Fontenele de. Expediente denunciário contra agentes do Departamento de Polícia Federal. **Acervo da Comissão Nacional da Verdade.** São Luís-MA: 08 de junho de 1978, p. 55.
[160] *Ibid.*, p. 59.

O indígena Alexandre fora pego com "um ou outro" pé de diamba do tipo macho, que é a designação do tipo de maconha para fins medicinais, enquanto o tipo fêmeo seria de natureza psicotrópica. O fato de o nativo esconder as plantações que possuía deixara o agente da PF, no mínimo, insatisfeito. O que o fez buscar e encontrar sozinho as plantações em questão. O nativo, pego em flagrante, ao ser mandado em busca de cordas para amarrar e depois incinerar as plantas, em verdade fugiu. Segundo Elomar, teria sido por medo de "represálias" que seus parentes sofreram naquela localidade pela mesma razão. O Elomar, infelizmente, não discorre sobre quais seriam essas represálias. Na falta do nativo com as cordas, fora da a ordem de que o agente Lima fosse em busca destas:

> Lá se foi o agente Lima, cujo assunto preferido era cobra. Ia remoendo em voz alta o já tão gasto assunto. Alguns minutos depois ouviu-se um tiro. Ato contínuo chega o agente Lima correndo, empunhando um revólver calibre 38 na mão direita enquanto que com a esquerda segurava seu chapéu, que insistia me cair. Apesar do cansaço conseguiu dizer algumas coisas:
> - Uma monstra cobra. Tomando a minha passagem.
> Fui ver a monstra cobra que não o deixava passar pelo caminho. Era uma cobrinha cipó, não venenosa, com três palmos de comprimento mais fina que uma esferográfica. Matei-a e fiz questão de leva-la aos seus colegas agentes. O Lima deve ter tido um problema de cobra na infância. A fobia do homem é anormal. Nessa aí não tem nem onde acertar o tiro.[161]

O trecho em destaque, pode demonstrar a acima citada falta de perícia com armas de que dissemos. Não existe muito sentido em atirar em uma cobra que é descrita de forma tão pequena e inofensiva. Além da perícia com armas, também coloca em xeque a perícia destes agentes de estarem em um ambiente com muitos animais diferentes. É possível que, se não sabiam lidar com uma cobra cipó, muito comum no interior do Maranhão, provavelmente não saberiam como lidar com animais muito mais perigosos que viviam naquele habitat.

3.3. "Eu ia no céu e voltava": tortura em indígenas no Maranhão

Não é novidade a histórica relação de violência, entre as instâncias de poder e os indígenas, neste território que viemos a chamar de Brasil. Não estaremos descobrindo a roda se citarmos o extermínio e a escravidão no início da colônia; o papel de "nobre perdedor" estabelecido pela historiografia brasileira no século XIX e as intensas disputas territoriais

[161] CARVALHO, José Porfirio Fontenele de. Expediente denunciário contra agentes do Departamento de Polícia Federal. **Acervo da Comissão Nacional da Verdade.** São Luís-MA: 08 de junho de 1978, p. 60.

mediadas pelo Estado durante o Século XX até os dias de hoje. Seguindo esta linha, no recorte em que nos debruçamos há uma tendência de tutelagem do Estado em relação as diversas comunidades indígenas e quilombolas no território brasileiro. Além de nosso trabalho, o livro *Drogas e Cultura*[162] é um exemplo do esforço na direção de entender como se dá essa tutela do Estado e como esta interfere nos hábitos e costumes dessas comunidades. Também como exemplo dessa mediação e tutela, temos na nossa narrativa o papel desempenhado pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI).

A natureza dessas relações será diversa, nos diferentes recortes. Essa característica pode ser elencada não somente em virtude de uma "progressão do tempo", mas também devido as imensas diversidades étnicas, territoriais, culturais, linguísticas e as distintas relações que serão traçadas, na história brasileira, entre indígenas e os diferentes povos com os quais terão contato.

De todo modo o trabalho, além da literatura de que fará uso, se utilizará de um documento disposto no Acervo da Comissão Nacional da Verdade, que trata de um relatório composto por 299 páginas, o qual tem em seu corpo denúncias e processos tramitados entre as instâncias de segurança e de assistência aos indígenas do Estado do Maranhão (Delegacias Regionais, Polícia Federal, FUNAI e etc.) e concomitantemente as instâncias federais. Para encontrar este documento, foi usado no mecanismo de pesquisa os termos "maconha Maranhão". Assim, daremos privilégio ao plano dos relatos de depoimentos transcritos catalogados no extenso relatório acima citado, encaminhado pelo "Chefe da Ajudancia de Barra do Corda" José Porfírio Fontenele de Carvalho, produzido pelos Chefes dos Postos indígenas CANA BRAVA e GUAJAJARA, respectivamente "Sr. Elomar Gerhardt e Sr. Eduardo Barbosa Viana" com destino ao Cel. Armando Perfetti

Como nos orienta Daniele Voldman, ao distinguir os conceitos de "história oral", "fontes orais" e "arquivos sonoros", vale ressaltar que não nos utilizamos de "história oral", na medida em que também deixamos claro que existe uma distância considerável entre os produtores da fonte citada e este trabalho que o analisa. Embora a entrevista como tal não tenha sido produzida por um pesquisador em História, vale ressaltar que:

> [...] de modo mais ou menos pacífico, a entrevista é um jogo de esconde-esconde entre o historiador e seu interlocutor. O primeiro, instalado numa

[162] LABATE, Beatriz Caiube; GOULART, Sandra Lucia; FIORE, Mauricio; MCRAE, Edward; CARNEIRO, Henrique (Org.). **Drogas e cultura:** novas perspectivas. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008. p. 254.

> posição de inquisidor, se apresenta como "aquele que sabe" ou que saberá, porque sua missão é estabelecer a verdade.[163]

Sendo assim, é importante delinear as condições da entrevista, em que o "depoente" teria ido aos líderes da FUNAI em busca de tratamento, devido as sequelas deixadas em seu corpo em virtude do tratamento que acusa ter sofrido, na oportunidade, relatando os motivos das dores e incômodos, fora feita uma entrevista com o indígena Celestino com a finalidade de anexar essa documentação as denúnciado desempenho dos policiais nas operações citadas.

O relatório diz respeito a "Operação Eco", promovida pela Policia Federal nas comunidades indígenas de Barra do Corda e Grajaú em 1978 e também cita uma "desastrosa operação" ocorrida no ano anterior. As informações contidas expressam denúncias, por parte dos indígenas e Chefes de Postos, de torturas infligidas nos corpos dos indígenas, promovidas pelos polícias na execução das ditas operações. Ao passo em que expomos o documento, obviamente faremos o exercício de articular o documento teoricamente com nossos referenciais. Como de costume — não dos apreciáveis — devemos justificar a importância social e científica deste trabalho: socialmente, a pesquisa se inscreve em uma perspectiva de reconstituição da história em que se tenta dar visibilidade a narrativas que, mesmo que não de uma fonte primária (que seriam as gravações) e que estejam em uma documentação do próprio Estado, partem dos indivíduos alvos da repressão, do corpo a ser controlado, do corpo que é controlado e até danificado se preciso for, também sem ser menos importante, a narrativa aqui trabalhada dialoga com um indivíduo, mas ele mesmo devidamente inserido em um coletivo chave (indígenas no Maranhão) para compreendermos como o Estado normatizador de que tratamos age com corpos e hábitos "estranhos" aos que se esperam produzir pela normatização, pela disciplinarização; no meandro científico, a temática dos diversos tipos de repressão na Ditadura Militar tem sido palco de muitos trabalhos desde a redemocratização, a constituição da Comissão Nacional da Verdade em 2014 possibilitou uma ampliação vastíssima das fontes e das possibilidades de análise histórica da temática, e até o momento, apesar de haverem muitos trabalhos voltados para documentações da Comissão acima citada, não sabemos de trabalhos tão específicos, especialmente no que concerne aos estudos de drogas, que trabalhem fontes orais de povos (indígenas ou quilombolas) que parecem estar "a margem" do controle do Estado na repressão de 1964-1988. Tal "margem" é tranquilamente refutável se pesarmos que a FUNAI foi criada em 1967, em plena ditadura ou se revisarmos textos como "estigmas dos ayhusqueiros"[164], em

---

[163] VOLDMAN, Daniele. Definições e usos. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Usos & abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 37.

[164] GOULART, Sandra. Estigmas dos ayhusqueiros. In: **Drogas e Cultura: Novas perspectivas**. Salvador: Universidade Federal da Bahia. P. 254.

que vemos uma interferência da PF nos hábitos psicoativos do grupo de Santo Daime acreano somente a partir de 1974. Sabendo que falamos de:

> [...] um Brasil, produzido no interior de movimentações estéticas, políticas e ideológicas processadas desde o início do século XX. Compondo uma *gosma fantasmagórica*, encontram-se nele, por exemplo, as representações do brasileiro e de sua constituição étnica[165]

Entendamos esse Brasil como produto, mas ao mesmo tempo como elemento de uma equação de identidade brasileira que se manufatura desde o século XIX e que, gradativamente, se tecnicista e massifica no decorrer do século XX com uma atenção especial aos anos correspondentes à ditadura. O medo que existe incutido nos periódicos do contexto de, por exemplo, as camadas mestiças (de misturas com pretos) já serem tão numerosas que ultrapassariam a raça branca em número e em influência política não se reproduz no que concerne aos povos indígenas. Estes, por sua vez, que têm gradativamente suas demografias dizimadas durante toda a História do Brasil, seguem pelo século XX com a especulação de extinção por parte de alguns poucos grupos "preocupados" com a questão. Uma preocupação que não é baseada simplesmente em uma perspectiva humanística, mas sim em um possível aprofundamento de uma crise identitária que envolve o país.

> É uma situação das mais difíceis e melindrosa, pois envolve um assunto dos mais graves, que é tortura / de pessoas e com um agravante, que é de serem índios as pessoas / torturadas.
> Sr. Delegado, em anexo, segue o depoimento escrito do índio CELESTINO LOPES GUAJAJARA, para conhecimento de V.Sa. e as providências cabíveis, visando a apuração das denúncias ora apresentadas e se for o caso a punição dos culpados.
> Atenciosamente.[166]

Essa primeira página se refere a apresentação de uma parcela de 7 páginas contidas no relatório, denunciando "um assunto dos mais graves, que é tortura" empregado com o "agravante" de serem então os indígenas as vítimas de tortura. O documento relata na página seguinte que "aos vinte e oito dias de fevereiro do ano de 1978, na "sede da ajudancia da área de Barra do Corda" o "índio CELESTINO LOPES GUAJAJARA" comparecia, encaminhado

[165]BRITO, Fabio Leonardo Castelo Branco. **Visionários de um Brasil profundo:** invenções da cultura brasileira em Jomard Muniz de Brito e seus contemporâneos. Teresina: EDUFPI, 2018.
[166] CARVALHO, José Porfirio Fontenele de. Expediente denunciário contra agentes do Departamento de Polícia Federal. **Acervo da Comissão Nacional da Verdade.** São Luís-MA: 08 de junho de 1978.

por um monitor bilingue chamado Adriano Guajajara, com o intuito de ter acesso a um tratamento de saúde, pois:

> sentia, mostrando o seu corpo onde se viu deformações física fez sérias acusações contra a POLÍCIA FEDERAL e a próópria FUNAI, devido ao "sofrimento" que recebeu no ano passado, em maio, quando a P. Federal, esteve nesta área a procura de traficantes de Maconha. Face as acusações, resolvemos ouvi-lo e lavrar o presente termo, que vai por quatro testemunhas assinado. O presente termo é a cópia fiel do seu depoimento gravado em fita magnética.[167]

As deformações físicas observadas em Celestino aliadas à sua denúncia, que anexaremos a seguir, foram elementos comprobatórios no desenvolvimento das denúncias processuais contra a então chamada "operação eco", desempenhada pela Policia Federal, em aldeias indígenas no Estado do Maranhão. O que segue a partir desta citação, que corresponderia a "cópia fiel" do depoimento é a transcrição da gravação "em fita magnética". Haverá, no depoimento, intervenções que se referem as perguntas do "inquisidor/ouvinte" ao Celestino Guajajara, com a assinatura de quatro testemunhas:

> Sim é o seguinte Chefe. No dia 19 de maio do ano passado numa 10 horas da manhã. A Policia veio atraz de mim na aldeia coquinho, eu estava cortando arroz na roça, num roçado. Então inclusive eles mandaram me chamar de imediato. Chegou um índio, um filho meu e eu cheguei e cumprimentei eles e aí me deram liberação para ey ir tomar banho, mudar de roupa, então eu cheguei tomei banho e voltei. E aí êles me falaram tu vai ali conosco no SABONETE, pois nós anda é atrás de você mesmo. Pois nós precisamos. O índio mais entendido que tem é você, então eles pediram que era pra indicar mais dois índios, mais treis, que era para fazer quatro, então indiquei Sr: José Galdino, Sr. Antonin e José Leão, então êles me levaram. Quando nós chega no sabonete eles disseram / nos vamos almoçar aqui o Coronel está nos esperando no Sabonete. PERGUNTADO: que Coronel? Respondeu : O Coronel da FUNAI e / continuo: Eles dizendo, a POLICIA dizendo, então eu fui com eles aí deceram lá e não acharam, agora nós vamos continuar viagem, nos vamos até a churrascaria campestre vê se êle está lá nós seguimos a viagem chegamos lá nm desceram né, êle me procurou se eu tomava pinga, aí o Senhor querendo trazer o senhor traz e êle trouxe e eu tomei. Aí ele disse nós vamos até GRAJAU, o Coronel tá pra / Grajau. Ai ele quando nós chegamos em Grajau,[168]

O depoente Celestino relata, começando pela data, do início do dia em que a polícia foi em sua procura, até o dia de seu retorno para casa. Se o motivo da "necessidade" da pessoa de Celestino para a Polícia é anunciado a ele no primeiro dia de relato, ao menos ele não o diz na entrevista. A justificativa que Celestino nos conta que sabe é porque ele seria o "índio mais

[167] CARVALHO, José Porfirio Fontenele de. Expediente denunciário contra agentes do Departamento de Polícia Federal. **Acervo da Comissão Nacional da Verdade.** São Luís-MA: 08 de junho de 1978.
[168] *Ibid.*

entendido" que havia, e deveria indicar mais três outros índios, que provavelmente passaria pelos mesmos "métodos" conduzidos pela PF. Após ser levado para vários lugares diferentes em busca do então "Coronel", o que parece ser uma estratégia psicológica dos policias, Celestino segue seu depoimento dizendo que ao fim do percurso, depois de ter tomado uma "pinga" oferecida pelos policias, é levado para a sede do batalhão, onde ele iria "conversar com o coronel":

> Quando vi / foi gente diferente. Chegou um soldado por nome de André, me procurou. Você é que é o Celestino ? Eu respondi é ele mesmo, Você ESTÁ PRESO e me algemou logo e outro correu e passou uma camisa na minha/ cara aí eu entrei. Me levaram para dentro. Lá fiquei sentado numa sala[...]. E num / momento tiraram a camisa e passaram um capuz na minha cara aí eu / fiquei sentado. E num momento tiraram aquela camisa e passaram um capuz na minha cara aí eu fiquei sem conhecer ninguém, agora eu / conhecia aquelas pessoa, que eu já tinha conhecido, eu conhecia as falas delas inclusive a fala do senhor Coronel lá. Mais que Coronel? perguntamos: Celestino respondeu, o CORONEL PERFETT, chefe dos índios. Então eu lá me fizeram uma porção de perguntas, aí eu sempre dizendo que não, aí de momento ele chegou, aí disse, aí / VOCE SE VIRA COM OS MENINOS. VOCE CONTE O QUE SABE AI PROS MENINOS, então está nem. Eu contei, aí ele saiu, foi embora, eu fiquei lá / êles fazendo muita pergunta, êles ME BOTANDO CHOQUE PELAS PERNAS, AMARRANDO FIO ELETRICO NOS MEUS DEDOS, BOTANDO AQUELE CHOQUE DE MOMENTO EU ia pro ceu e voltava, então é melhor vocês me MATAREM, eu dizendo para êles.[169]

Ao chegar no batalhão, Celestino relata o que entendemos ser sua surpresa na forma em que o tratamento a ele se modifica, com sua prisão sendo anunciada pelo soldado André[170], relata que teve seu corpo coberto por uma camisa, que depois é trocada por um capuz. Em tal momento, relata que apesar de estar "sem conhecer ninguém" devido ao capuz, ele consegue reconhecer as vozes das pessoas que estão o interrogando. Ao passo em que consegue identificar a voz do coronel, momento que o "inquisidor/ouvinte" pergunta pela segunda vez, agora com mais veemência: "que coronel?". Celestino então responde ser o Coronel Perfett, o "chefe dos índios". Então após a "porção de perguntas" dos policiais direcionadas a Celestino, ao qual o interrogado parece prontamente dizer "sempre que não" sabe, o relato indica que o Coronel parece ter perdido a paciência, que agora o Celestino deveria "se virar com os meninos aí",

---

[169] CARVALHO, José Porfirio Fontenele de. Expediente denunciário contra agentes do Departamento de Polícia Federal. **Acervo da Comissão Nacional da Verdade.** São Luís-MA: 08 de junho de 1978.

[170] Na monografia defendida pelo discente que vos fala, o nome de André já foi citado, compondo uma análise das onze primeiras páginas do relatório em que o soldado André "aparece" em discussões bem acaloradas com referência as torturas empregadas aos indígenas. Segue: Torres, Esdras Felipe Coutinho. **Controles do cotidiano e do consciente**: diamba e drogas noMaranhão republicano. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Licenciatura em História, Teresina, 2021.

desembocando nas primeiras torturas sofridas por Celestino. O depoente afirma que deram choque elétrico nas suas pernas e que amarraram fios elétricos em seus dedos. Em História da Tortura de Edward Peters, ao tratar de torturas somáticas desempenhadas no fim do século XX, elenca a tortura por eletricidade:

> Espancamento: esmurrar, pontapear, bater com bastões, coronhas de espingardas, saltar sobre o estômago Falanga (falaka): vergastar as plantas dos pés com varas. [...]
> Eletricidade: sonda com elétrodos (picana elétrica); aguilhões de gado (bastões de choque); grelhas de metal, camas de metal a que são atadas as vítimas; a « cadeira do dragão» (Brasil), uma cadeira elétrica. (PETERS, 1985, p. 142.)

Apesar de Peters nos descrever algumas das torturas executadas em Celestino, como o uso de eletricidade e espancamento, a prática adotada de colocar fios elétricos nos dedos não é elencada pelo autor (e o autor se esforça em nos oferecer alternativas e detalhes), isso pode significar uma forma mesmo bem específica de tortura que Edward Peters pode não ter conseguido documentar. É um debate que faz sentido, na medida em que o mesmo autor considera que:

> embora a maioria do pessoal médico que trabalhou com vítimas de tortura normalmente assinale que uma combinação de torturas é empregue em geral no mesmo indivíduo, nem todas estas torturas são empregues em todo o lado; parecem existir formas de tortura preferidas culturalmente em diferentes sociedades. Na América Latina, por exemplo, emprega-se pouco as torturas do tipo falanga, e usam-se bastante as torturas com eletricidade; na Grécia, contudo, predominou muito mais a falanga.[171]

Nesse sentido, apesar do uso de fios nos dedos representar aí uma "inovação" mórbida no seio de nossa adorada e inocente nação, a prática de torturas com eletricidade, para Peters, não seria de todo uma novidade ou mesmo uma prática surpreendente neste hall. As torturas que Celestino sofre são de tal formas traumáticas que, além de pedir para os soldados "matarem logo" ele, também diz que "ia no céu e voltava", dando um entendimento que "de momento" ele morria e voltava a vida, sensação que seria difícil descrever, mas que Celestino encontra em elementos discursivos que remetem a uma religiosidade ou espiritualidade ao se remeter a morte, ao fim, como o "céu".

Seguindo a análise, será identificado que o motivo do "interrogatório" é a acusação de que Celestino teria, ou saberia quem tem, a posse de diamba, coisa que como já dito Celestino nega:

---

[171] PETERS, Edward. **História da Tortura**. São Paulo: Ática, 1989, p. 145.

> Ó seu sacana você tem que dizer, você sabe, né, êles ME DERAM PALMADA COM A PALMATÓRIA NAS COSTAS, então de / momento pararam com aquilo é êle não tem meio de descobrir, êle / sabe que êle tem a roça de maconha, êles dizendo lá pra mim. A policia dizendo. Então rapaz eu não tenho esse negócios: pois é, ele/ não conta aqui, nós vamos levar êle para o campo. Quando foi sete/ hora da noite, era escuro, ÊLES ME LEVARAM EM UM CAMPO COM CAPUS NA CARA, ME LEVARAM PARA LÁ, FIZERAM, PRETENDERAM BEM DE ME BATER UM POBRE QUASE VELHO COMO EU, QUE NUNCA TINHA APANHADO, APANHEI / QUANDO ERA PEQUENO DE MEU PAI. Então eu cheguei lá. Você tm que contar aqui ou vai contar ou você MORRE,[172]

Celestino denuncia que sofreu com palmatórias em suas costas no decorrer do interrogatório da PF, que tem suas expectativas frustradas ao não obter uma resposta do torturado que indicasse sua culpa ou o local em que estaria a diamba. Levado encapuzado para um campo e especulando a finalidade de que o levariam para aquele local, Celestino considera com pesar que nunca havia apanhado, somente "quando era pequeno" de seu pai. O exercício de rememorar o ocorrido o fez percorrer até o tempo de sua infância, demonstrando magoa em relação ao ocorrido. Cabe salientar que, a repressão de determinados usos e hábitos, se inscreve em uma perspectiva de "controle dos corpos" elaborada por Foucault e que se incorpora no contexto do desenvolvimento de "tecnologias de disciplina" e em direção a uma "disciplina" normatizadora:

> não se trata de cuidar do corpo, em massa, *grosso modo*, como se fosse uma unidade indissociável mas de trabalhá-lo detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao nível mesmo da mecânica.[173]

Seguindo a análise:

> AÍ ME ALGEMARAM, fiquei agarrado meu braço num galho de páu, aí / ÊLES METENDO O CÔRO, em cima dos pés, dois soldados em cima dos / meus pés pra gente não estrebuchar, aí êles me bateram muito, me DERAM PANCADA NA BARRIGA, NO ESTÔMAGO, POR AS COSTAS, UNS CHEGAVAM E ME CHUTAVAM ASSIM AQUI POR RIBA DOS RINS QUE EU FICAVA SEM FÔLEGO, foi quando eu pedí a ARMA de um rapaz, É MELHOR VOCES ME DAREM UMA ARMA DE VOCES QUE EU MESMO QUERO ME MATAR COM MINHAS MÃOS que TANTO EU SOFRE, SOFRER NÃO sei qual motivo que estou sofrendo, eu dizendo pra êle. Aí nessa hora êles acalmaram, me levaram outra vez onde estava, onde estava os prezos, então eu fiquei lá, êles me levaram, eu com o CAPUS na CARA. Dormi algemado sem comer. Quando êles me deram um decomer frio, foi negócio de treis horas da manhã. Não dei um a vontade de comer foi assim que eu sofri. Quantos dias você passou lá? Eu fui um dia de quinta feira, sexta feira nos fomos para a aldeia cururu e Angico Torto, eu todo tempo algemado

[172] CARVALHO, José Porfirio Fontenele de. Expediente denunciário contra agentes do Departamento de Polícia Federal. **Acervo da Comissão Nacional da Verdade.** São Luís-MA: 08 de junho de 1978..
[173] FOUCALT, Michel. Terceira Parte. In: **Vigiar e Punir**: História da Violência nas Prisões. 20. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. p. 164.

> e seu encarregado da Aldeia Bacurizinho que é o senhor Mourão, viu que êu estava algemado. Ele me vendo, o que era que ele era de fazer também. Então nós fomos, eu algemado chegamos perto da aldeia cururu, aí eles pararam com o carro, / então eles mandaram em sair fora, aí eu saí. Senhor Celestino agora o Senhor vai ser livre, você vai sem algema. Tá bem seu encarregado da aldeia BACURIZINHO me disse Celestino, você não vai fazer besteira viu, você nõ vai tentar fugir não. Aí eu falei para ele, eu seu Mourão, eu não sou homem para fugir não. Do tanto do sofrimento que eu estou, eu não posso fugir eu não posso correr, Aí eu fui ao Angico Torto com a POLICIA eles foram a uma viagem e eu fiquei lá. Quando foi domingo pela manhã, saimos de lá. Viemos para Grajaú. De grajaú, viemos para o Sabonete, fomos para a aldeia do urucu. mas nesse dia não conseguimos ir. O carro deles atolou, aí voltamos para o sabonete, sete horas da noite e dita essa hora, eu me encontrei com o Sr. Eduardo, também lá ele estava lá também.[174]

Após descrever as formas de tortura que sofreu no dito campo, Celestino nos relata mais de sua experiencia que se seguiram dias adiante. Também relata as condições de alimentação a que foi submetido, tendo comidas frias as três horas da manhã. Após esta exposição, relata os outros diferentes lugares em que esteve durante esses dias sob custódia da PF e elencando no depoimento indivíduos como o senhor Morão e o Sr. Eduardo[175] (nome já citado anteriormente), presença que celestina aponta com veemência e repetição. Na página seguinte, veremos acentuada uma diferença de tratamento, ou de "liberdade" com o uso de algemas durante o trajeto:

> Você estava algemado? Não senhor. Eu estava solto já, então, segunda feira pela manhã para aldeia urucu, inclusive o encarregado do POSTO PI, ia também com a gente o Sr. Eduardo. Ia também com a gente. Mas você ia algemado? Não senhor eu não fui algemado, / pois eu estava bem dizer livre. Já tinha apanhado? Já tinha apanhado muito. Só eu sabia as dôres que eu tinha e sem um remédio. Você valou com o Eduardo que tinha apanhado?, Falei sim. Enãto nos fomos para Urucu. Chegando lá. O Senhor Eduardo ficou num lugar por nome ALTO DO CÔCO. Eu acompanhei a POLICI até a aldeia. Lá os índios quiseram se revoltar foi contra mim. NÃO FOI / CONTRA ÊLES, foi contra mim. Os índios quiseram mem BATER, ME CUTILAR, muita coisa, eu acho que a policia não ia deuixar eu morrer só. De tatas êles me coisar. Eu acho que não, a POLICIA não ia deixar eu morrer. Malvez que esta hora, êles podia fazer fogo também.
> Mais os índios se voltaram contra o Senhor? Se revoltaram contra eu. Diz que era eu que andava indicando aonde tinha maconha viu, sem ser. Aí viemos embora. Lá eles não arrumaram nada. Viemos embora chegamos em Grajau eu fui livre num dia de terça feira, quatro horas da tarde. Eles me falaram também. A POLICIA disse pra mim, o / que estava escrevendo, na máquina batendo, êle disse pra mim. Ói / VOCÊ| NÃO VAI DIZER NA ALDEIA,

[174] CARVALHO, José Porfirio Fontenele de. Expediente denunciário contra agentes do Departamento de Polícia Federal. **Acervo da Comissão Nacional da Verdade.** São Luís-MA: 08 de junho de 1978. p. 26.
[175] A título de informação, o "Sr. Eduardo" Barbosa Viana, Chefe de Posto Indígena GUAJAJARA, também possui uma transcrição de sua experiencia com os policiais federais na mesma operação. Significa dizer que seria possível fazer um outro trabalho inteiro somente da perspectiva narrada pelo Chefe de Posto GUAJAJARA. Inclusive, a epígrafe deste trabalho é oriunda desta transcrição.

> VOCÊ NÃO VÁ DIZER PRA NINGUEM que você apanhou na MÃO DA POLICIA. Mas quem sente deve dizer, Você lembra de algum nome destes Policiais? Eu me lembro só mesmo desse / que veio me buscar, o Rui, e desse soldado André e tem o outro OSCAR eu me lembro destes treis, aliás, tem outro- o nome dele.. ALECAR. Eu me lembro be dos quatro. Agora eu não sei quem me bateu, eu estava com o CAPUZ na cara, não podia ver ninguém. Eles / me enforcaram eu assim. Eu vou dizer para o senhor como eu estava lá. Estava com o CAPUZ assim, aqui assim aqui eu, quando queria / griyar, OH SENHORES NÃO FAÇAM MAIS ISSO COMIGO, e êles chegaram e apertando, dizendo NÃO GRITA SEU SAFADO, NÃO GRITA, NÃO GRITA, [176]

O debate da algema parece girar ao entorno da imagem que os policiais queriam passar, imagem de que ele estava sob custódia de forma "livre", assim quem o via nem imaginaria pelo que o indígena havia sofrido. Assim, o que se segue é um relato de seu trajeto e em determinado momento, na aldeia de Urucu, conta que os indígenas de lá, ao invés de se revoltarem contra a polícia, se revoltaram contra ele. Que estes indígenas, ao entenderem Celestino como delator tentaram o agredir, "cutilar". O fato é tão curioso quanto parece, tanto que o "inquisidor/ouvinte" intervém indagando como quem quer uma explicação mais detalhada do fato. Já que "lá eles não arrumaram nada", se referindo a busca e apreensão por diamba, retornaram a Grajaú e ele diz ter sido solto em um dia de terça, após 5 dias de custódia. Todavia, só foi solto depois de ser induzido pela polícia a não fala do ocorrido, das torturas que sofreu. O depoente, com o que indica ser pesar e ressentimento, considera, entretanto, que "quem sente deve dizer". Dentre as formas de tortura sofridas, Celestino também revela a do tipo psicológica:

> êles dizendo pra mim que iam me jogar de DENTRO DE AVIÃO DO ÇEU/ PARA BAIXO, IA MORRER ASSIM. IAM me levar para MINAS GERAIS quebrar pedra lá, sem ganhar um Tostão. Desse jeito que a POLICIA fez comigo. Agarraram na minha boca e eu gritando. Eu ia morrer mesmo, acho que êles iam me matar mesmo. Ali eu não achei nenhum filho de Deus que fizesse – Ou rapaz não faz mais isso com ele / não, mas DEUS estava perante COMIGO. Sabia que eu não tinha, que eu não devia esse negócio. De momento chegou aquela coragem em / mim, parece que Deus disse ao meu Coração. Fale, fale que você / não deve. Num momento fiquei numa altura do chão, criei coragem / tão grade. Parece não sei. Existe Deus, pra êles não existe não, acredito que pra êles não existe. MAS VOCÊ FALOU o QUE PRA ÊLES? Pra êles, sobre este negócio? Falei pra êles que não fizessem / isso mais comigo. Aí um soldado disse já chega. Vamos levar orapaz. Aí me levaram para o quartel algemado. Eu dormi algemado com o CAPUZ na cara, não tinha geito de olhar, fazendo muitas perguntas, êles me passando AQUELE NEGOCIO, eu estava de Bermudas, Eles me passando aquele negócio que dá choque, que vai comendo a gente beliscando. Passando aonde? Passaram aqui na minha perna. Choque êles me passaram duas vêzes. Lá assim

[176] CARVALHO, José Porfirio Fontenele de. Expediente denunciário contra agentes do Departamento de Polícia Federal. **Acervo da Comissão Nacional da Verdade.** São Luís-MA: 08 de junho de 1978, p. 28.

> que cheguei e lá no campo / quando êles me levaram. E isso ALTO na tua Barriga o que é? Isto foi a pancada que a POLICIA me deu. PANCADA, tô doente que eu NÃO POSSO NEM TRABALHAR PRA MIM. Eu quandotomo esta historia pra alguem que me procura, SAI AGUA DOS OLHOS. E minha filha, infelizmente ela é mulher. Foi a que correu atrás de mim. Eu tenho dois / filhos, mas são filhos de criação. Eles pouco ligaram. Mas minha filha, minha única filha que eu tenho, ela correndo atrás de mim pedindo dinheiro um a outro aí, os poucos pessoal, os parentes arranjaram pra ela, ela foi a GRAJAU atrás de mim, ela foi a BARRA DO CORDA, ninguém indicou.[177]

Para surtir este efeito de tortura psicológica, segundo Celestino houve ameaças de o jogar de cima do avião, a ameaça de o levar para Minas Gerais para trabalhar a troco de nada, que se trocamos em miúdos significaria escravidão e desterritorialização em plena república, aos trinta e nove minutos do segundo tempo do século XX[178]. Posteriormente, Celestino dá novamente uma roupagem religiosa para dar sentido (ou tentar encontrar algum) aos tormentos que sofreu nesses dias, isso fica perceptível quando: dizer não ter encontrado "nenhum filho de Deus" que intervisse em sua defesa, nos levando a inferir que ele procurou por compaixão, uma do tipo religiosa e cristã, mas ele não encontrou; momento em que afirma que Deus estava perante a ele, que sabia de sua inocência; quando considera que existe um Deus, mas que para aqueles indivíduos que o fizeram sofrer não existia Deus.

Celestino nos dá também um pouco mais de informações sobre seu quadro familiar, em que aponta ter dois filhos homens, "mas são de criação", dando a entender que a ausência do sangue compartilhado resulta no fato de que "eles pouco ligaram", que em verdade foi sua filha que segundo ele, "infelizmente é mulher", foi quem tentou o encontrar, que pediu dinheiro emprestado para viajar em sua procura. Também descreve a experiencia da filha durante a sua busca pelo depoente, sua filha andou pelos quarteis e ninguém disse onde ele estava, e que ao encontrar o homem que o buscou em casa, o Alfredo:

> então a índia procurou. Onde está meu pai, onde papai está. Não sei, seu pai está trabalhando aií com os meninos aí, não há nada com êle. Aí minha filha disse voces MATARAM / meu pai, porque vocês bateram muito, teve um amigo dele que estava prêso viu êle apanhando. Quem era esse conhecido? Era o senhor Josué. Mora aonde Josué? SABONETE. Êle tambem esteve prêso? O irmão dele é que estava prêso. Também apanhou ?, Apanhou, apanhou, muito. O irmão dele que contou pra êle. Ele disse, você conhece o Clestino, aquele índio CELESTINO, Eub conheço. Esse Josué disse, eu conheço ele. Rapaz pois, aquele eles quase matam aquele rapaz.

---

[177] CARVALHO, José Porfirio Fontenele de. Expediente denunciário contra agentes do Departamento de Polícia Federal. **Acervo da Comissão Nacional da Verdade.** São Luís-MA: 08 de junho de 1978, p. 29.

[178] Para dar sentido a essa consideração, foi levado em conta dois tempos de cinquenta minutos, diminuindo 78 (ano da operação eco) de 100. Sendo o resultado 22, diminui-se 22% de cinquenta "minutos de jogo" e você obtém um resultado de 39 minutos. Sem intervalo.

> A POLICIA QUASE MATA ÊLE. ALGUEM DA FUNAI TESTEMUNHOU? VIU VOCE APANHAR? Aí eu não posso dizer, dois carros pequeno prá lá me levou. Mas que carro vocês viajavam? Fusca, fusca branco, que eles me levava / pra lá. O CARRO QUE TE APANHARAM FOI UM FUSCA BRANCO? foi um verde que vei me apanhar aqui na Aldeia Coquinho. Placa de Santa Catarina. CELESTINO VOCE TEM NOTICIA DE PITRO INDIO QUE SOFREU / ASSIM? SEI DO NOME DELE. COMO É? DJALMA. MORA AONDE O DJALMA? ELE MORA NO BACURI, sobrinho do senhor Alderico, aquele professor mora no BACURIZINHO. O Senhor MOURÃO é que foi a apanhar lá na aldeia. Lá no Grajau tem um localzinho dos índios de nome MORRO / BRANCO, Sr. MOURÃO, é que foi buscar ele lá quando êle chegou lá / botaram dentro desse quarto onde fiquei também, então chegou lá, viu que ninguem ligou. quando ele conheceu que era POLICIA, aí / tentou escapulir, ele correu, foi besteira, fizeram fogo nele pra matar ele ou pra adoecer, foi como cercaram êle, enganchou a perna no arame, aí o índio caiu, aí eles trouxeram êle, ele sofreu do mesmo tanto d"eu, pois os pés dêle estava todo inchado. Seu pé também estava inchado? AVE MARIA/ quando cheguei ali em casa minha mulher chorou.[179]

Além da busca de Celestino exercida por sua filha, no trecho a participação do "inquisidor/ouvinte" fazem com que outros elementos sejam expostos, como a cor dos carros que o foram buscar, conta também de um outro indivíduo chamado Josué, que teve o irmão preso e teria afirmado a filha de Celestino ter visto seu pai na prisão. Celestino ao lembrar do irmão de Josué, afirma que este também apanhou tanto que sofreu tanto quanto ele, cita uma tentativa de fuga frustrada, oportunidade em que os policiais "fizeram fogo nele pra matar ele ou pra adoecer". Declara que ficou de pés inchados, coisa que espantou sua mulher quando retornou para casa. Em seu retorno, além de serem diagnosticados a forma com que foi tratado Celestino, ao serem indagados os policiais negavam ter feito "nada" com Celestino:

> Quando eu vinha da aldeia CURURU, que minha filha olhou para / mim, mais papai, você sofreu tanto, êles ainda disseram seu pai ninguém está fazendo nada com seu ái não. Olha o pé do meu PAI quando ele saiu de lá quinta feira, êle não estava assim desse / geito, eu todo sujo eu tinha uma camisa branca, camiseta de meia branca, ficou tudo lambusado, estavam me batendo numa hora de uma chuva lá, tava chovendo assim. Que horas mais ou menos começou? 8, 00 horas da noite. Eles me levaram para lá. E estava chovendo assim. Eles me batendo lá. NESTE DIA DA SURRA QUE DIA FOI? foi quinta feira. QUE DIA DO MÊS ? LEMBRA ?, no dia 19 de maio.
> DEPOIS DISSO VOCÊ VIU ESSAS PESSOAS DE NOVO? Se eu ví Êles? No dia seguinte? Depois que eles me libertaram eu não conheci nin- digo depois que êles te libertaram você voltou a ver êles de novo? Se eu ví essas pessoas que me batiam. Eu não conheci ninguém. Por que a pessôa com aquêle CAPUZ preto. COMO É QUE VOCÊ SABIA O NOME DELES? É porque a turma que eu andava, que eu fui com êles, que êles me levava pra acolá, inclusive certamente era êles. Era êles que na tavam na batalha. Eles estavam atraz de que ? eles estavam atras de maconha. Dizendo que os índios

[179] CARVALHO, José Porfirio Fontenele de. Expediente denunciário contra agentes do Departamento de Polícia Federal. **Acervo da Comissão Nacional da Verdade.** São Luís-MA: 08 de junho de 1978, p. 30.

> trabalhavam com maconha. Eles encontraram alguma maconha contigo? Encontraram não. É VERDADE QUE VOCÊ UMA PRENSA DE FAZER? É mentira deles. NUNCA TEVE? Não senhor- Não sei. Tinha uma / prensa, inclusive, eles levaram essa prensa mais isso não foi nem xomigo, foi com o índio RAIMUNDINHO. Mas não era você que tinha prensa ? Não senhor, eu não tinha prensa. VOCÊ JÁ VENDEU ALGUMA VEZ MACONHA ? JÁ SIM SENHOR. Mas, pouca assim de 2 quilos, eu já vendi mesmo. Então desde esse tempo que êles vem dizendo que eu trabalho com isto. Mas não é e também mais, também, quem me atacou também, eu já vi dizer que alguém já me contou, que o Zé de Amorim, êsse capitão ali de São Pedro, ele chegou em São Luis, isto ele contando para o Coronel que eu trabalhava com isto e ele aparecer que incuitiu na cabeça dele.[180]

Além do que foi discutido no parágrafo acima, o "inquisidor/ouvinte" questiona se Celestino viu as pessoas que o torturaram novamente, ao que Celestino responde que não havia como saber devido ao capuz. É perguntado ao Celestino sobre uma prensa de diamba, no que o indígena nega a posse de tal objeto e alega ter sido Raimundinho quem possuía uma única unidade deste artefato. Ao ser perguntado se já vendeu diamba, Celestino responde que já vendeu "pouca assim 2 quilos", mas que já não faz mais este tipo de comercio, entendendo ele que por conta deste histórico é que o acusavam de possuir diamba, citando o nome de Zé de Amorim como um dos delatores que levaram o nome e o corpo de Celestino até aquela situação. Para ele, essa:

> foi a causa do Coronel ir atrás de mim, ir me entregar para a POLICIA, mas ele como autoridade, ele quem deveria me chamar a atenção, para isso é que tem os funcionários da FUNAI, ele me chamava atenção, se êle não desse geito aí o CAUSO da POLICIA dá geito / em mim, mas essa vez que eu apanhei não era caso da POLICIA fazer isso comigo ainda, foi como eu sofrí. Sofri mesmo eu apanhei mesmo. Eu digo para qualquer cidadão, eu digo até para o Presidente da República, Digo. VOCÊ é INDIO? Sou sim Senhor. De que tribo? GUAJAJARA. Tem mais alguma coisa dizer? Que você acha / que você espera da FUNAI? Eu espero da FUNAI que a FUNAI DÊ UM GEITO SOBREESTE CASO MEU. Olhe Chefe eu vou lhe dizer, porque eu sou uma pessoa que não gosto de andar dizendo certas coisas. Quando eu digo uma coisa é porque eu sinto, Nem a vida do coronel, num paga a PISA QUE EU PEGUREI e nem a riqueza do Coronel, riqueza dele, não paga não, não paga não, não paga não, porque não paga mesmo. Porque ele diz que é chefe dos índios e ao / mesmo instante ele não é, êle é contra o índio, isso aí eu digo, posso até dizer pra êle, ai êle pode mandar me matar. Sem tem lei para matar o índio se não tem, então TEM MAIS ALGUMA COISA A DIZER? Não Senhor. O que você sente aí na barriga? eu sinto/ grandes dores aqui, da maneira que não posso nem mais trabalhar/ sinto aquela dor quando eu como as vezes muito, passo a comer / mais um pouoco, vem aquela dor de barriga fica, cresce, incha é assim né. Sinto dores por aqui assim. Nas costas também? aqui em riba dos rins. Que êles me deram muito, me BATERAM MUITO, / Cada um homão daquele senhor. Não sei como êles não me mataram. E sem

[180] CARVALHO, José Porfirio Fontenele de. Expediente denunciário contra agentes do Departamento de Polícia Federal. **Acervo da Comissão Nacional da Verdade.** São Luís-MA: 08 de junho de 1978, p. 31.

> tomar um pingo de remédio. VOCÊ veiu fazer o que aqui em Barra do Corda? eu vim aqui falar com o senhor sobre meu caso EU JÁ TINHA LHE PERGUNTADO ALGUMA COISA? Não senhor. Eu já tinha conversado com o senhor alguma vez? Não senhor. Hoje é o primeiro dia que estou falando com o senhor. Porque você veio falar comigo? Eu vim falar com o Senhor porque estava me sentindo.[181]

Ao tratar do que motivara a suspeita em sua pessoa, Celestino considera que, mesmo que ele trabalhasse com tais atividades ilícitas, ainda assim não seria o caso de ele estar sob custódia da polícia. Para ele, o que o Coronel responsável pelos indígenas deveria fazer era, primeiramente, ter o notificado, advertido e não chamar a polícia. Alegando que se, após a advertência, ele seguisse com as práticas irregulares "aí sim" seria caso de a polícia "dar jeito nele", mas que na vez em que apanhou a ação da polícia não se justificava. O "inquisidor/ouvinte" segue fazendo algumas perguntas de identificação do depoente, questiona qual sua tribo e o que Celestino espera da FUNAI nesse caso em questão. Momento em que Celestino responde com muito pesar e remorso sobre o que passou. Quanto a este trecho específico, dentre tantos fatores analisáveis, cabe verificar que é um dos únicos momentos desta entrevista em que o entrevistado Celestino repete as frases com muita veemência, se com este tipo de fonte devemos levar em consideração os condicionantes sociológicos da lente que vê, também não devem ser negligenciados "elementos de psicologia, psicossociologia e psicanálise"[182] para a constituição de uma narrativa em que pesem fontes orais, em que para o historiador:

> não se trata de propor interpretações da mensagem que lhe é comunicada, mas de saber que o não dito, a hesitação, o silêncio, a repetição desnecessária, o lapso, a divagação e a associação são elementos integrantes e até estruturantes do discurso e do relato.[183]

Nesse sentido, fazendo parte mesmo da própria constituição "do discurso e do relato", as repetições denotam de tensão das emoções, em que mesmo que se vislumbre uma necessidade por parte de quem fala de deixar algo bem claro, como em "nem a riqueza do Coronel, riqueza dele, não paga não, não paga não, não paga não, porque não paga mesmo", podemos também inferir um momento de forte emoção, em que o discurso não se organiza de forma puramente racional (mas muito sentimental), gerando tantas repetições. As últimas perguntas de identificação (tanto de indivíduo como de temática do depoimento) são expostas,

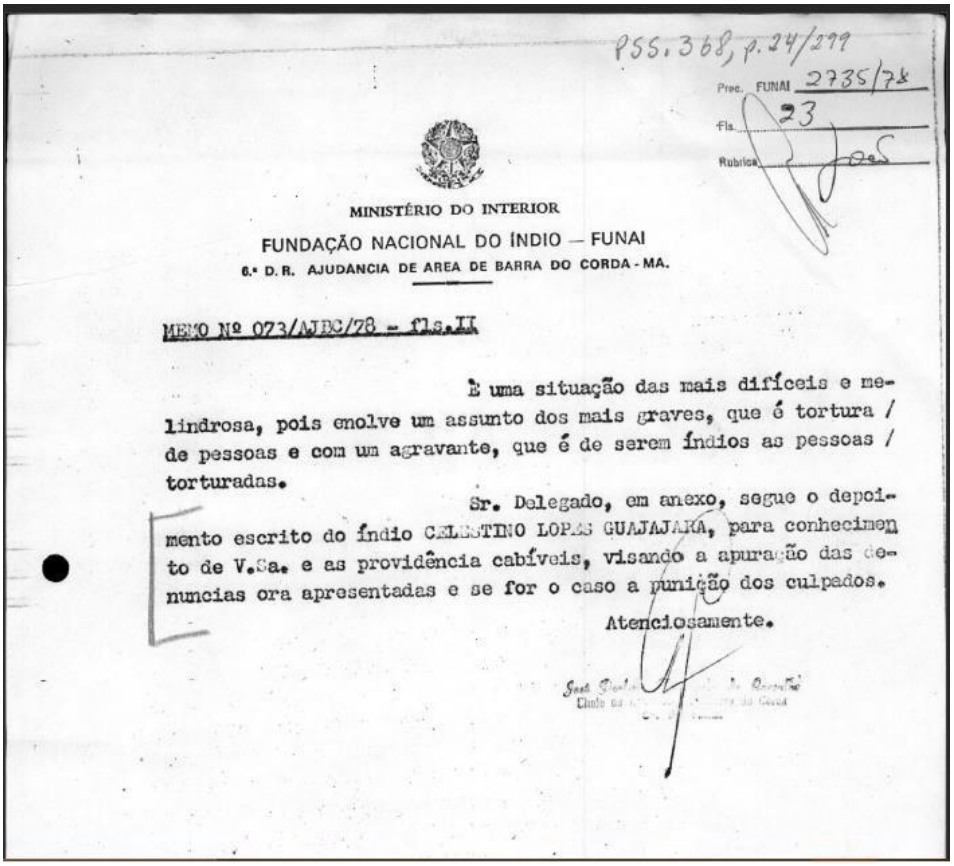
---

[181] CARVALHO, José Porfirio Fontenele de. Expediente denunciário contra agentes do Departamento de Polícia Federal. **Acervo da Comissão Nacional da Verdade.** São Luís-MA: 08 de junho de 1978, p. 32.
[182] VOLDMAN, Daniele. Definições e usos. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Usos & abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 38.
[183] *Ibid.*

ao perguntar se Celestino havia tido contato com o "inquisidor/ouvinte" Celestino afirma que não. A pergunta é feita com o que entendemos ter a função de tornar o entrevistador mais isento ou neutro na questão. Ao perguntar da motivação de Celestino de ter ido a FUNAI, também indaga o que o indígena espera da atuação deste órgão, ocasião em que Celestino demonstra novamente estar muito "sentido" pelo que passou:

> [...] assim o Pessoal dizia para mim, rapaz chegou um chefe em barra do corda, que talvez, ele possa mandar te consultar. EU / vim me consultar. Entonse sobre êsse negócio eu sou obrigado a / dizer. Perante ao senhores eu tenho quedizer mesmo. Porque eu sinto, eu tenho que dizer.
> Barra do Corda, 28 de fevereiro de 1978.[184]

Nessa perspectiva, imagens da primeira e da última página, respectivamente, desta seleção de sete páginas transcritas, com a assinatura das testemunhas e do "inquisidor/ouvinte", ajuda a compreender o processo em vigência:



PSS.368, p.24/29

Proc. FUNAI 2735/78
Fls. 23
Rubrica

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO — FUNAI
6.ª D.R. AJUDANCIA DE AREA DE BARRA DO CORDA - MA.

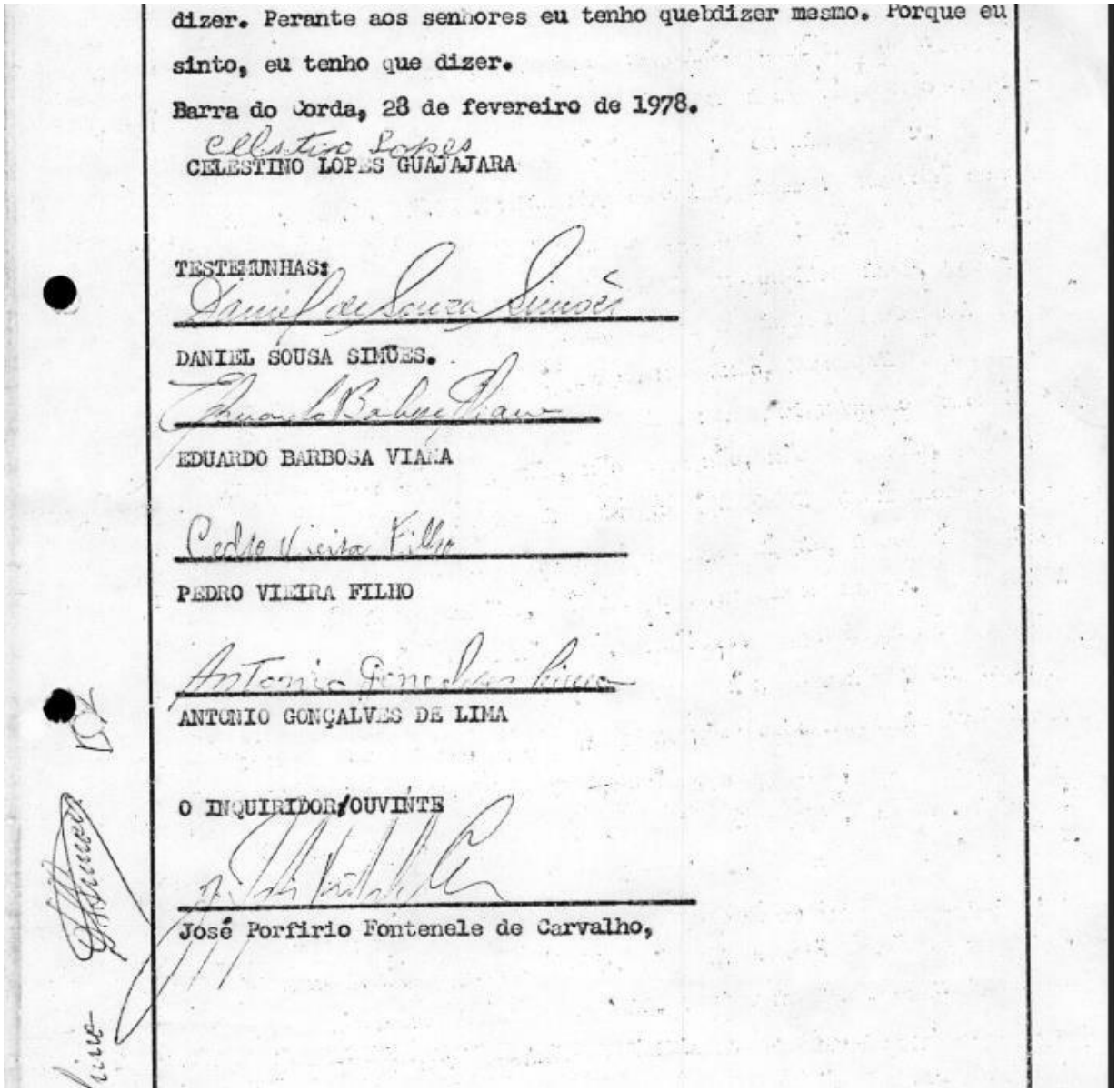
MEMO Nº 073/AJBC/78 - fls.II

É uma situação das mais difíceis e melindrosa, pois enolve um assunto dos mais graves, que é tortura / de pessoas e com um agravante, que é de serem índios as pessoas / torturadas.

Sr. Delegado, em anexo, segue o depoimento escrito do índio CELESTINO LOPES GUAJAJARA, para conhecimento de V.Sa. e as providência cabíveis, visando a apuração das denuncias ora apresentadas e se for o caso a punição dos culpados.

Atenciosamente.

[184] CARVALHO, José Porfirio Fontenele de. Expediente denunciário contra agentes do Departamento de Polícia Federal. **Acervo da Comissão Nacional da Verdade.** São Luís-MA: 08 de junho de 1978, p. 33.



dizer. Perante aos senhores eu tenho quebdizer mesmo. Porque eu sinto, eu tenho que dizer.

Barra do Corda, 28 de fevereiro de 1978.

CELESTINO LOPES GUAJAJARA

TESTEMUNHAS:

DANIEL SOUSA SIMÕES.

EDUARDO BARBOSA VIANA

PEDRO VIEIRA FILHO

ANTONIO GONÇALVES DE LIMA

O INQUIRIDOR/OUVINTE

José Porfirio Fontenele de Carvalho,

A temática e documentação apresentada aqui corroboram com a narrativa de outros trabalhos, já citados, de uma influência e autoridade exercidas pelo Estado brasileiro nas comunidades indígenas no período da Ditadura-Civil Militar. Em nossa abordagem verificamos que, além dessa autoridade, o exercício de tortura desferidos nos povos indígenas é documentado, transcrito a partir de denúncias dos órgãos de segurança e proteção aos indígenas no Maranhão. Os crimes de natureza física e psicológica aqui tratados se somam a tantos outros (documentados ou não) do período que analisamos.

Trata-se, então, de um processo que pode ser tomado como exemplar para compreender as nuances de um olhar lançado a partir da estrutura de poder vigente no contexto. Trata-se, assim, de uma dimensão que transita não apenas por uma violência amplamente difundida, e

sim de circunstâncias que envolviam sujeitos juridicamente compreendidos no interior de uma especificidade social e étnica. Tal dimensão expõe outras especificidades que não apenas a mera vigilância e repressão às drogas, mas uma dimensão que perpassa, também, questões ligadas a legislação fundiária e suas múltiplas questões.

Considerações finais

Matérias de jornais, discursos jurídicos e médicos, expedientes denunciários. Trata-se de um arsenal documental capaz de informar sobre uma circunstância histórica na qual, no contexto da Ditadura Militar brasileira, as drogas – sobretudo a diamba – foram alvo de um cerco explícito por parte do Estado, bem como de outros extratos da sociedade, que afetavam dimensões vinculadas à moral, à religião, à saúde pública e mesmo a segmentos étnico raciais minoritários da sociedade.

Observamos no primeiro capítulo um contexto, em nosso recorte, de um desencontro entre as ideias prospectadas por uma parcela significativa da juventude brasileira e as antigas gerações. O recurso as drogas aqui, é somente mais um elo entre os desvios convencionados durante a década de 1960 e 1970. Assim, os movimentos feministas, homossexuais, os movimentos da juventude em torno de um futuro diferente, como no caso dos *hippies* que pregavam "amor e não a guerra" evidenciava para as ideologias tradicionalistas uma mudança dos tempos, sinalizada pela perca de valores morais e a degradação da juventude e por conseguinte, das gerações futuras. Assim, atos como não usar sutiã representavam para estes jovens uma forma de liberdade, na medida em que representava para os indivíduos e coletivos mais tradicionais uma "destruição dos alicerces básicos" da moralidade. E a degradação de que sofreriam, nesse sentido, seria de cunho físico e moral.

O segundo capítulo, construímos em uma perspectiva arqueológica, de modo que elencamos os discursos médicos, jurídicos e midiáticos em torno das drogas e de seu uso, salientando essas dimensões do conhecimento humano como uma perspectiva de "poder-saber", em que essas categorias do conhecimento humano norteariam não somente nossa vida sanitária, jurídica ou noticiosa, mas que se agregam uma outra para construir a materialidade de saberes capazes de exercer sobre os indivíduos formas refinadas de "controle dos corpos". Assim, essas dimensões do saber contribuíram exponencialmente para a edificação da "Guerra às Drogas" no Brasil e o produto sangrento desse processo belicoso.

Não viemos aqui com o objetivo de "tapar lacunas", mas a de (re)constituir uma História do Brasil pautada na justiça social, com o entendimento dos traumáticos delitos cometidos pela nação brasileira entre 1964 e 1985 contra seu próprio povo, o mínimo que podemos fazer é falar, conversar e expor. Além dos massacres cometidos contra os indígenas no Brasil, somamos aqui torturas institucionalizadas justificadas nos auspícios de uma "guerra às drogas" inglória e desigual (e que mantém a manutenção da desigualdade). Mais do que preencher lacunas, mais do que "dar voz" para as fontes, mais do que "documentar" algo já documentado, esse trabalho

é um convite ao exercício da linguagem, da conversa e do debate. Um debate que, apesar de estar no escopo científico, não deve de forma alguma perder o caráter eminentemente humano, sensível, afetuoso. Um afeto de dor que poderia ser a nossa, uma memória que poderia ser a nossa, marcas que poderiam estar gravadas em nossos corpos, na nossa psique e nos nossos traumas. Mas não estão! Então, o que nos resta... É falar.

REFERÊNCIAS

1. Fontes

1.1. Documento censório

Brasil, Ministério da Justiça. Departamento de Polícia Federal – Superintendência Regional em Santa Catarina. **Letras Musicais.** In: Comissão Nacional da Verdade. Florianópolis: 27/02/1987.

1.2. Expediente denunciário

CARVALHO, José Porfirio Fontenele de**.** Expediente denunciário contra agentes do Departamento de Polícia Federal. **Acervo da Comissão Nacional da Verdade.** São Luís-MA: 08 de junho de 1978.

1.3. Hemerografia

A HORA. **Polícia quer cortar cabelo dos "Hipies".** Teresina, 13 de junho de 1972.

ESTADO, Jornal O. **Colégio não quer alunas sem "soutien"**. Piauí: Teresina, 30.08.1972, p. 01.

ESTADO, Jornal O. **Casamento: Prefiro usar e jogar fora**. Piauí: Teresina, 21.01.1973, p. 06.

ESTADO, Jornal O. **Hippie diz que Teresina é quadrada**. Piauí: Teresina. 10.08.1972, p. 07.

ESTADO, Jornal O. **Hippies iam levar moças de Teresina.** Piauí: Teresina, 13.10.1972, p. 08.

ESTADO, Jornal o. **Não fale droga, fale medicamento.** Piauí: 28/01/1973, p. 6.

ESTADO, Jornal O. **Padre: Adultos não sabem Ver juventude**. Piauí: Teresina, 13.10.1972, p. 03.

ESTADO, Jornal O. **Toda nudez será premiada.** Piauí: Teresina, 05.09.1972, p. 11.

FILHO, J. Lima. **Diamba.** Jornal do Maranhão - Semanário de Orientação Católica. In: Hemeroteca da Biblioteca Nacional. 27/08/1967, p. 2.

JORNAL DO MARANHÃO. Pacotilha: O Globo. **As margens do...**, Terça-Feira, 18/04/1950. p. 02.

JORNAL DO MARANHÃO. Semanário de Orientação Católica – Jornal a serviço da família e do Povo. 31/05/1970, p. 05.

JORNAL DO MARANHÃO. Semanário de Orientação Católica – Jornal a serviço da família e do Povo. 18/01/1970, p. 03.

JORNAL DO MARANHÃO. Semanário de Orientação Católica- Jornal a serviço da família e do povo. São Luís: 06/09/1967, p. 07.

JORNAL DO MARANHÃO. Semanário de Orientação Católica – Jornal a serviço da família e do Povo. São Luís: 06/09/1970, p. 05.

JORNAL DO MARANHÃO. Semanário de Orientação Católica – Jornal a serviço da família e do Povo. São Luís: 16/05/1971, p. 06.

JORNAL DO MARANHÃO. Semanário de Orientação Católica – Jornal a serviço da família e do Povo. São Luís: 10/01/1971, p. 05.

JORNAL DO MARANHÃO: Semanário de Orientação Católica- Jornal a serviço da família e do povo. São Luís: 15/11/1970. p. 01.

JORNAL DO MARANHÃO: Semanário de Orientação Católica- Jornal a serviço da família e do povo. São Luís: 13/09/1970.

JORNAL DO MARANHÃO: Semanário de Orientação Católica- Jornal a serviço da família e do povo. São Luís: 08/06/1969, ano XXXIV, N. 3862, p. 03.

JORNAL DO MARANHÃO: Semanário de Orientação Católica- Jornal a serviço da família e do povo. São Luís: 28/01/1968, p. 01.

JORNAL DO MARANHÃO: Semanário de Orientação Católica- Jornal a serviço da família e do povo. São Luís: 02/08/1970, ano XXXV, N. 3855, p. 01.

JORNAL DO MARANHÃO: Semanário de Orientação Catolica- Jornal a serviço da família e do povo. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. São Luís 31/05/1970, ano XXXV, N. 3846, p. 2.

JORNAL DO MARANHÃO: Semanário de Orientação Católica- Jornal a serviço da família e do povo. São Luís: 02/08/1970, ano XXXV, N. 3855, p. 04.

MARIA, Clemens. Jornal do Maranhão. Semanário de Orientação Católica – Jornal a serviço da família e do Povo. 14/06/1970, p. 03.

PRADO, João Rodolfo. In: Jornal do Maranhão: Semanário de Orientação Católica – Jornal a Serviço da Família e do Povo. 17/ 01/ 1971, p. 02.

1.4. Leis

BRASIL. Lei nº 5.726, de 29 de outubro de 1971. Dispõe sôbre medidas preventivas e repressivas ao tráfico e uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 out. 1971.

BRASIL. Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976. Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 out. 1976.

2. Bibliografia

2.1. Artigos em periódicos

BUCHER, Richard; OLIVEIRA, Sandra R. M. O discurso do "combate as drogas" e suas ideologias. **Rev. Saúde Pública**, 28 (2): 1994.

CARDOSO, Elizangela. Entrevista com Teresinha Queiroz. Juventude e Políticas do corpo nos anos 1960 e 1970. **Outros Tempos: Pesquisa Em Foco - História**, 17(29), 2020.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. Fazer ver o que vemos: Michel Foucault – por uma história diagnóstica do presente. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 11, n. 03, p. 321-329, set.-dez. 2007.

CHAVES, Leonardo Leal. Propagandas adversas: a DOPS/MA e a imprensa alternativa no Maranhão em meio à aprovação da Lei de Anistia (1979). **Outros Tempos**. Vol. 18. n. 32. 2021.

COSTA, Leonardo José da Silva; MARTINS FILHO, Jorge. O conceito de região nas regionalizações do Estado do Piauí: uma abordagem cronológica de 1940-2007. **Revista GeoUECE**, v. 12, n. 23, p. 01-21, 2023.

LIPPI, Camila Soares. O discurso das drogas construído pelo Direito Internacional. **Revista de Direito Internacional**, Brasília, v. 10, n. 02, 2013, p. 59.

MARTINS, Marcio André Conde. A geopolítica nas Américas e a política antidrogas brasileira. **RIDB**, Ano 02, n. 14, 2013, p. 167.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A relação entre história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil. **Historiae**, Rio Grande, 2011.

REED, Andrew; Foucault e o discurso sobre "drogas": Da definição do objeto à incorporação dos desvios. In: **Revista Intratextos**, 2013, vol 4, no1, p. 162-179.

ROLIM, Rivail Carvalho. Drogas e juventude no pensamento jurídico-penal durante o regime militar. In: **Anais do XXXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH.** São Paulo, junho 2011

SOUZA, Tadeu de Paula. O nascimento da biopolítica das drogas e a arte liberal de governar. **Fractal, Rev. Psicol.**, v. 26 – m. 3, set./dez., 2014, p. 984.

2.2. Capítulos de coletâneas

ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGÊNIO, Fernanda. Paisagens existenciais e Alquimias Pragmáticas: uma reflexão comparativa do recurso as "drogas" no contexto da contracultura e nas cenas eletrônicas contemporâneas. In: LABATE, Beatriz Caiube; GOULART, Sandra Lucia; FIORE, Mauricio; MCRAE, Edward; CARNEIRO, Henrique (Org.). **Drogas e cultura:** novas perspectivas. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008.

GOULART, Sandra. Estigmas dos ayhusqueiros. In: LABATE, Beatriz Caiube; GOULART, Sandra Lucia; FIORE, Mauricio; MCRAE, Edward; CARNEIRO, Henrique (Org.). **Drogas e cultura:** novas perspectivas. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008.

VOLDMAN, Daniele. Definições e usos. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Usos & abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

2.3. Monografias, dissertações e teses

BRANDÃO JÚNIOR, Ernani José. **Um formigueiro sobre a grama:** a produção histórica da subjetividade *underground* em Teresina-PI na década de 1970. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Mestrado em História do Brasil, 2011.

KAMINSKI, Leon Frederico. **A revolução das mochilas:** contracultura e viagens no Brasil ditatorial. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense: 2018.

MOURA, José Elierson de Sousa. **A pobreza em disputa:** ditadura, políticas de integração nacional e o combate ao perigo da "subversão" em Picos-PI (1968-1976). Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, 2017.

ROSA, Lilian da. **Terra e ilegalidade:** agricultura de maconha em Alagoas e Pernambuco (1938-1981). Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2019.

SÁ FILHO, Bernardo Pereira de. **Cartografias do prazer:** corpo, boemia e prostituição em Teresina (1930-1970). 2017. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

TORRES, Esdras Felipe Coutinho. **Controles do cotidiano e do consciente**: diamba e drogas no Maranhão republicano. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Licenciatura em História, Teresina, 2021.

2.4. Livros

ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas juvenis:** punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: Scritta, 1996.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História:** a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história. Bauru: EDUSC, 2007.

BRITO, Fabio Leonardo Castelo Branco. **Visionários de um Brasil profundo:** invenções da cultura brasileira em Jomard Muniz de Brito e seus contemporâneos. Teresina: EDUFPI, 2018.

CARNEIRO, Henrique. **Drogas:** a história do proibicionismo. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. **Todos os dias de Paupéria:** Torquato Neto e a invenção da Tropicália. Teresina: Cancioneiro, 2024.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia.** São Paulo: Ubu Editora, 2017.

CASTRO, Francisco José Leandro Araújo de. **1964:** memórias e culturas políticas no Piauí. Teresina: Cancioneiro, 2022.

DANIELS, Anthony. **Drogas:** a síndrome da mentira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

EAGLETON, Terry. **Depois da teoria**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo:** da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Contexto, 2021.

FOUCAULT, Michel. In: **Vigiar e Punir**: História da Violência nas Prisões. 20. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, p. 109.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala.** 50 ed. São Paulo: Global Editora, 2005, p. 479.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste:** aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. São Paulo: Global, 2013, p. 62.

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar:** a visão da espionagem. Rio de Janeiro: Record, 2014.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos:** o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KAMINSKI, Leon Frederico. **A revolução das mochilas:** contracultura e viagens no Brasil ditatorial. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2022.

KEROUAC, Jack. **Os vagabundos iluminados.** Porto Alegre: L&PM, 2022.

LE BRETON, David. **Antropologia dos Sentidos.** Petrópolis: Vozes, 2016.

MCRAE, Edward. **Rodas de fumo:** o uso da maconha entre camadas médias. Salvador: EDUFBA, 2000.

MUCHEMBLRD, Robert. **O orgasmo e o ocidente:** uma história do prazer do século XVI a nossos dias. São Paulo. WMF Martins Fontes, 2007.

PETERS, Edward. **História da Tortura**. São Paulo: Ática, 1989.

ROSZAK, Theodor. **A contracultura:** reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil. Petrópolis: Vozes, 1972.

SOUZA, Jorge Emanuel Luz de. **Sonhos da diamba, controles do cotidiano:** uma história da criminalização da maconha no Brasil republicano. Salvador: EDUFBA, 2015.